

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

ISSN 18078834

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*
Número 24

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2010

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- João Emílio Gazzana
- José Sydrião Alencar Júnior
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva
- Oswaldo Serrano de Oliveira
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

José Narciso Sobrinho
(Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Jânia Maria Pinho Souza
(Gerente de Ambiente)
Airton Saboya Valente Júnior
(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)
Wendell Márcio Araújo Carneiro
(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)
Francisco Diniz Bezerra (Gerente da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas)

Coordenação Técnica

Airton Saboya Valente Junior e Assuero Ferreira

Equipe Responsável:

Síntese de Expectativas

Américo Leite Moreira e Assuero Ferreira

Produto Interno Bruto (PIB)

Américo Leite Moreira e Roberto Alves Gomes

Produção Industrial do Brasil e Nordeste

Américo Leite Moreira e Biágio de Oliveira Mendes Junior

Desempenho do Comércio no Brasil e Nordeste

Laura Lúcia Ramos Freire e Luciano Carvalho Vivas

Produção Agropecuária

Francisco Raimundo Evangelista, Jackson Dantas Coêlho e Maria de Fátima Vidal

Emprego e Rendimento

Américo Leite Moreira

Setor Externo

Inêz Sílvia Batista Castro

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Francisco Ferreira Alves

Estagiários: João Mairton Moura de Araújo, José Vladímir Cardoso Sena, Rayssa Alexandre Costa e Valéria Falcão de Souza

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE)

Normalização Bibliográfica

Rousianne da Silva Virgulino

Diagramação

Franciana Pequeno da Silva

BNB/Etene

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bl. A2 - Térreo - Passaré Fortaleza - Ceará - Brasil - CEP.: 60.740-000
e-mail: conjuntura@bnb.gov.br
fone: (85) 3299.3033

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 24 (jan. - mar. 2010). - Fortaleza:
Banco do Nordeste do Brasil, 2010 -

100 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia - Brasil - Nordeste - Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS
05	1.1 - Perspectivas para a Energia Eólica no Brasil e no Nordeste
13	1.2 - A Matriz de Insumo-Produto como Instrumento de Avaliação das Aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
19	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
25	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
25	3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)
30	3.2 - Produção Industrial do Brasil
34	3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste
40	3.3 - Comércio
40	3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil
43	3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste
45	3.4 - Produção Agropecuária
45	3.4.1 - Agronegócio
45	3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do faturamento
50	3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio
53	3.4.2 - Agricultura
63	3.4.3 - Pecuária
67	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
69	4.1 - Considerações Adicionais Sobre a Criação de Emprego Formal
73	5 - SETOR EXTERNO
81	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
81	6.1 - Impactos da Crise Financeira Internacional na Receita dos Estados e Municípios
82	6.2- Arrecadação do ICMS

85	6.3 - Transferências Constitucionais
89	7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
89	7.1 - Principais Constatações
89	7.2 - Panorama Geral
90	7.3 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito
92	7.4 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito
95	7.5 - BNB - Taxas de Juros, Depósitos e Operações de Crédito

1 - Avaliação e Perspectivas

1.1 - Perspectivas para a Energia Eólica no Brasil e no Nordeste

Francisco Diniz Bezerra

Engenheiro Civil, Mestre em Engenharia de Produção e Gerente da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB-Etene

Allane Maria Matos Rocha

Bolsista de Economia do BNB/ETENE

O Brasil possui um enorme potencial de geração de energia elétrica, principalmente a partir de fontes renováveis, sendo a hídrica, a eólica e a biomassa algumas das mais abundantes, atualmente. Os derivados de petróleo, o gás natural e o carvão mineral, embora não renováveis, representam também importantes opções de geração de energia elétrica para o Brasil.

No País, as necessidades de energia têm sido supridas preponderantemente a partir da fonte hídrica, devido ao seu enorme potencial, um dos mais elevados do planeta. No entanto, em algumas regiões brasileiras como, por exemplo, no Nordeste, o potencial hidrelétrico remanescente viável economicamente está quase esgotado. O atual parque de geração do Nordeste é insuficiente para atender às necessidades da região que hoje é uma importadora líquida de energia. Para suprir as suas necessidades futuras desse insumo, serão necessários expressivos investimentos em aumento de capacidade instalada de geração e/ou de transmissão.

Ante o iminente esgotamento da fonte hídrica no Nordeste, urge repensar saídas para atender à demanda crescente de energia elétrica da re-

gião. A fonte eólica desponta como opção promissora para os próximos anos, haja vista sua maior competitividade, agora. De fato, no 2º. Leilão de Reserva (Leilão 03/2009), realizado em 14/12/2009 e destinado exclusivamente à fonte eólica, as vendas foram efetivadas ao preço médio de R\$148,39/MWh, 21,5% inferior ao preço-teto de R\$189,00/MWh. O fato abre perspectivas para incrementar a utilização do recurso eólico no Nordeste e também para atrair indústrias de aerogeradores, possibilitando a consolidação de um parque fabril desse setor na região.

Ressalte-se que, apesar dos projetos eólicos negociados no referido leilão, está prevista a instalação de novas hidrelétricas no Nordeste, nos próximos anos, aproveitando o potencial remanescente economicamente viável dos rios Parnaíba e São Francisco. Prevê-se, também, a construção de termelétricas movidas a carvão mineral, derivados de petróleo, gás natural e a urânio. Nesse último caso, através de usinas termonucleares já anunciadas pela própria Presidência da República. Projeta-se, ainda, elevar a capacidade de intercâmbio de energia elétrica com outras regiões, através do reforço no sistema de transmissão. Esses investi-

mentos demandarão cifras expressivas, da ordem de bilhões de reais por ano, constituindo grandes oportunidades de negócios.

Uso da fonte eólica para gerar energia elétrica

O vento constitui uma imensa fonte de energia natural e renovável, a partir da qual é possível gerar grande quantidade de eletricidade. Para tanto, utilizam-se aerogeradores de dimensões variadas, com potência nominal que varia de menos de 1 kW a mais de 7 MW.

A tecnologia de geração eólica desenvolveu-se excepcionalmente nas duas últimas décadas, tanto em ganho de eficiência quanto em confiabilidade e porte dos equipamentos. Atualmente, a indústria de aerogeradores é constituída de poucos grupos, o que caracteriza a sua estrutura de mercado como oligopólio (Gráfico 1).

Atualmente, o Brasil possui dois fabricantes de aerogeradores de grande porte: a Wöbben Windpower (subsidiária da empresa alemã Enercon), com unidades em Sorocaba (SP) e no Complexo Portuário de Pecém (CE); e a Impsa Wind, de capital argentino, localizada em Ipojuca (PE), próxima ao porto de Suape. Outros fabricantes já

manifestaram interesse de implantar fábricas no Brasil, particularmente no Nordeste.

Perspectivas mundiais para a energia eólica

O mercado de energia eólica tem crescido em ritmo acelerado nos últimos anos. Entre 2000 e 2008, a capacidade instalada de geração eólica elevou-se, em média, 26,9% a.a., demandando continuamente a implantação de novas fábricas (Gráfico 2). No mercado de aerogeradores de grande porte, observa-se que a oferta tem sido por vezes insuficiente para atender o mercado mundial desses equipamentos. Este cenário tem provocado um desequilíbrio entre oferta e demanda, pressionando, em alguns momentos, os preços para cima.

A capacidade instalada de geração eólica mundial corresponde a 121.188 MW (dados de 2008). Em termos globais, a Europa destaca-se no uso da energia eólica, sendo que Alemanha e Espanha possuem a maior capacidade instalada. Nesse continente, as perspectivas de crescimento da geração eólica são promissoras, haja vista o compromisso da União Européia de atingir pelo menos 20% de energia renovável até 2020.

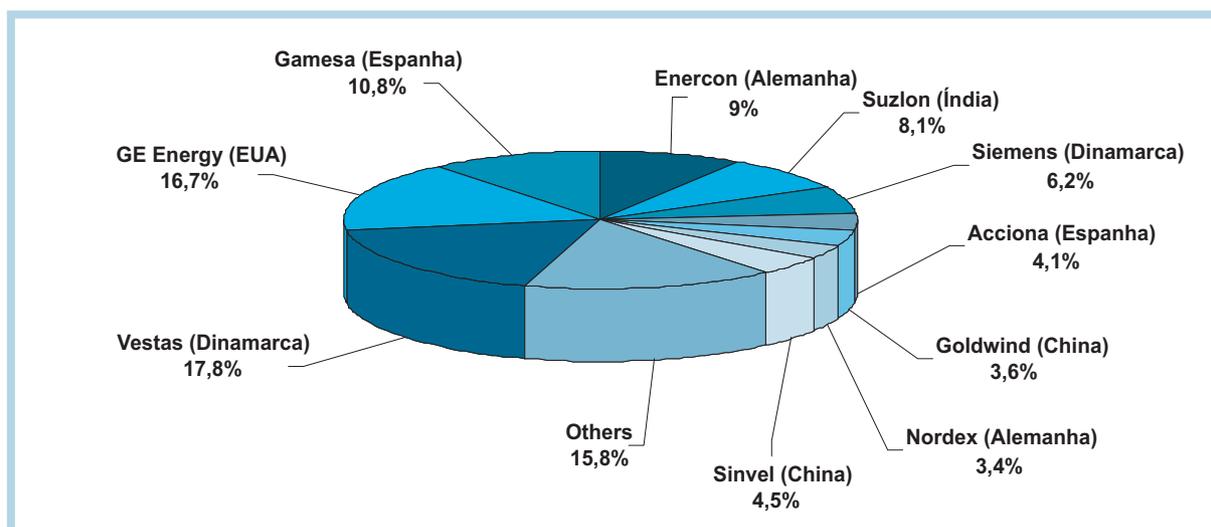


Gráfico 1 – Principais Fabricantes de Aerogeradores do Mundo em 2008

Fonte: DEWI, 2009.

Nota 1: O gráfico representa a distribuição do mercado mundial de aerogeradores entre os principais fabricantes, tendo por base a capacidade instalada dos empreendimentos implantados em 2008, correspondente a 31.326 MW.

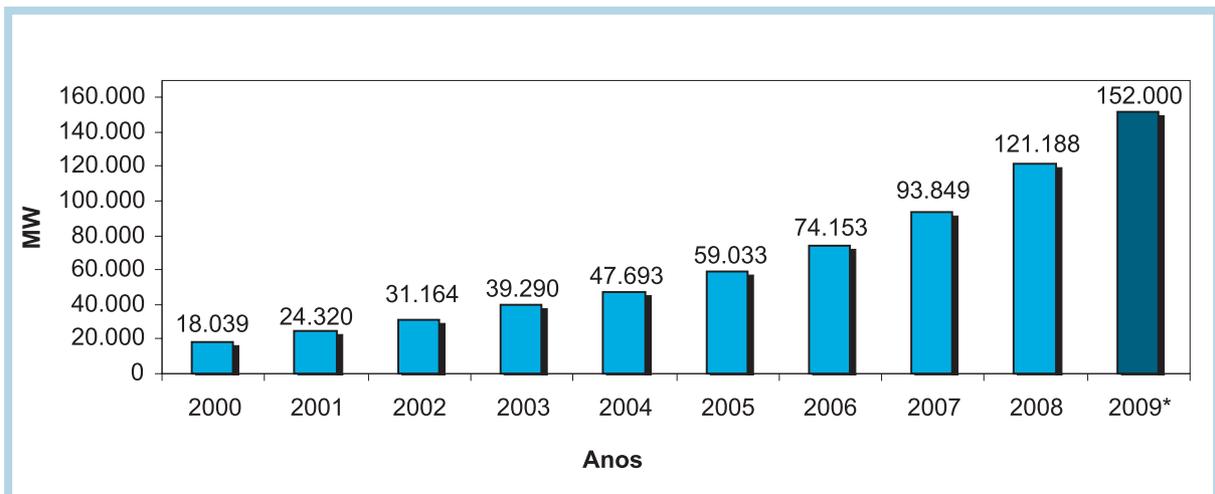


Gráfico 2 – Evolução da Capacidade Instalada de Geração Eólica no Mundo

Fonte: WORLD WIND ENERGY ASSOCIATION, 2010. (*) Projeção.

Outros países que se destacam no setor são: Estados Unidos (20%), China (10%) e Índia (8%). Juntamente com Alemanha (20%) e Espanha (14%), esses três países concentram 72% da capacidade instalada de geração de energia eólica em todo o mundo (Gráfico 3).

Em escala mundial, as projeções para o crescimento da geração eólica são otimistas, em virtude, dentre outras razões, do aumento da competitividade dos aerogeradores e da maior conscientização da humanidade quanto ao impacto negativo da queima de combustíveis fósseis sobre o clima,

fator que há contribuído para aumentar a pressão pelo uso de fontes mais limpas de energia, dentre as quais a eólica.

As perspectivas para a energia eólica no Brasil

O Brasil possui enorme potencial eólico, sendo beneficiado pela existência de fatores considerados favoráveis à implantação de usinas eólicas, a saber: ventos com velocidade média anual acima de 7 m/s em uma extensa área, baixa volatilidade (oscilação da velocidade) e direcionamento preferencial. Além disso, a velocidade do vento

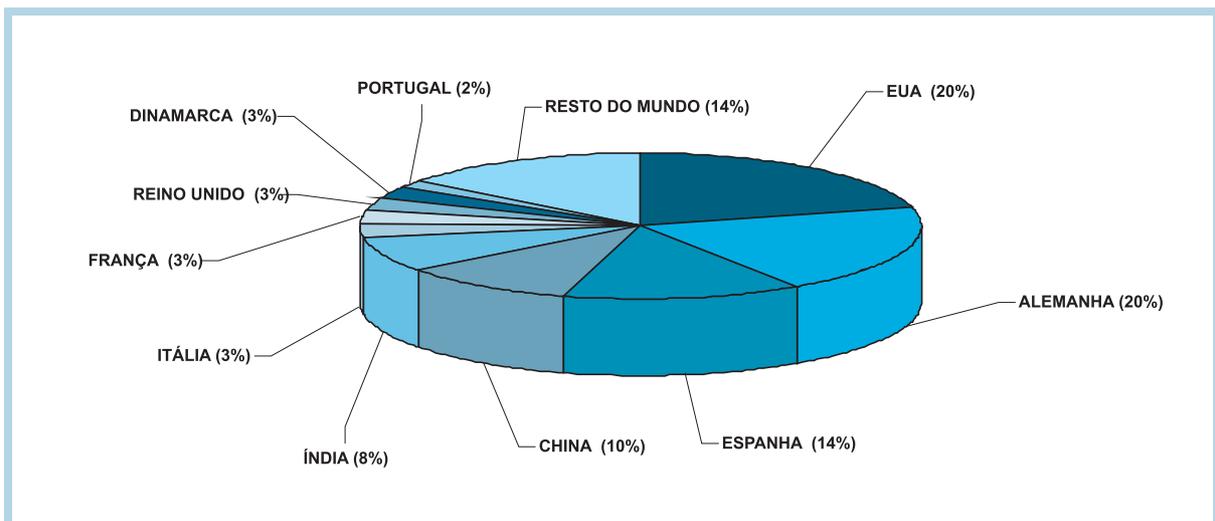


Gráfico 3 – Capacidade Instalada de Geração Eólica Mundial - 2008

Fonte: GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL, 2010.

costuma ser maior em períodos que coincidem com baixas precipitações, o que possibilita operar as usinas eólicas de forma complementar às hidrelétricas, contribuindo para preservar a água dos reservatórios nos períodos de estiagem.

De acordo com estimativas constantes no Atlas do Potencial Eólico, o potencial de geração de energia eólica do Brasil equivale a 12 Itaipus ou 143 GW¹, montante superior à potência instalada total no país (todas as fontes), correspondente a 107 GW em janeiro de 2010. Apesar desse elevado potencial, a utilização do vento para geração de energia elétrica no Brasil ainda é muito tímida, tendo sido instalados, até o momento, 37 usinas eólicas, que somam 659,3 MW (0,6 GW) conforme a Tabela 1.

Entretanto, esse cenário tende a mudar nos próximos anos por conta do êxito do primeiro leilão exclusivo para a fonte eólica (Leilão 03/2009), no qual foram negociados 71 empreendimentos que totalizam 1.805,7 MW (Tabela 2), e também pela possibilidade de ocorrerem outros leilões ainda em 2010.

Embora o preço médio negociado (R\$ 148,39/MWh) ainda seja superior aos preços das fontes térmica e hidráulica, o mercado sinalizou positivamente para a utilização da energia eólica como alternativa economicamente viável. Estas informações indicam um mercado promissor para a indústria de geração de energia elétrica a partir dos ventos, representando a perspectiva de investimentos vultosos, principalmente no Nordeste, que concentra as condições mais favoráveis do Brasil para implantação de parques de aerogeradores.

As perspectivas para a energia eólica regional

O consumo de energia elétrica no Nordeste tem crescido em ritmo significativamente superior ao do PIB regional (Gráfico 4). Com efeito, enquanto o PIB do Nordeste cresceu, no período de 1985 a 2008, à taxa média de 2,5% ao ano, o consumo de energia elétrica evoluiu, em média, 4,2% a.a. Ressalte-se que o avanço poderia ter sido ainda maior, não fosse influenciado pelo racionamento de 2001. De fato, antes do chamado “apagão”, no período 1987-2000 o incremento alcançado foi de 4,6% a.a.; depois dele (2002-2008), 5,6% a.a.

Por outro lado, estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) projetam o crescimento do consumo de energia elétrica no Subsistema Nordeste² à taxa de 5,2% a.a. para o período 2008-2017. Assim, considerando o consumo de energia elétrica observado nesse Subsistema, em 2008, correspondente a 54.252 GWh, depreende-se que em 2017 o consumo atingirá 85.510 GWh (BRASIL, 2009). Atualmente, a demanda de energia elétrica do Nordeste só é plenamente atendida graças à importação de outras regiões, notadamente do Subsistema Norte. Esses números demonstram a necessidade de investimentos expressivos em geração e transmissão de energia elétrica no Nordeste, observado um patamar proporcionalmente superior ao crescimento do Produto Interno Bruto da região, sob pena de sérios riscos de estrangulamento da oferta diante da expansão mais acentuada da demanda interna regional.

Para suprir suas necessidades futuras de energia elétrica, o Nordeste tem na fonte eólica uma alternativa abundante e promissora, além das fontes tradicionais, já referidas.

1 Esta estimativa foi realizada para torres de 50 metros de altura. Os aerogeradores atuais utilizam torres mais elevadas, do que se conclui que o potencial eólico do Brasil é substancialmente superior, estimando-se ser da ordem de 220 GW apenas para projetos comerciais *onshore* (em terra).

2 O Subsistema Nordeste exclui o Maranhão, que pertence ao Subsistema Norte. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é formado pelos subsistemas Norte, Nordeste, Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

Tabela 1 – Usinas Eólicas Implantadas no Brasil – Posição: Janeiro/2010

Usina	Município	Potência Instalada (KW)
CEARÁ		366.634
Eólica de Prainha	Aquiraz	10.000
Eólica de Taíba	São Gonçalo do Amarante	5.000
Parque Eólico de Beberibe	Beberibe	25.600
Mucuripe	Fortaleza	2.400
Foz do Rio Choró	Beberibe	25.200
Praia Formosa	Camocim	104.400
Eólica Canoa Quebrada	Aracati	10.500
Lagoa do Mato	Aracati	3.230
Eólica Icaraizinho	Amontada	54.600
Eólica Paracuru	Paracuru	23.400
Eólica Praias de Parajuru	Beberibe	28.804
Canoa Quebrada	Aracati	57.000
Taíba Albatroz	São Gonçalo do Amarante	16.500
PARAÍBA		55.200
Millennium	Mataraca	10.200
Presidente	Mataraca	4.500
Camurim	Mataraca	4.500
Albatroz	Mataraca	4.500
Coelhos I	Mataraca	4.500
Coelhos III	Mataraca	4.500
Atlântica	Mataraca	4.500
Caravela	Mataraca	4.500
Coelhos II	Mataraca	4.500
Coelhos IV	Mataraca	4.500
Mataraca	Mataraca	4.500
PERNAMBUCO		450
Eólica de Fernando de Noronha	Fernando de Noronha	225
Eólica Olinda	Olinda	225
PIAUÍ		18.000
Pedra do Sal	Parnaíba	18.000
MINAS GERAIS		1.000
Experimental do Morro do Camelinho	Gouveia	1.000
RIO GRANDE DO NORTE		51.100
RN 15 - Rio do Fogo	Rio do Fogo	49.300
Macau	Macau	1.800
RIO GRANDE DO SUL		150.000
Parque Eólico de Osório	Osório	50.000
Parque Eólico Sangradouro	Osório	50.000
Parque Eólico dos Índios	Osório	50.000
SANTA CATARINA		14.400
Eólica Água Doce	Água Doce	9.000
Parque Eólico do Horizonte	Água Doce	4.800
Eólica de Bom Jardim	Bom Jardim da Serra	600
PARANÁ		2.500
Eólio-Elétrica de Palmas	Palmas	2.500
TOTAL: 37 USINAS		659.284

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2010.

Tabela 2 – Estados Contemplados no 1º. Leilão Exclusivo para a Fonte Eólica (Leilão 03/2009)

Estado	Número de Projetos	Potência (MW)	Valor do Investimento (R\$ Milhões)
Rio Grande do Norte	23	657,0	3.395,52
Ceará	21	542,7	2.885,08
Bahia	18	390,0	1.681,19
Rio Grande do Sul	8	186,0	1.274,76
Sergipe	1	30,0	162,40
TOTAL	71	1.805,7	9.398,95

Fonte: CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2010.

Com efeito, o potencial de geração de energia elétrica no Nordeste é da ordem de 75 GW apenas para velocidades médias de vento superiores a 7 m/s (50 m de altura). De acordo com o Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, isso permitiria gerar o equivalente a 144.300 GWh/ano, ou seja, quase três vezes o atual consumo. Esse elevado potencial, considerado o maior do Brasil, se espalha por grandes extensões de terras do litoral e do interior, o que possibilitaria a geração de forma mais descentralizada, prescindindo da construção de extensas linhas de transmissão, como as requeridas pelas grandes usinas hidrelétricas.

Um aspecto importante do recurso eólico para o Nordeste diz respeito ao período do ano em

que o desempenho dos ventos é melhor. Como ilustrado no gráfico cinco, a velocidade dos ventos é maior nos meses em que a vazão do rio São Francisco é menor. Logo, a implantação de centrais eólicas no Nordeste representa uma perfeita complementaridade à geração hidrelétrica.

Atualmente, existem no Nordeste 29 usinas eólicas, que somam 491,4 MW instalados, equivalentes a 75% da potência total do Brasil. A maior participação é do Ceará, com 74,6% do total, seguido da Paraíba (11,2%) Rio Grande do Norte (10,4%) e Piauí (3,7%). A participação de Pernambuco é inexpressiva, representando menos de 1% do total (de MW instalado) do Nordeste.

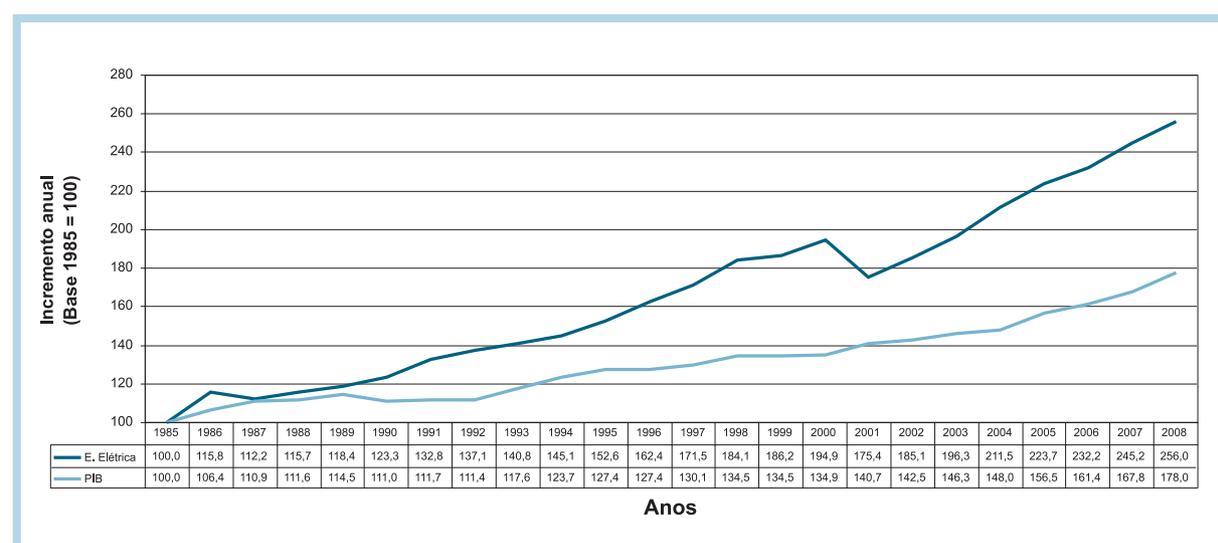


Gráfico 4 – Evolução do PIB e do Consumo de Energia Elétrica no Nordeste

Fontes: IBGE, 2010.

Nota: Para o PIB e consumo de energia foram considerados também projeções do Etene.

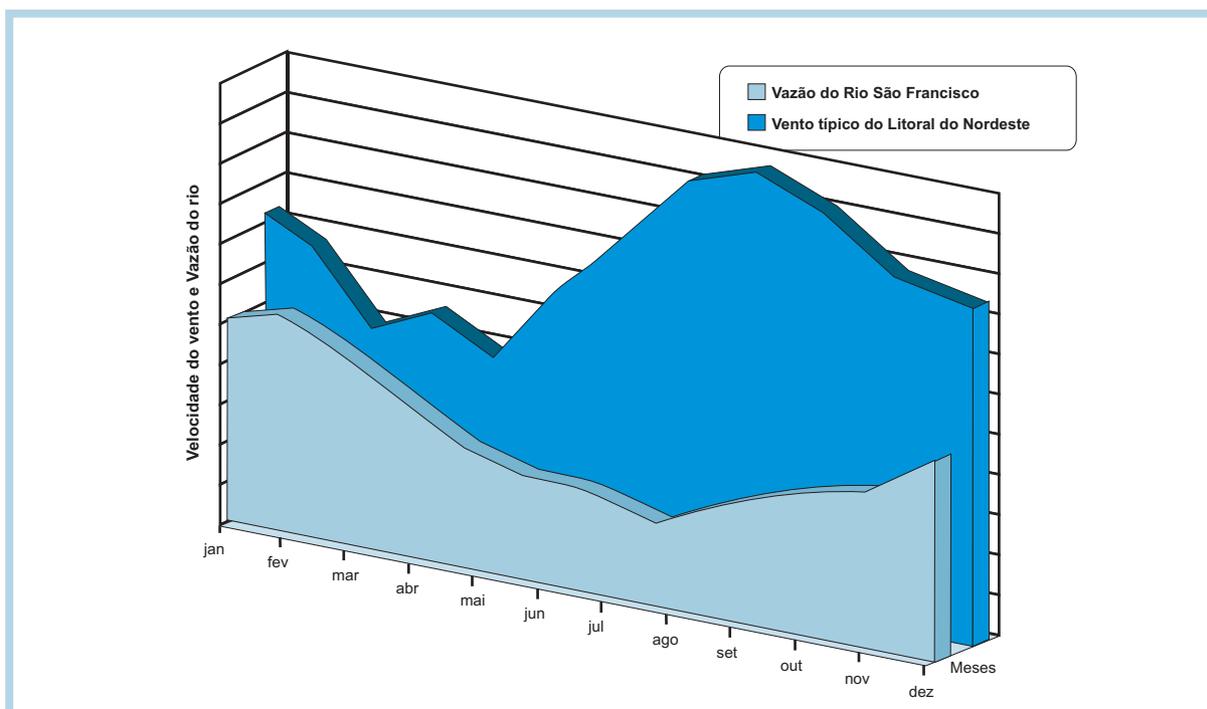


Gráfico 5 – Comparação entre o Fluxo de Água do Rio São Francisco e o Regime de Ventos no Nordeste

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2007.

A maioria desses empreendimentos foi amparada pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), criado pelo governo federal com o objetivo de fomentar o uso dos ventos, da biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) para geração de energia elétrica.

O Nordeste foi a região mais beneficiada no 2º. Leilão de Reserva, destinado exclusivamente à

fonte eólica. A previsão é receber 1.619,7 MW em 63 novos empreendimentos até 2012, que demandarão investimentos da ordem de R\$ 8 bilhões. Os estados contemplados foram: Rio Grande do Norte (657 MW), Ceará (542,7 MW), Bahia (390 MW) e Sergipe (30 MW). O sucesso da licitação representa um passo significativo para a autossuficiência de energia elétrica do Nordeste e abre perspectivas para transformar a região em exportadora em vez de importadora líquida desse insumo básico.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

_____. **Informativo:** energia eólica, n. 6. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2007.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano decenal de expansão de energia 2008/2017**. Rio de Janeiro: EPE, 2009.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.ccee.org.br>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

DEWI MAGAZINE, n. 34, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.dewi.com.br>>. Acesso em: 28 jan. 2010a.

_____. n. 35, 2008. Disponível em: <<http://www.dewi.com.br>>. Acesso em: 28 jan. 2010b.

GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL. **Top 10 annual & cumulative capacity**. 2008. Disponível em: <<http://www.gwec.net>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

IBGE contas regionais 2003/2007. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/default.shtm. Acesso em 29 jan. 2010.

WORLD END ENERGY ASSOCIATION, 2009. Disponível em: <<http://www.wwindea.org>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

1.2 - A Matriz de Insumo-Produto como Instrumento de Avaliação das Aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

Antônio Ricardo de Norões Vidal
Economista, Técnico do BNB-ETENE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é a principal fonte de recursos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Criado pelos constituintes de 1988, o FNE é constituído pela parcela de 1,8% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, sendo operacionalizado pelo BNB nos termos estabelecidos pela lei 7.827/89 que regulamentou o Artigo 159, I, “c” da Constituição.

A matriz de insumo-produto (MIP) é um instrumento utilizado para analisar e avaliar os impactos de aplicações de recursos de longo prazo, a exemplo do FNE. Foi desenvolvida pelo BNB em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), tendo como ano de referência 2004, apresentando analiticamente as relações dos estados onde atua o Banco com outras regiões do Brasil e do exterior. Através dela é possível identificar os principais setores-chave de geração de emprego, renda e produção, bem assim mensurar os fluxos de bens e serviços. Além dos nove estados nordestinos, a matriz construída para o Nordeste abrange também o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, áreas legalmente incorporadas à jurisdição do BNB.

A MIP engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e à jusante de cada elo de

produção. Por seu intermédio, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A ferramenta assemelha-se a uma fotografia econômica que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais deles suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada um. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar a interrelação nas compras de cada segmento.

A construção da MIP passa pelo conhecimento dos insumos que cada setor da economia necessita, de que setor são comprados e de qual estado ou região são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma coleta de informações abrangente, inclusive sobre as empresas, quanto aos fluxos de vendas e fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como tabela de insumo-produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de

análise econômica construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados nordestinos, e entre esses e o restante do País, além de utilizar dados sobre estoque de empregos, exportações e importações fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do BNB, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir são necessários insumos, pagamento de impostos, importação de produtos e geração de valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, claro, da criação de empregos.

Vale destacar que o consumo intermediário exclui os bens de capital e os serviços relacionados com a transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na formação bruta de capital fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias e da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada segmento da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é o provocado pelas compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador

que ocorre devido ao aumento na demanda do consumo das famílias é o chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimativa das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações) teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da matriz inversa de Leontief é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, de emprego, de tributos, de valor adicionado e de salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, do valor adicionado, do emprego, dos salários e dos tributos. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores os impactos são residuais.

Impactos socioeconômicos do FNE em 2009

As aplicações do FNE podem ser avaliadas utilizando-se a matriz de insumo-produto para determinar (i) os impactos quanto à geração do valor bruto da produção, do valor adicionado, do número de empregos, da massa salarial e da geração de tributos; e (ii) os impactos espaciais, ou seja, no estado de atuação do BNB onde ocorreu a aplicação, fora do estado, mas na área de atuação do Banco, e no restante do Brasil.

Como um exemplo prático da aplicação da matriz de insumo-produto, apresenta-se a seguir uma avaliação de alguns impactos socioeconômicos das contratações do FNE em 2009, que totalizaram R\$ 8,8 bilhões com a seguinte distribuição: setor rural (32,4% dos recursos), comércio e serviços (23,9%), indústria e turismo (20,2%), infraestrutura (19,3%) e agroindústria (4,2%).

Caso se considere apenas a repercussão na área do BNB, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2¹, acréscimos no valor bruto da produção (VBP) de aproximadamente R\$ 20,7 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados em 2009². O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção é o rural, com 32,9% do total (Tabela 1).

O valor agregado à economia regional ou valor adicionado (uma aproximação ao que é agregado ao PIB da região) foi estimado em R\$ 11,8 bilhões, com expressiva representação do setor rural, R\$ 4 bilhões. Os resultados nos setores de comércio/serviços, indústria/turismo e de infraestrutura foram também expressivos (Tabela 1).

No que tange ao emprego, estima-se que 1,1 milhão de ocupações formais e informais deverão ser geradas no Nordeste, com os investimentos feitos em 2009. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, 44,2% ou 479 mil ocupações deverão ser geradas no setor rural.

Com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estima-se que, do total de oportunidades de trabalho criadas no setor rural, aproximadamente 2% corresponderão a empregos formais e os 98% restantes a empregos informais e demais ocupações. Na verdade, o índice de formalização do emprego no setor rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os segmentos comercial/serviços e industrial/turismo deverão gerar em torno de 210 mil e 190 mil ocupações, respectivamente, representando 19,4% e 17,5%. Os setores de infraestrutura e agroindustrial deverão responder por 164 mil e 39 mil ocupações, respectivamente (Tabela 1).

Os impactos do FNE sobre o pagamento de salários no Nordeste totalizam R\$ 3.271 milhões, dos quais R\$ 1.093 milhões ou 33,4% concentrados no setor rural e 23,9% (R\$ 782,8 milhões) no de comércio/serviços.

Quanto à geração de impostos na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 3 bilhões, com destaque para os setores rural e de comércio/serviços.

Vale observar que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE na área de abrangên-

1 Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas.

2 Admitiu-se que as contratações de 2009 geraram investimentos realizados no ano de 2009, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

Tabela 1 – FNE - Repercussões Econômicas das Contratações em 2009

Variáveis	Resultados por Setor					Total
	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infra- estrutura	Comercial e Serviços	
Valor Contratado (R\$ milhões)	2.867,87	366,95	1.787,78	1.704,48	2.111,68	8.838,77
Resultados por Setor - Área de Atuação do BNB						
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	6.815,68	857,15	4.167,02	3.953,14	4.909,83	20.702,83
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	4.025,51	488,12	2.385,96	2.128,87	2.733,74	11.762,20
Empregos (em número de pessoas)	478.511	39.391	189.759	163.783	210.077	1.081.522
Salários (em R\$ milhões)	1.093,23	139,02	669,51	586,87	782,86	3.271,50
Tributos (em R\$ milhões)	968,30	124,58	601,19	596,51	731,48	3.022,06
Resultados por Setor - Restante do Brasil						
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	4.810,43	597,72	2.912,24	2.799,39	3.453,09	14.572,88
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	1.989,54	247,47	1.206,29	1.155,63	1.428,43	6.027,36
Empregos (em número de pessoas)	83.444	9.994	48.913	45.842	57.353	245.546
Salários (em R\$ milhões)	612,92	77,0	375,05	360,0	444,6	1.869,56
Tributos (em R\$ milhões)	910,86	113,5	553,48	531,8	655,3	2.764,92
Resultados por Setor - TOTAL						
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	11.626,02	1.454,87	7.079,26	6.752,53	8.362,93	35.275,71
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	6.014,90	735,59	3.592,26	3.284,49	4.162,17	17.789,56
Empregos (em número de pessoas)	561.955	49.385	238.672	209.625	267.431	1.327.068
Salários (em R\$ milhões)	1.706,15	216,00	1.044,57	946,87	1.227,47	5.141,05
Tributos (em R\$ milhões)	1.879,16	238,10	1.154,67	1.128,29	1.386,75	5.786,98

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010.

(1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste de 2004, efeitos diretos, indiretos e de renda (induzidos), tipo II, que se realizaram dentro do ano da aplicação dos recursos (2009).

cia do Banco do Nordeste ocorre fora da região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção ou de produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos na área de jurisdição do BNB já descritos, as contratações do FNE têm reflexos também nas demais regiões brasileiras, os chamados vazamentos que ocorrem na produção, contabilizando as repercussões totais em todo o Brasil.

Assim, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R\$ 35,2 bilhões na produção estimados para o Brasil, R\$ 14,6 bilhões (41,3%) ocorrem fora do Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1,3 milhão de novas ocupações geradas pelo FNE em todo o país, em 2009, 18,5% ocorrem fora da área de abrangência do Banco (Tabela 1). Por um lado, isso indica quanto o estímulo ao desenvolvimento nordestino beneficia conjuntamente o Brasil.

De outro, também sinaliza para as deficiências do Nordeste em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, seja no suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demandas de sua população.

A utilização da matriz de insumo-produto para a avaliação dos impactos das contratações do FNE permitiu a determinação das repercussões nas variáveis de emprego e renda. Com os resultados, fica evidente a importância dos recursos do FNE para o desenvolvimento regional. Por outro lado, a aplicação da matriz insumo-produto permite identificar parte das deficiências nas interações das cadeias produtivas regionais, de forma que as contratações do FNE geram também “vazamentos econômicos”.

A economia do Nordeste está estruturada para atender a demanda final, sendo dependente de

outras regiões em relação a bens intermediários e bens de capital. Torna-se necessário, portanto, a orientação de políticas que adensem as cadeias produtivas nesses segmentos, cadeias que

tenham fortes encadeamentos, de forma a fortalecer a interação econômica e comercial entre os estados nordestinos.

REFERÊNCIAS



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de atividades do FNE**. Fortaleza: BNB, 2010.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Estrutura produtiva da região nordeste**: uma análise de insumo-produto. Fortaleza: BNB, 2010. No prelo.

2 - Síntese de Expectativas

O Fundo Monetário Internacional prevê uma expansão de 4,2% na economia mundial em 2010, com a manutenção do ritmo de crescimento em 2011 (4,3%). Grande parte da retomada da economia mundial deve-se ao desempenho dos países emergentes e em desenvolvimento que deverão registrar avanço de 6,3%, enquanto nos países avançados o incremento estimado é de 2,3% (INTERNATIONAL MONETARY FOUND, 2010).

Apesar da sinalização de uma recuperação da economia mundial, um estudo da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2010) revela que a desaceleração no mercado de trabalho observada desde final de 2008 manteve-se elevada no primeiro trimestre de 2010. Na verdade, as informações disponíveis em 15 países do G20 indicam a supressão de mais de 6 milhões de empregos na indústria de transformação, 2,8 milhões na construção e 2,3 milhões no comércio nos dois anos anteriores ao terceiro trimestre de 2009. Diante desse cenário, o relatório da OIT aponta que as medidas de estímulos fiscais podem ter criado ou salvo 8 milhões de empregos, em 2009, e 6,7 milhões, em 2010.

As economias emergentes e em desenvolvimento da América Latina deverão crescer em patamar acima das taxas dos países desenvolvidos. Para 2010, o FMI projeta incremento de 4% nos países latino-americanos. As condições favoráveis de financiamento externo em função das baixas taxas de juros nas economias avançadas foram determinantes para esse dinamismo.

A recuperação dos preços e da demanda de *commodities* agrícolas e metálicas favoreceu substancialmente as exportações desses países. Nesse sentido, vale destacar o forte aumento das vendas internacionais da América Latina e Caribe para a China, hoje colocado como o terceiro maior parceiro do bloco, atrás dos Estados Unidos e União Europeia (UE). Conforme a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2010), a China deverá superar os europeus como destino das exportações latino-americanas em 2014. Esse cenário somente se confirma no caso de mantido o atual ritmo de crescimento da demanda por produtos da região por parte da União Europeia (UE) e EUA.

Há que se fazer, entretanto, uma importante ressalva nesse cenário que pode representar sério obstáculo à expansão das economias europeia e estadunidense. Trata-se das consequências negativas de possíveis efeitos de contágio da gravíssima crise fiscal e financeira de alguns países europeus. É o caso da Grécia que praticamente se encontra em condições de *default* por conta de um altíssimo déficit fiscal e sobreendividamento, inclusive, com seus títulos soberanos de dívida classificados ultimamente como “títulos podres”.

Se a situação da Grécia, no momento, é de perigo iminente diante de um, ainda, combatido sistema financeiro internacional, também, Portugal, Espanha, Irlanda e Itália, em graus distintos de fragilidade financeira, se encontram sob suspeição de seguir o caminho grego. O fato é que as preocu-

pações de governos, destacando-se o alemão, das autoridades monetárias da UE e do FMI convergem no sentido de restringir a crise grega à própria Grécia, sob pena de por em perigo o próprio euro. Entretanto, tudo aponta no sentido de que essa missão é, se não impossível, de duvidoso êxito, pois o volume de recursos necessários apenas para fazer frente à imediata dívida vincenda é estimado em cerca de 30 bilhões de euros.

Além disso, a UE não dispõe de instrumentos financeiros exclusivos para enfrentar problemas de inadimplência financeira de suas economias particulares, de modo que o socorro imediato somente pode provir do FMI e da decisão interna de cada país em particular, como ora tenta fazer o governo alemão, contudo, sob a aquiescência do respectivo parlamento. Por um lado, são ações que levam certo tempo para serem concertadas, pois, não se fazem sem conflitos de interesses internos; por outro, se o FMI não demonstrou rapidez e capacidade financeira para, pelo menos, atenuar os efeitos desastrosos desde o ápice da crise financeira internacional, em 2008, muito menos será suficiente no momento atual. Daí se passar a depender novamente das ações de Estado, socializando perdas e aumentando déficits já em expressão significativa, mesmo para aqueles países mais organizados financeiramente.

Em resumo, a problemática com se depara a UE pode se estender, em maior ou menor grau, para outras regiões do mundo, sustando a retomada do crescimento especialmente dos denominados países desenvolvidos, tendo a China que servir novamente de colchão amortecedor através das suas importações, particularmente, de *commodities*.

De acordo com o relatório da Cepal, a China respondeu por 7,6% do total das exportações da América Latina e do Caribe, em 2009, devendo alcançar 19,3%, em 2020. A alta demanda chinesa por produtos básicos foi considerada crucial para a recuperação dos países dessa região durante

a crise econômica global. A China foi o único mercado de destino a registrar um incremento de suas compras em 2009, ratificando sua crescente importância para as exportações da América Latina e do Caribe.

Quanto às importações, o estudo avalia que a China superaria Estados Unidos e União Europeia na próxima década em função das crescentes compras de produtos chineses por países latino-americanos e caribenhos. Hoje, 27% das importações do Paraguai, 11% do Chile e da Argentina e 10% do Brasil, México e Colômbia são provenientes do gigante asiático.

No caso do Brasil, o mercado chinês tem sido crucial para o dinamismo das exportações, tornando-se o principal parceiro comercial do país, em 2009. Este ano, a China permanece sendo o grande consumidor de matérias primas brasileiras. Na verdade, a balança comercial somente permanece superavitária em decorrência das exportações de commodities, principalmente para o mercado chinês.

Em contrapartida, a apreciação cambial associada ao dinamismo da demanda interna são os grandes responsáveis pelo aumento do déficit da indústria de transformação. No primeiro trimestre de 2010, o saldo negativo cresceu 89%, alcançado US\$ 7,7 bilhões, com forte aumento das importações de bens intermediários e bens de consumo não-duráveis. Essa alta na importação de bens intermediários revela, em alguns segmentos, a substituição de insumos nacionais (IEDI, 2010). Por outro lado, o mercado interno aquecido desestimula as vendas internacionais de manufaturas. A tendência é de manutenção do saldo negativo da indústria, caso o cenário atual se mantenha.

Essa configuração indica que o crescimento das inversões na economia brasileira dependerá muito mais do dinamismo do mercado doméstico. Estudo do BNDES (2010) procurou identificar

o perfil da retomada do investimento no país a partir do segundo semestre de 2009. Nesse sentido, foram construídos dois (perfis) referentes ao nível de utilização da capacidade instalada da indústria (Nuci): i) o “Nuci interno” que agrupa os setores com produção voltada prioritariamente para o mercado doméstico e ii) o “Nuci externo”, com setores cuja produção destina-se principalmente ao mercado externo.

O resultado aponta para uma mudança no eixo dinâmico da retomada do investimento do mercado externo para o mercado doméstico. Como demonstra a pesquisa, o “Nuci Interno” encontrava-se apenas 2,2 pontos percentuais abaixo do nível de setembro de 2008, enquanto o “Nuci externo” situava-se 3,5 pontos percentuais. Essa diferença revela a liderança do mercado interno no processo de expansão da capacidade produtiva da economia brasileira.

Neste ponto, torna-se necessário fazer algumas considerações sobre a decisão do Conselho de Política Monetária (Copom) em aumentar a taxa básica Selic em 0,75 pontos percentuais (p. p.), passando de 8,75 para 9,5% ao ano, em 28.04.2010, sob o argumento de sustar pressões inflacionárias que estariam a por em risco o regime de metas estabelecido, quebrando a trajetória de queda iniciada na reunião de 21.01.2009. Em consequência, podem-se admitir três efeitos negativos sobre o desempenho econômico corrente do setor público, em termos de déficit fiscal, do comércio exterior, no tocante à competitividade e sobre o PIB, devido ao encarecimento do crédito.

Quanto ao déficit público, o aumento da taxa Selic impacta diretamente sobre o montante da dívida mobiliária federal, pois, parte significativa dela é pós-fixada àquela taxa. De um saldo total, em março do corrente ano, de R\$ 1.805.149 milhões do montante de títulos públicos federais, 27,% são indexados à taxa Selic. Desses, o valor de R\$ 82.632 milhões tem vencimento previsto para este ano a partir do mês de maio (BANCO

CENTRAL DO BRASIL, 2010), sobre o qual, no caso, deve incidir o adicional de aumento da taxa.

No tocante aos efeitos sobre o comércio exterior, estes podem ocorrer de forma indireta na medida em que uma taxa de juros interna mais alta tende a atrair capitais internacionais de curto prazo forçando maior apreciação da taxa de câmbio, particularmente, num momento em que a União Européia passa por ameaças de maior instabilidade financeira. Além dos possíveis efeitos negativos sobre a balança comercial, ainda há que se contar com a possibilidade de atuação do BACEN sendo obrigado a atuar no mercado de câmbio para evitar maiores pressões sobre a taxa de câmbio.

Pelo lado da demanda interna, como, aliás, esta é a intenção do Copom ao aumentar a taxa Selic, a expectativa é de aumento do custo do crédito cujos prováveis efeitos negativos não são somente sobre o consumo final, mas, também, sobre o investimento. E, neste último caso, os efeitos negativos não se efetivam apenas sobre o PIB, porquanto restringe a ampliação da capacidade produtiva, ainda mais quando estava começando a ocorrer uma retomada dos investimentos que haviam se reduzido com os efeitos negativos da crise financeira internacional.

No caso do Nordeste, a expectativa sobre seu dinamismo econômico, em 2010, será influenciado pelos seguintes pontos:

i) expansão do mercado interno, em função do aumento da massa salarial e da elevação do crédito, agora, de certo modo comprometido com a possível elevação das taxas de juros. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE em fevereiro mostram que em seis dos nove estados nordestinos o volume de vendas do comércio cresce a taxas superiores à média nacional.

ii) recuperação dos preços de produtos básicos e semielaborados engendram uma retomada

dos projetos de investimentos em expansão da capacidade em vários setores produtores de bens intermediários com presença importante na estrutura industrial nordestina.

iii) forte participação relativa do setor público como empregador, investidor e executor de programas de transferência de renda no Nordeste.

iv) a atuação destacada do Banco do Nordeste na expansão dos financiamentos direcionados ao setor produtivo regional, tanto através do FNE quanto de outras fontes de recursos. Nessa perspectiva, o BNB reduziu a taxa de juros do programa de microcrédito produtivo orientado (Crediamigo), beneficiando mais de 368 mil mi-

croempresários. A medida atinge dois produtos do microcrédito, o Giro Popular Solidário e o Crediamigo Comunidade. Vale destacar que os desembolsos do Crediamigo já totalizaram R\$ 397,4 milhões no primeiro trimestre de 2010.

Por fim, mesmo diante da aplicação de políticas monetárias restritivas, para atenuar as pressões inflacionárias vigentes, as expectativas de crescimento da economia nacional e, em particular, da economia do Nordeste permanecem bastante satisfatórias, de modo que, na concepção deste boletim de conjuntura, diante das tendências até agora observadas, projetam-se as seguintes configurações de crescimentos dos respectivos Produtos Internos Brutos:

Ano	Brasil		Nordeste	
	R\$ milhões preços de 2009	Taxa de Crescimento %	R\$ milhões preços de 2009	Taxa de Crescimento %
2010	3.312.108,89	5,38	436.098,75	5,40
2011	3.445.918,08	4,04	454.802,61	4,29

REFERENCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN [online] em <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOLFISC>, acesso em 30 abr. 2010.

BNDES. **Mercado doméstico impulsiona a retomada do investimento.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

CEPAL. **La Republica popular de China y America Latina y el Caribe:** hacia una relación estratégica. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

IEDI. **Mercado aquecido e câmbio puxam importações.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 27 abr. 2010.

ILO. **ILO says 21 millions jobs in G20 saved by crisis response policies, but labour market slack remains high.** Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

INTERNATIONAL MONETARY FOUND. **World economic outlook,** abr. 2010. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

Tabela 1 – Nordeste e Brasil – Principais Indicadores Econômicos Janeiro-Março 2010

Indicador	Período/Mês	Unidade	Nordeste Valores	Variação % (a)	Brasil Valores	Variação % (a)
Estimativa produção grãos (b)	2009/10	Mil ton.	12.242,7	4,8	146.312,1	8,3
Estimativa área plantada grãos (b)	2009/10	Mil ha	7.967,5	-2,4	47.600,4	-0,2
Estimativa produtividade grãos (b)	2009/10	Kg/ha	1.537	7,4	3.074	8,4
Produção física industrial	Jan-Mar	Nº Índice	111,7	11,7	118,1	18,1
Índice utiliza.cap.instalada indústria	Fev	%	77,8(c)	73,6(d)	78,6(c)	76,5(d)
Pessoal ocupado na indústria	Jan-Fev	Nº Índice	102,4	2,4	99,8	-0,2
Horas pagas na indústria	Jan-Fev	Nº Índice	102,4	2,4	100,7	0,7
Folha de pagamento real na indústria	Jan-Fev	Nº Índice	104,2	4,2	102,3	2,3
Comércio varejista – vol. de vendas	Jan-Fev	Nº Índice	112,6	12,6	111,3	11,3
Com. varej.ampliado – vol. de vendas	Jan-Fev	Nº Índice	112,7	12,7	111,9	11,9
Exportações	Jan-Mar	US\$ milhões	4.046,6	56,3	39.229,8	25,8
Importações	Jan-Mar	US\$ milhões	3.669,7	87,8	38.337,5	36,0
Corrente de comércio (exp + imp)	Jan-Mar	US\$ milhões	7.716,3	69,8	77.567,3	30,7
Saldo da balança comer. (exp – imp)	Jan-Mar	US\$ milhões	376,9(e)	635,6(f)	892,3(e)	2.988,2(f)
Saldo das operações de crédito (g)	Fev	R\$ milhões	85.695,3	28,1	1.435.171,0	16,8
Saldo dos depósitos bancários (g)	Fev	R\$ milhões	128.467,1	23,3	2.173.920,7	8,9
BNB – Saldo oper. crédito(com FNE)	Março	R\$ milhões	37.126,3	35,5	-	-
BNB – Contratações do FNE	Jan-Mar	R\$ milhões	1.387,7	-33,7	-	-
BNB – Contratações do PRONAF	Jan-Mar	R\$ milhões	206,4	17,3	-	-
BNB – Contratações do Crediamigo	Jan-Mar	R\$ milhões	397,4	32,9	-	-
Arrecadação de receitas federais (h)	Jan-Mar	R\$ milhões	8.573,9	22,3	134.495,0	17,2
Arrecadação de ICMS	Jan-Fev	R\$ milhões	6.727,1	23,0	45.746,9	27,8
Execução orçam. Tes. Nacional	Jan-Fev	R\$ milhões	2.574,9	12,0	133.216,5	5,8
Saldo emprego formal na indústria	Jan-Mar	Mil	-44,5(i)	-63,1(j)	214,4(i)	-146,5(j)
Saldo emprego formal na const. civil	Jan-Mar	Mil	37,2(i)	1,6(j)	127,7(i)	30,3(j)
Saldo emprego formal no comércio	Jan-Mar	Mil	6,4(i)	-8,8(j)	33,3(i)	-70,7(j)
Saldo emprego formal nos serviços	Jan-Mar	Mil	26,3(i)	10,6(j)	263,3(i)	133,1(j)
Saldo emprego formal agropecuária	Jan-Mar	Mil	-16,4(i)	-21,5(j)	18,5(i)	-3,9(j)
Saldo emprego formal total	Jan-Mar	Mil	9,1(i)	-81,2(j)	657,3(i)	-57,7(j)
Taxa média de desocupação Recife(k)	Março	%	8,1(l)	10,4(m)	-	-
Taxa média de desocup. Salvador(k)	Março	%	11,3(l)	11,9(m)	-	-
Taxa média de desocupação Brasil (k)	Março	%	-	-	7,6(l)	9,0(m)

Fontes: IBGE, BACEN, MDIC, MTE - CAGED, CONAB, MF, CONFAZ e BNB.

Elaboração: Equipes de Conjuntura Econômica e da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

(a) Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª. 2ª. e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale. Levantamento: mar/2010;

(b) Valores de 2009 a preços médios do 1º trimestre de 2010. Valores indexados pelo IGP-DI;

(c) Não inclui receita previdenciária. Valores de 2009 a preços constantes a média do 1º trimestre de 2010, indexados pelo IGP-DI;

(d) Valores a preços constantes a média do 1º bimestre de 2010, indexados pelo IGP-DI;

(e) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa. O valor para o Brasil representa a média para as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre;

(f) Valores de 2009 a preços de janeiro/2010, indexados pelo IGP-DI;

(g) Em fevereiro de 2010;

(h) Em fevereiro de 2009.

Notas:

- Saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recurso. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data;
- Contratações de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo;
- O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos;
- Os indicadores de produção, produtividade e de área agrícola foram coletados no documento divulgado pela CONAB denominado acompanhamento da Safra Brasileira, Grãos-referencia: março/2010.

3 - Nível de Atividade

3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto registrou decréscimo de 0,2%, ano passado, em comparação com 2008, em função, sobretudo, do impacto da crise econômica mundial sobre a economia brasileira. O valor total do PIB foi de R\$ 3,1 trilhões, resultado da queda de 0,1% do valor adicionado a preços de mercado e do recuo de 0,8% nos impostos sobre produtos.

Em contrapartida, os resultados para o último trimestre de 2009 são positivos. O indicador do PIB trimestre/mesmo trimestre do ano anterior assinalou crescimento de 4,3%, revelando uma retomada da atividade econômica nas compara-

ções interanuais. Na comparação com o trimestre anterior, o quarto trimestre de 2009 teve avanço de 2% do PIB, a terceira alta consecutiva nessa base de comparação (Gráfico 1).

Analisando pela ótica da demanda, o consumo das famílias foi crucial no sentido de amenizar os efeitos negativos da crise econômica global. Em 2009, sua expansão foi de 4,1%, o sexto ano consecutivo de alta. De acordo com o Instituto Nielsen (CONSUMO, 2010), que mede hábitos de consumo, as regiões Nordeste e Sudeste foram as grandes responsáveis pelo bom desempenho dessa variável, com incrementos acima da média

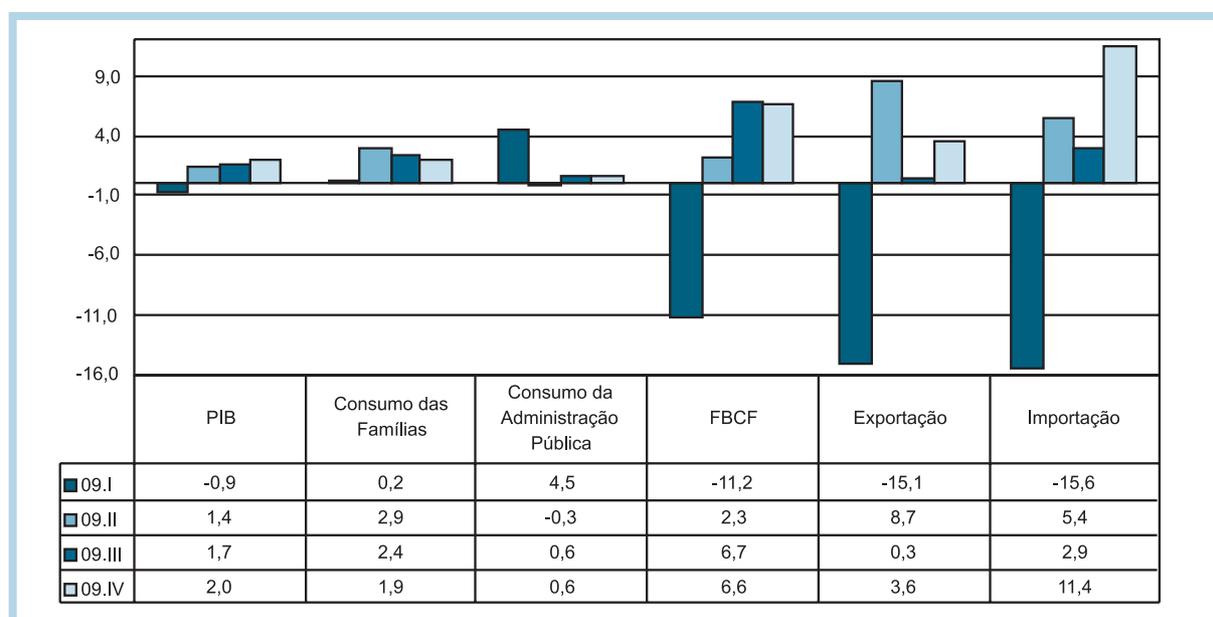


Gráfico 1 – Brasil. Produto Interno Bruto e Formação Bruta de Capital Fixo. Trimestre/Trimestre Imediatamente Anterior – 2008. III a 2009. III

Fonte: IBGE, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

nacional. A chamada classe C, com forte presença nessas regiões, participou com 60% do aumento nas compras de 56 categorias investigadas. Uma pesquisa realizada pelo grupo francês BNP Paribas constatou que cerca de 30 milhões de brasileiros migraram da classe D para a classe C nos últimos cinco anos (IG, 2010a).

O desempenho satisfatório desse componente de demanda reflete as condições favoráveis de expansão da massa salarial e de elevação do crédito¹. Ademais, as desonerações de alguns setores e a atuação contracíclica dos bancos públicos foram também determinantes para esse dinamismo.

A Formação Bruta de Capital fechou o último trimestre de 2009 com decréscimo de 9,9%, decorrente, sobretudo, do desempenho insatisfatório no primeiro semestre da construção civil e da produção e importação de máquinas e equipamentos.

Entretanto, constata-se uma nítida recuperação desse componente no segundo semestre. No indicador mês/mês imediatamente anterior, a

taxa de crescimento da FBCF foi de 6,6%, repetindo o desempenho do trimestre anterior nessa mesma base de comparação, quando o aumento atingiu 6,7%. Na relação entre o quarto trimestre de 2009 e o mesmo trimestre do ano anterior, a expansão dos investimentos atingiu 3,6%, o primeiro acréscimo após três trimestres de retração.

No Nordeste, a retomada das importações de bens de capital é particularmente primordial nos estados com setores exportadores que lideram o ciclo de modernização de suas estruturas produtivas. O movimento de recuperação dos preços das *commodities* beneficiou os programas de investimentos em setores importantes da base industrial nordestina, como a indústria extrativa e a de bens intermediários. Na Bahia e no Maranhão, por exemplo, as importações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes recuperaram os níveis constatados no período pré-crise (Gráfico 2).

O crescimento das importações foi acompanhado por uma retomada da produção industrial de máquinas, aparelhos e materiais elétricos no

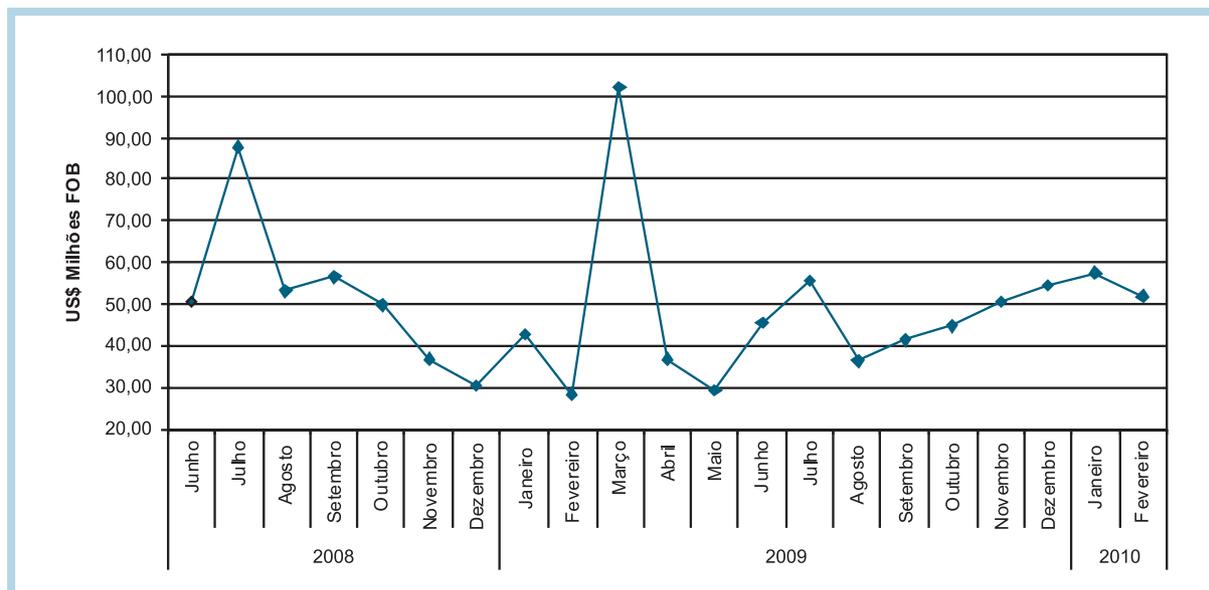


Gráfico 2 – Bahia. Importação de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico e Suas Partes, etc. – Junho de 2008 a Fevereiro de 2010

Fonte: BRASIL, 2010b.

1 Sobre a dinâmica do mercado creditício no País e, em particular, no Nordeste ver o capítulo específico sobre intermediação financeira desta edição de Conjuntura.

Nordeste. No indicador mês/mesmo mês do ano anterior, os resultados positivos voltam a aparecer em dezembro de 2009 e janeiro de 2010, após mais de 12 meses ininterruptos de taxas negativas. Chama a atenção o forte crescimento de 206,6% da produção de máquinas em fevereiro de 2010 (Gráfico 3).

O aumento de 3,7% do consumo governamental em 2009 resultou, principalmente, das políticas contracíclicas no plano fiscal executadas desde o início da crise. Em 2010, constata-se a continuidade do crescimento das despesas de consumo e investimento do Brasil, reflexo, principalmente, do aumento dos gastos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com a ONG Contas Abertas (2010), os investimentos do PAC no primeiro trimestre totalizaram R\$ 3,9 bilhões, superando o valor acumulado do mesmo período dos três anos anteriores (R\$ 3,6 bilhões). Os maiores beneficiados foram os ministérios de Transportes e das Cidades.

Com relação ao mercado externo, o recuo de 10,3% das vendas internacionais em 2009 decor-

reu, em especial, do retraimento da economia mundial. Já a retração de 11,4% das compras internacionais foi resultado do baixo dinamismo da demanda interna no primeiro semestre de 2009.

Entretanto, os indicadores do quarto trimestre de 2009 revelam uma retomada das importações, enquanto as exportações, sobretudo de manufaturas, seguem em baixa, prejudicadas pelo câmbio apreciado e pelo avanço de medidas protecionistas. De fato, no confronto entre o quarto trimestre de 2009 e o mesmo trimestre do ano anterior, as exportações caíram 4,5% e as importações subiram 2,5%. No primeiro trimestre de 2010, o excedente comercial atingiu US\$ 895 milhões, recuo de 70% comparativamente a igual período de 2009.

O desempenho do comércio exterior também se refletiu na corrente de comércio nordestina. Seguindo a tendência nacional, as exportações e as importações da região caíram 24,7% e 30,8%, respectivamente. De acordo com o com o Informe Setorial Indústria e Serviços, editado pelo BNB/Etene, a retração do comércio exterior nor-

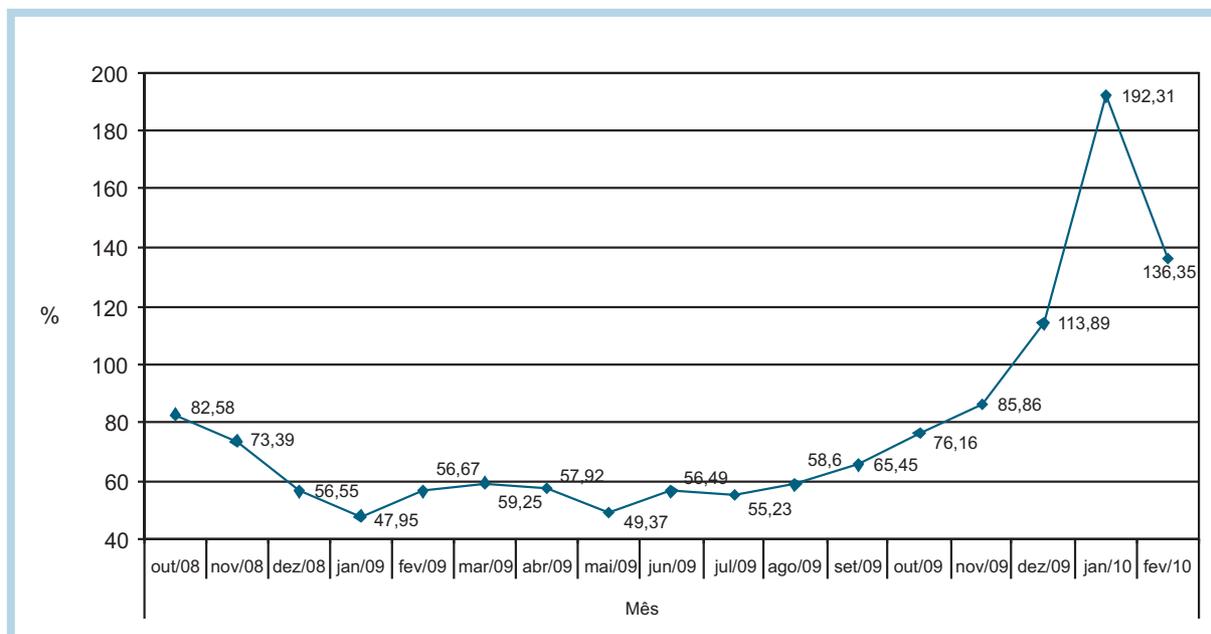


Gráfico 3 – Nordeste – Produção de Máquinas e Equipamentos - Outubro de 2008 a Fevereiro de 2010

Fonte: IBGE; SIDRA, 2010d.

destino só não foi mais intensa em virtude do dinamismo de alguns mercados emergentes, em especial a China (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010b).

Com efeito, o valor exportado pelos estados do Nordeste para o mercado chinês registrou acréscimo de 19,6% em 2009 frente a 2008. Ademais, a China assinalou o maior incremento relativo das vendas do Nordeste ao exterior, passando de 7,3%, em 2008, para 11,7%, em 2009. Vale destacar que o comércio bilateral China - Nordeste do Brasil apresentou uma forte expansão nos últimos sete anos.

A pauta exportadora nordestina é composta, principalmente, de produtos básicos. A recuperação dos preços de alguns produtos dessa categoria (papel e celulose, minério de ferro, petróleo, açúcar e derivados, grãos e oleaginosas) foi crucial para a reativação das exportações regionais nos últimos meses.

Ademais, há que se destacar o excelente desempenho do comércio varejista na Região. Em 2009, seis dos nove estados nordestinos assinalaram expansão do comércio acima da média nacional, com destaque para Piauí (13,26%), Sergipe (13,18%) e Ceará com 9,49% de expansão².

Em síntese, o desempenho do Produto Interno Bruto no quarto trimestre de 2009 revela uma sensível recuperação da atividade econômica, com destaque para a forte retomada da Formação Bruta de Capital Fixo e a manutenção do ritmo de crescimento do consumo das famílias. Contribui para esse cenário o dinamismo da demanda interna na região Nordeste, reflexo da expansão do crédito, sobretudo para os segmentos de baixa renda, e da expansão da massa salarial, além dos programas compensatórios de renda como o

Bolsa Família. De modo que, mesmo com os constrangimentos impostos pela crise internacional, o mercado de trabalho não sofreu tanto precisamente devido aos efeitos positivos das políticas anticíclicas levadas a cabo internamente no País, como se verá adiante.

A taxa de desocupação de janeiro de 2010 sinaliza que o mercado de trabalho já recuperou o bom desempenho da fase pré-crise. Segundo o IBGE, ela atingiu 7,2%, a menor taxa para esse mês desde 2003. Das capitais nordestinas pesquisadas pelo IBGE, Recife registra nítida melhoria. Considerado o desempenho para o mês de janeiro nos últimos sete anos, a taxa de desocupação passou de 11,7%, em 2003, para 8,6%, em 2010, a menor da série para esse mês. Em Salvador, também houve regressão substancial nesse intervalo, caindo de 15,2% para 11,9% (Gráfico 4).

Já o nível de ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) permaneceu estável no total e nas regiões metropolitanas nordestinas investigadas em 2009 na comparação com 2008. A retomada do crescimento econômico no segundo semestre de 2009 foi crucial para esse desempenho.

No caso do Nordeste, o segmento da construção civil, impulsionado pelo aumento das vendas e dos lançamentos de novos empreendimentos imobiliários, contribuiu significativamente para o incremento do pessoal ocupado. No Recife, 13 mil pessoas foram incorporadas ao contingente de trabalhadores da construção civil entre julho e dezembro de 2009, 17,8% a mais em relação ao primeiro semestre do mesmo ano (DIEESE, 2010a). Em Salvador, o aumento foi de 9,7%, o que significou a geração de nove mil novas vagas nesse setor (Tabela 1).

2 Uma análise detalhada das atividades comerciais no País e na região Nordeste, em particular, é vista na seção específica desta edição de Conjuntura.

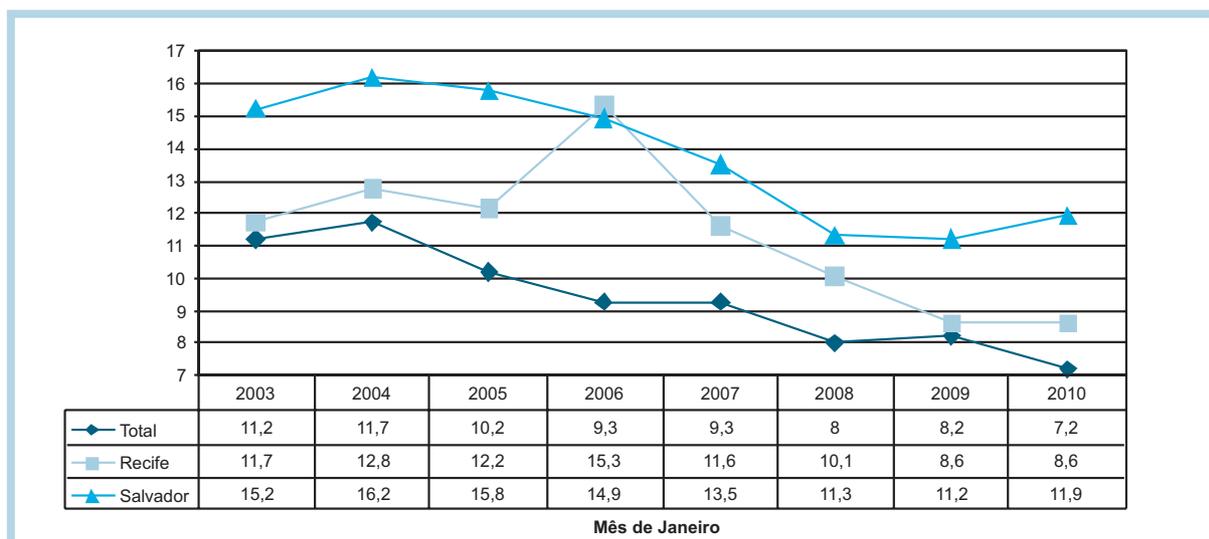


Gráfico 4 – Taxa de Desocupação para os Meses de Janeiro – Total das Regiões, Recife e Salvador

Fonte: IBGE, 2010e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

A estabilidade no nível de ocupação foi acompanhada pela elevação do rendimento médio real habitual da população ocupada no Brasil estimada em R\$ 1.373,50, em janeiro de 2010. Esse resultado indica acréscimo de 10,5% em relação a janeiro de 2003 e recuo de 0,3% frente a jan./08. Essa mesma dinâmica observa-se em Recife, que assinalou expansão de 6,1% em relação a 2003 e decréscimo de 2,3% no confronto com a posição de jan./08. Já em Salvador, a massa de rendimentos registrou incremento nessas duas bases de comparação, de 3,8% e 2,8%, respectivamente.

Contribuiu para reduzir o impacto da crise sobre a massa de rendimentos a continuidade

da política de valorização do salário mínimo no primeiro semestre de 2009. Segundo o Dieese (2010b), o salário mínimo de R\$ 510,00 a partir de janeiro de 2010 proporcionou ganho real acumulado de 6% entre fevereiro e dezembro de 2009, resultado de uma variação nominal de 9,7% contra uma inflação de 3,4% no período.

A distribuição dos ocupados por faixa de salários mínimos nas diversas regiões revela que o Nordeste apresenta a maior parcela de trabalhadores na faixa salarial de até um salário mínimo, com 58,6% do total. Portanto, o ganho real contribui substancialmente para a expansão da demanda interna regional (Tabela 2).

Tabela 1 – Estimativa de Ocupados na Construção Civil, Total das Regiões Investigadas, Recife e Salvador

Regiões	2008		2009		Variação Absoluta (em mil pessoas)		Variação Relativa (%)	
	2º Sem	1º Sem	2º Sem	Semestral		Anual		
				2º Sem. 2009/ 1º Sem/2009	2º Sem. 2009/ 2º Sem/2008	2º Sem. 2009/ 1º Sem/2009	2º Sem. 2009/ 2º Sem/2008	
Total	993	1.013	1.116	103	123	10,2	12,4	
Recife	64	73	86	13	22	17,8	34,4	
Salvador	88	92	102	9	14	9,7	15,9	

Fonte: DIEESE, 2010a.

Tabela 2 – Brasil e Regiões. Distribuição dos Ocupados, por Faixa de Rendimentos em Todos os Trabalhos – 2008

Regiões	Com rendimento até 2 S.M.			Mais de 2 S.M.	Total Absoluto
	Até 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Total		
Norte	39,7	34,4	74,1	25,9	5.950
Nordeste	58,6	24,8	83,4	16,6	20.167
Sudeste	22,5	38,5	60,9	39,1	36.552
Sul	20,7	39,9	60,6	39,4	12.983
Centro-Oeste	28,1	36,8	64,9	35,1	6.361
Brasil	32,8	34,9	67,7	32,3	82.013

Fonte: DIEESE, 2010c.

Por fim, diante do quadro traçado neste contexto, as expectativas para a economia brasileira, em geral, e o Nordeste, em particular, são bastante alvissareiras. Ou seja, a economia vem superando os efeitos negativos da crise internacional com um mínimo de danos internos, principal-

mente, porque a formação do produto e, consequentemente, a dinâmica do mercado laboral está intimamente ligada à demanda interna, inclusive, com a taxa de investimentos começando a dar sinais efetivos de recuperação.

3.2 - Produção Industrial do Brasil

A produção industrial apresentou elevação de 1,5% na passagem de janeiro para fevereiro de 2010 na série livre de ajustes sazonais, após uma expansão de 1,2% no mês anterior. Comparando-se fevereiro de 2010 com fevereiro de 2009, constatou-se uma expansão de 18,4%, repetindo o resultado de dois dígitos de dezembro de 2009 e janeiro de 2010. A pequena base de comparação foi crucial para o desempenho da atividade industrial nesse período. No acumulado jan.-fev./10, a indústria já cresceu 17,2% frente ao mesmo período de 2009. Em função desses resultados, o indicador acumulado nos últimos 12 meses até fevereiro assinalou queda de 2,6%, abaixo das variações de meses anteriores (Gráfico 5).

Dos 27 segmentos investigados, 15 registraram aumento no mês de fevereiro em comparação a janeiro de 2010, com ênfase para a indústria farma-

cêutica (15,9%), edição e gráfica (7%) e máquinas para escritórios e equipamentos de informática (15%). Valendo lembrar que esses segmentos assinalaram retrações em janeiro.

Em contrapartida, os ramos de refino de petróleo e produção de álcool (-2,3%), vestuário e acessórios (-8,6%) e produtos de metal (-3,2%) apresentaram recuo.

Por categoria de uso, os resultados apontam para uma expansão de 2,4% do segmento de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis no mês de fevereiro/2010 em comparação ao mês anterior, a terceira taxa positiva consecutiva. Os bens de consumo duráveis (0,7%) e bens de capital (1,7%) também apresentaram taxa positivas de crescimento. Por outro lado, o segmento de bens intermediários teve retração de 0,5% após 13

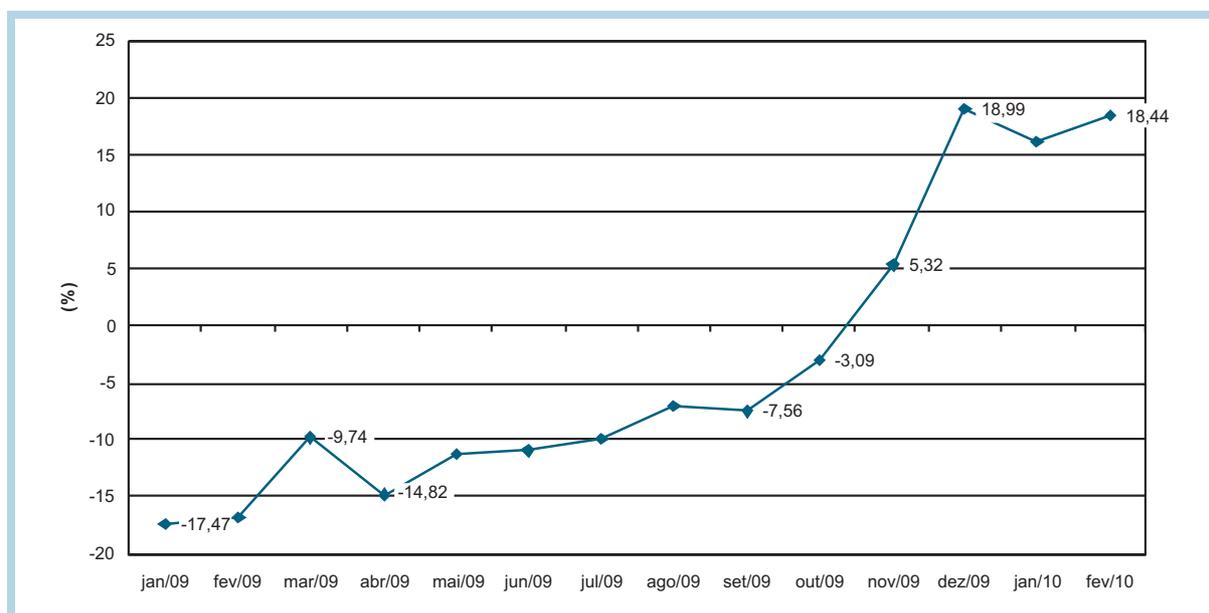


Gráfico 5 – Produção Física Industrial (com ajuste sazonal). Base: Mês/mesmo Mês do Ano Anterior. Janeiro de 2009 a Fevereiro de 2010

Fonte: IBGE, 2010f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

meses de expansão durante os quais acumulou ganho de 22,4%.

Já no confronto com o fev./09, 24 ramos da indústria apresentaram avanço, com ênfase para veículos automotores (36,3%), máquinas e equipamentos (42,3%), produtos químicos (26,7%) e indústrias extrativas (20,3%).

Todas as categorias de uso cresceram acima de dois dígitos em fevereiro de 2010. A de maior variação foi bens de capital (+26,2%), a mais relevante desde abril de 2008. Na sequência, aparecem bens de consumo duráveis (25,2%), bens intermediários (19,4%) e bens de consumo semi-duráveis e não-duráveis (10,5%). Vale destacar que a baixa base de comparação contribuiu para o desempenho da atividade industrial.

A recuperação do ritmo de produção da indústria teve reflexo positivo no nível de utilização da capacidade instalada. Dados da Fundação Getúlio Vargas mostram uma recuperação do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) a partir do segundo semestre de 2009, aproximando-se dos

níveis observados na fase anterior à crise internacional. Em março de 2010, o Nuci atingiu 83,5%, alta de 8,3% sobre o mesmo mês de 2009.

Observando por categoria de uso, percebe-se que os segmentos beneficiados com os estímulos fiscais aumentaram significativamente a utilização da capacidade instalada ainda no primeiro semestre de 2009. Houve a redução da ociosidade do setor de bens intermediários decorrente da recuperação dos preços e demanda de algumas *commodities* industriais no mercado internacional. Ademais, o dinamismo do setor de duráveis e de material de construção beneficiou vários ramos dessa categoria de uso (Gráfico 6).

Com relação ao setor de bens de capital, observa-se uma nítida progressão do Nuci a partir de dezembro de 2009, refletindo a melhora das expectativas dos empresários com relação ao ambiente de negócios.

Uma consulta realizada durante janeiro e fevereiro de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE)

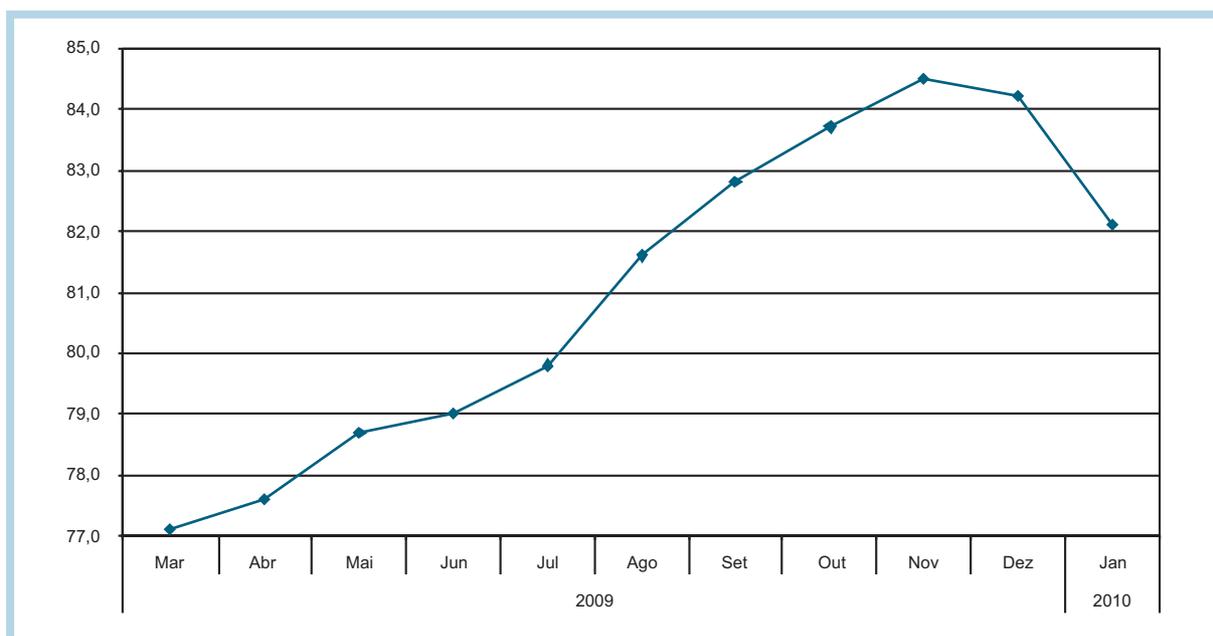


Gráfico 6 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada com Ajuste Sazonal (%). Março de 2009 a Janeiro de 2010

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010a.

com empresas industriais revelou que a expansão da capacidade instalada prevista para 2010 é de 14,6%, em média, o maior percentual apurado nos últimos oito anos. Com relação ao período 2010-2012, o incremento da capacidade produtiva sinalizado foi de 23,6%, superando a previsão do ano anterior para o triênio 2009-2011 (21,2%) (Tabela 3).

Por categoria de uso, o destaque ficou por conta do setor de bens de consumo, com previsão de expansão média de 16%. O setor de bens de capital, porém, registrou o maior crescimento nas previsões realizadas entre janeiro de 2008 e janeiro de 2009, com um aumento 5,5%.

Entre os fatores que influenciam os investimentos, destaque para o nível da demanda interna, considerado por 80% das empresas investigadas entre os maiores relevantes. Já as condições de financiamento foram avaliadas como importante por 42% das empresas, o melhor resultado da série.

O emprego industrial também foi beneficiado pela retomada do dinamismo da produção industrial. De fato, o número de ocupados na indústria brasileira cresceu 0,6% em fev./2010 em relação ao mês anterior, após um incremento de 0,3% em janeiro/2010 sobre dezembro/2009. Em relação a fev./09, o acréscimo do emprego industrial foi de 0,7% em fev./10, a primeira va-

Tabela 3 – Previsões de Expansão da Capacidade Produtiva da Indústria de Transformação (média em %)*

Para o ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	8,4%	960,0%	10,2%	10,6%	12,2%	12,0%	13,6%	11,4%	14,6%
Para o triênio	2002/ 2004	2003/ 2005	2004/ 2006	2005/ 2007	2006/ 2008	2007/ 2009	2008/ 2010	2009/ 2011	2010/ 2012
	19,5%	23,9%	19,9%	21,0%	21,1%	22,0%	25,1%	21,2%	23,8%

Fonte: IBRE; FGV, 2010.

*Previsões feitas em janeiro de cada ano até 2007. A partir de 2008, previsões feitas nos bimestres janeiro-fevereiro.

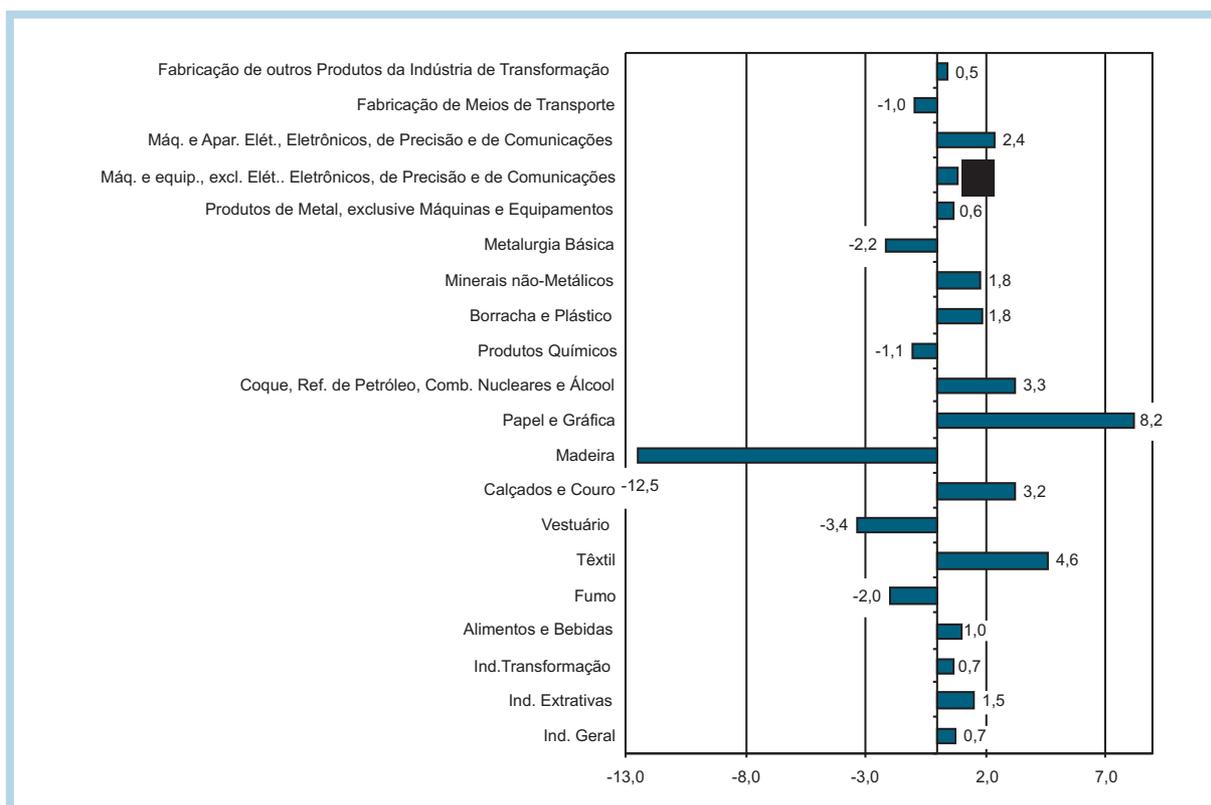


Gráfico 7 – Emprego Industrial. Pessoal Ocupado Assalariado. Variação em Fevereiro de 2010 com Relação ao mesmo Período do Ano Anterior (%)

Fonte: IBGE, 2010f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

riação positiva nessa base de comparação desde novembro de 2008. Do total de 18 segmentos investigados, 11 aumentaram o número de trabalhadores na indústria, com destaque para gráfica (8,2%), têxtil (4,6%), alimentos e bebidas (1%) e calçados e couro (3,2%). Com relação ao número de horas pagas, o crescimento foi ainda mais acentuado, com variação positiva de 1,5% em fev./10 sobre jan./10 e de 1,6% frente a fev./09. Setorialmente, papel e gráfica (8,6%), alimentos e bebidas (1,8%) e meios de transporte (4,9%) registraram as maiores contribuições (Gráfico 7).

O desempenho da indústria automobilística confirma a tendência de crescimento. Em março de 2010 a produção cresceu 20% na comparação com março/09 e o emprego 4,7%. O diferencial justifica-se em função do aumento substancial das horas extras. De acordo com a

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, a demanda interna aquecida foi determinante para o aumento do adicional de trabalho.

No caso da unidade de produção da Volkswagen de Taubaté, por exemplo, houve produção adicional em fins de semana. Já na fábrica da Fiat de Betim e da GM de São Caetano ocorreu acréscimo de oito horas semanais no expediente dos trabalhadores, além da jornada normal de 44 horas (IG, 2010b).

Os resultados da produção industrial no mês de fevereiro de 2010 confirmam uma nítida recuperação da atividade industrial, com a liderança do setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis. A julgar pelas previsões de investimentos visando à ampliação da capacidade produtiva da indústria de transformação, a tendência é de continuidade desse dinamismo.

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional (PIM-PF Regional), a produção do setor no Nordeste cresceu 0,8% entre janeiro e fevereiro de 2010, a sétima taxa positiva consecutiva. Nesse intervalo, a produção nordestina já acumula alta de 11,3%.

Nas comparações interanuais, os resultados são significativos: 15,8% no confronto com fev./09 e 16,3% no acumulado jan.-fev-2009/jan.-fev-2010. Conforme esses indicadores, a indústria nordestina apresentou expansão inferior à média nacional. A menor presença dos segmentos de bens de consumo duráveis e bens de capital na região explica essa diferença. Essas duas categorias, entretanto, registraram os maiores incrementos no primeiro bimestre de 2010.

O desempenho da indústria nordestina no acumulado dos dois primeiros meses de 2010 resultou da expansão de oito dos onze ramos industriais, com destaque para os segmentos de produtos químicos (32,6%), metalurgia básica (37,4%) e têxtil (15,7%). Vale destacar que os dois primeiros segmentos encontram-se entre os mais representativos da matriz industrial nordestina em termos de VTI-Valor de Transformação Industrial (Tabela 4).

tina em termos de VTI-Valor de Transformação Industrial (Tabela 4).

O aumento da produção de produtos químicos reflete a conjuntura externa favorável. Uma das empresas de maior destaque no setor de químicos/petroquímicos, a Braskem, líder na produção de resinas termoplásticas nas Américas e com forte presença nos estados da Bahia e Alagoas, avalia positivamente o cenário de curto prazo em função, sobretudo, da conjuntura internacional favorável, beneficiada pela forte demanda chinesa, pela recuperação da demanda na Europa e nos Estados Unidos e pelas paradas programadas de manutenção na Ásia (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA BAHIA, 2010).

Nessa perspectiva, a Braskem está reforçando seu processo de internacionalização, com a compra da empresa americana Sunoco Chemicals. De acordo com a direção da Braskem, essa aquisição é o primeiro passo na estratégia de estabelecer operações no maior e mais competitivo mercado consumidor de resinas, complementando o processo em andamento a partir de significativos projetos *greenfield* no México, Venezuela e Peru (BRASKEM, 2010).

Tabela 4 – Nordeste. Valor de Transformação Industrial. 2007

Nordeste e Atividades Industriais Selecionadas	Valor da Transformação Industrial	
	Total (Mil R\$)	Participação (%)
Nordeste	57.352.612	100,0
Refino de Petróleo e Produção de álcool	11.623.920	20,3
Alimentos e Bebidas	10.150.932	17,7
Produtos Químicos	8.285.024	14,4
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores	5.091.476	8,9
Metalúrgica Básica	3.312.378	5,8
Demais Atividades	18.888.882	32,9

Fonte: IBGE, 2010h.

Entretanto, a ampliação da capacidade de produção, em função de novos investimentos, sobretudo, na Ásia e no Oriente Médio, pode gerar um excesso de oferta no médio prazo, com impactos negativos na rentabilidade do setor em nível mundial.

O desempenho da estrutura industrial nordestina foi beneficiado pelo volume de crédito direcionado à indústria pelos bancos públicos em uma conjuntura de crise econômica mundial. O saldo de financiamento de longo prazo do Banco do Nordeste do Brasil, por exemplo, somaram R\$ 11,4 bilhões em 2009, incremento de 26% em relação ao ano anterior.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal *funding* do banco, respondeu pela contratação de milhares de operações em 2009, com valor total de R\$ 8,9 bilhões, o que significa uma expansão expressiva em relação ao exercício anterior. Por setor econômico, a agroindústria e a indústria regional registraram expansão de, respectivamente, 38,1% e 5,1%, em 2009. Em termos de valores, vale destacar o segmento de infraestrutura, com R\$ 1,8 bilhão, acréscimo de 47,7% em relação a 2008. A expansão dos investimentos em infraestrutura é crucial para melhorar a competitividade da indústria nordestina (Tabela 5).

Dos estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, Pernambuco foi o único a apresentar taxa de crescimento positiva no indicador mês/mês

imediatamente anterior: 11,1% em fevereiro de 2010 quando em janeiro tinha sido apenas 0,2%. No indicador mensal, constatou-se alta de 24,7%, a maior desde fevereiro de 1995 (44,1%) e acima da média nacional (18,4%). Já no acumulado do primeiro bimestre de 2010, o acréscimo foi de 11,6%.

Em Pernambuco, sete dos onze ramos analisados assinalaram taxas positivas de crescimento no acumulado dos dois primeiros meses de 2010, com ênfase em metalurgia básica (47,1%), produtos químicos (35,4%) e máquinas, aparelhos e material elétrico (58,5%). Por outro lado, o segmento de refino de petróleo e produção de álcool exerceu a maior influência negativa (- 35,2%), reflexo da queda da produção de álcool (Gráfico 8).

O dinamismo da atividade industrial de Pernambuco é ratificado pela pesquisa de indicadores industriais realizada pela Unidade de Pesquisas Técnicas (UPTEC) da FIEP (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2010). Segundo o estudo, as vendas da indústria de transformação no primeiro bimestre de 2010 cresceram 27,4%, destacando-se os segmentos de máquinas e equipamentos (254%), preparação de couro, fabricação de artefatos de couro e calçados (123,7%) e produção de minerais não-metálicos (76,3%). Os setores de alimentos e bebidas (34,2%) e produtos químicos (6,9%) destacaram-se também no aumento das vendas das atividades com maior

Tabela 5 – Área de Atuação BNB: Aplicação por Setor de Atividade – R\$ Milhões

Agricultura	R\$ Milhões Correntes
Agrícola	1.605,7
Pecuária	1.262,1
Agroindústria	366,9
Industrial	1.787,8
Infraestrutura	1.704,5
Comércio	1.373,1
Serviços	738,5
Total geral	8.838,8

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010c.

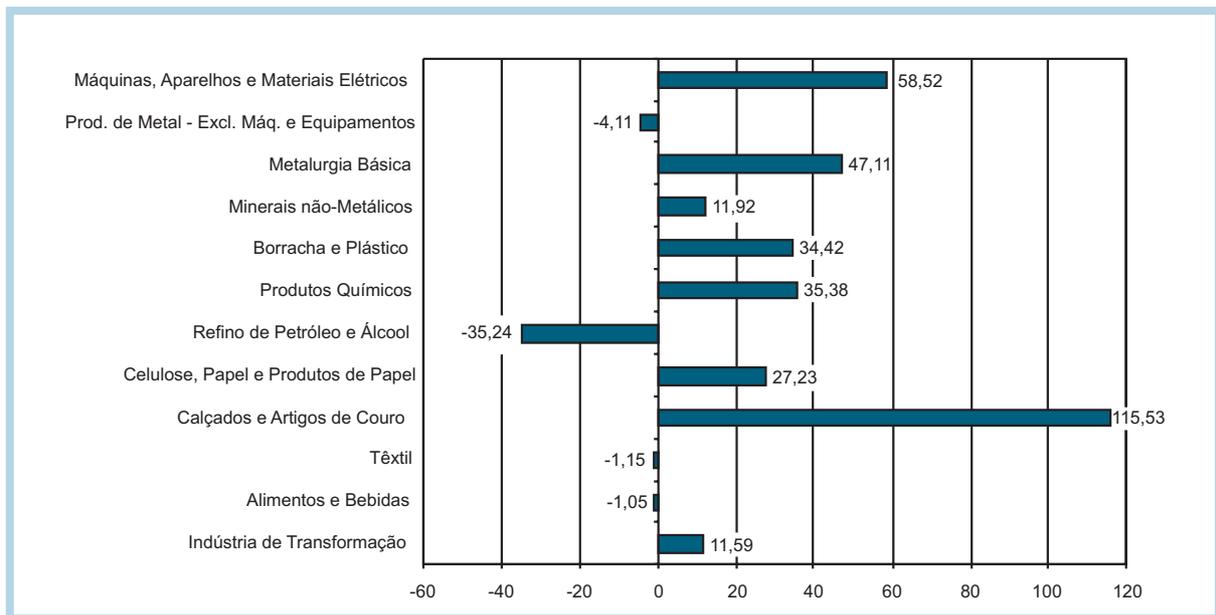


Gráfico 8 – Pernambuco. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Primeiro Bimestre (%)

Fonte: IBGE.

participação no VTI estadual. Dos 14 setores investigados, apenas coque/refino de combustível e álcool teve resultado negativo (-76,9%), em sintonia com o recuo da produção (Gráfico 9).

A expansão da produção e das vendas foi acompanhada de incremento do pessoal empregado de 3,6% no primeiro bimestre de 2010, com variação

positiva em 10 dos 14 segmentos investigados. Esse resultado foi fortemente influenciado pelo desempenho das atividades de alimentos e bebidas (5,5%) e produtos de minerais não-metálicos (6,7%) (Gráfico 10)

Em sentido contrário, houve recuo de 0,9% do valor destinado à compra de insumos e ma-

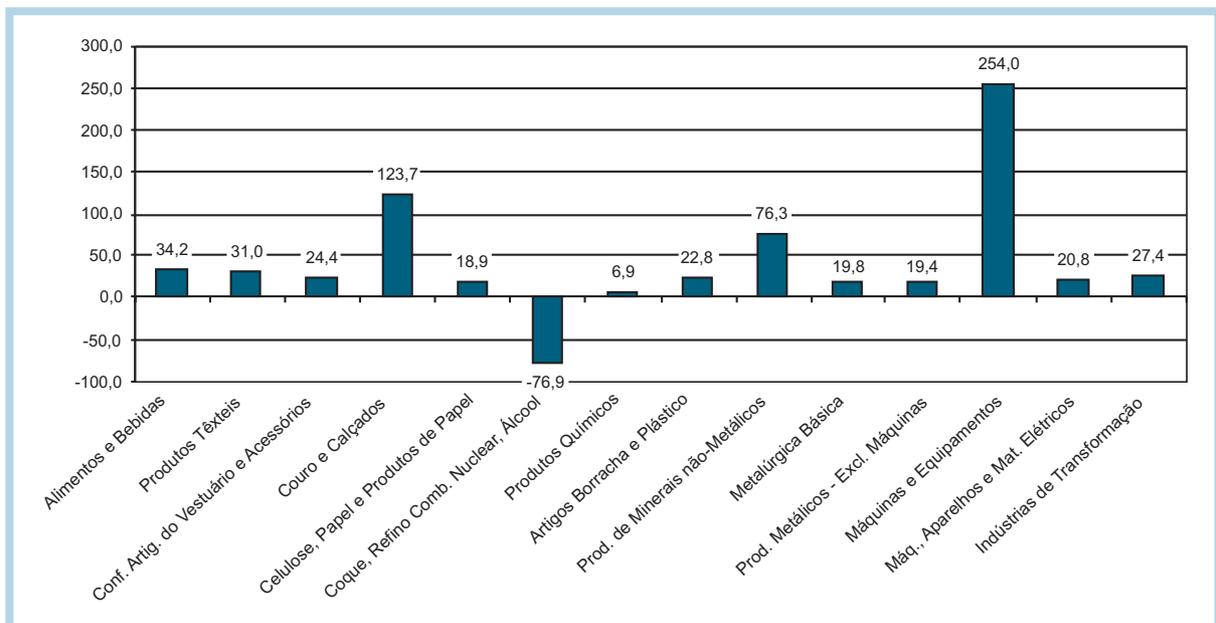


Gráfico 9 – Pernambuco. Vendas Reais da Indústria de Transformação. Acumulado do Primeiro Bimestre

Fonte: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2010b.

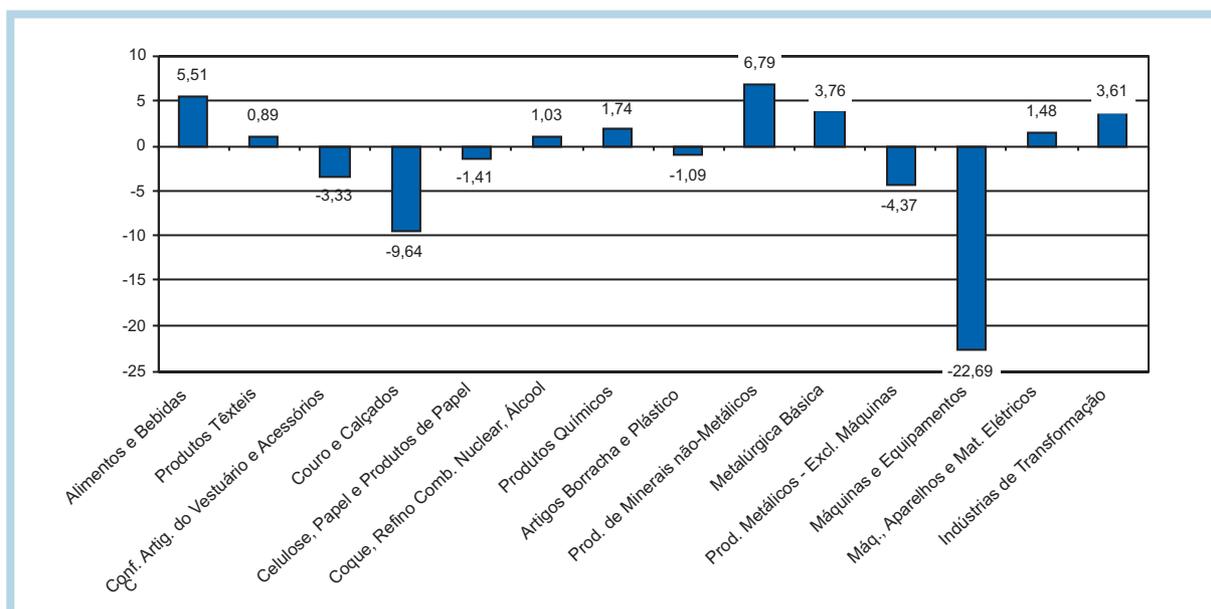


Gráfico 10 – Pernambuco. Pessoal Empregado da Indústria de Transformação. Acumulado do Primeiro Bimestre

Fonte: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2010b.

térias-primas pela indústria de transformação no acumulado de 2010. A existência de estoques foi a justificativa para a retração das compras em segmentos importantes do VTI de Pernambuco como alimentos e bebidas (-4,9%), produtos de minerais não-metálicos (-0,49%) e produtos químicos (-1,37%).

O Ceará assinalou decréscimo de 1% na produção industrial em fevereiro de 2010 no confronto com o mês anterior, após crescer sete meses seguidos com ganho acumulado de 15,8%. No indicador mensal, a indústria cearense registra crescimento de 22,5%, reflexo principalmente da pequena base de comparação.

Já no acumulado dos dois primeiros meses do ano de 2010, o acréscimo de 16,8% foi inferior à média nacional (17,2%). As principais pressões positivas vieram de produtos químicos (42,5%), calçados e artigos de couro (38,6%) e têxtil (21,5%). A expansão da produção de calçados é particularmente importante, dado que esse ramo responde pela maior parcela do VTI do Estado. Por outro lado, os segmentos refino de petróleo e produção de álcool (-13%) e máquinas, equi-

pamentos, aparelhos e material elétrico (-2%) registraram as maiores quedas (Gráfico 11).

A expansão da produção industrial cearense foi acompanhada de resultados favoráveis em termos de vendas totais, pessoal empregado e nível de utilização da capacidade instalada. De acordo com a pesquisa dos indicadores industriais realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI) da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (2010), o Estado obteve desempenho positivo em todas as variáveis analisadas no acumulado dos dois primeiros meses do ano de 2010. Com relação às vendas totais no primeiro bimestre, a expansão foi de 20,2%, com destaque para as indústrias químicas (37%), metalúrgica (28,2%) e calçados (27,8%) (Gráfico 12).

Observa-se também que a variação do pessoal ocupado foi satisfatória para a indústria cearense. De fato, o pessoal empregado cresceu 14,9% nos dois primeiros meses de 2010 em relação a igual período de 2009. Apresentaram resultados expressivos os ramos de calçados (38,5%), químico (15,9%) e produtos alimentares (7,7%) (Gráfico 13).

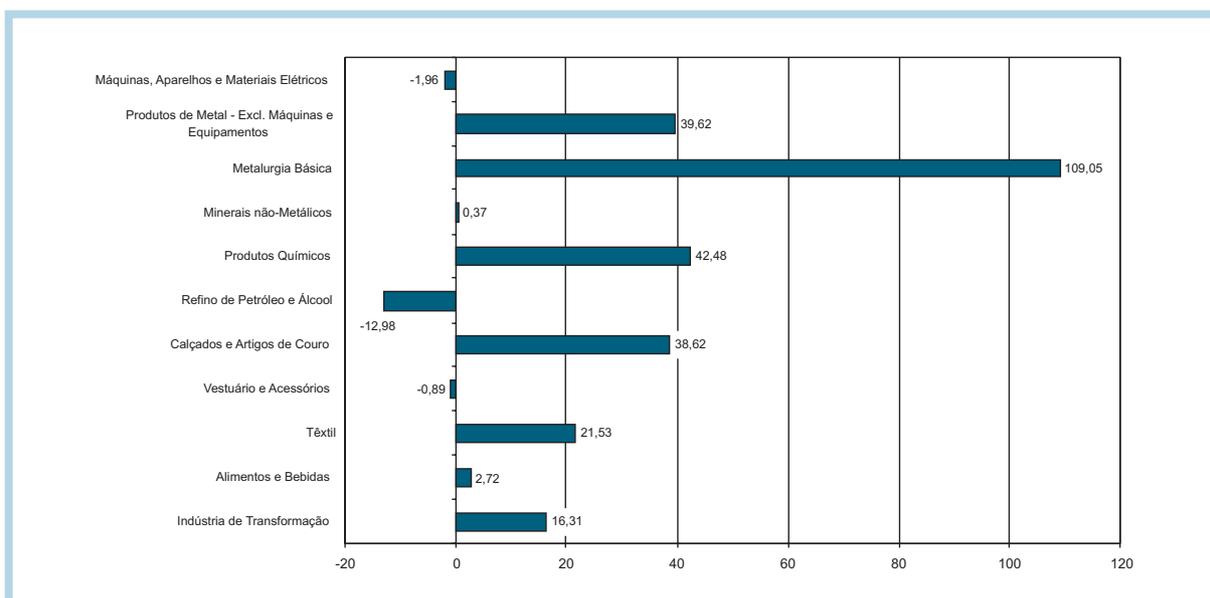


Gráfico 11 – Ceará. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Primeiro Bimestre (%)

Fonte: IBGE, 2010b.

A indústria baiana recuou 2,3% em fevereiro de 2010 em relação ao mês anterior, após assinalar crescimento por seis meses consecutivos e acumular ganhos de 13,3%. Por outro lado, no indicador mês/mesmo mês do ano anterior, a atividade industrial do Estado apresentou um acréscimo de 7,8%, a quinta taxa positiva consecutiva nessa base de comparação.

Já no acumulado do ano, a atividade industrial da Bahia avançou 15,5%. Cinco dos oito setores analisados foram responsáveis por esse resultado positivo, com destaque para produtos químicos (38,6%), refino de petróleo e produção de álcool (13,4%) e metalurgia básica (43,1%). Os dois primeiros setores respondem por 60,9%

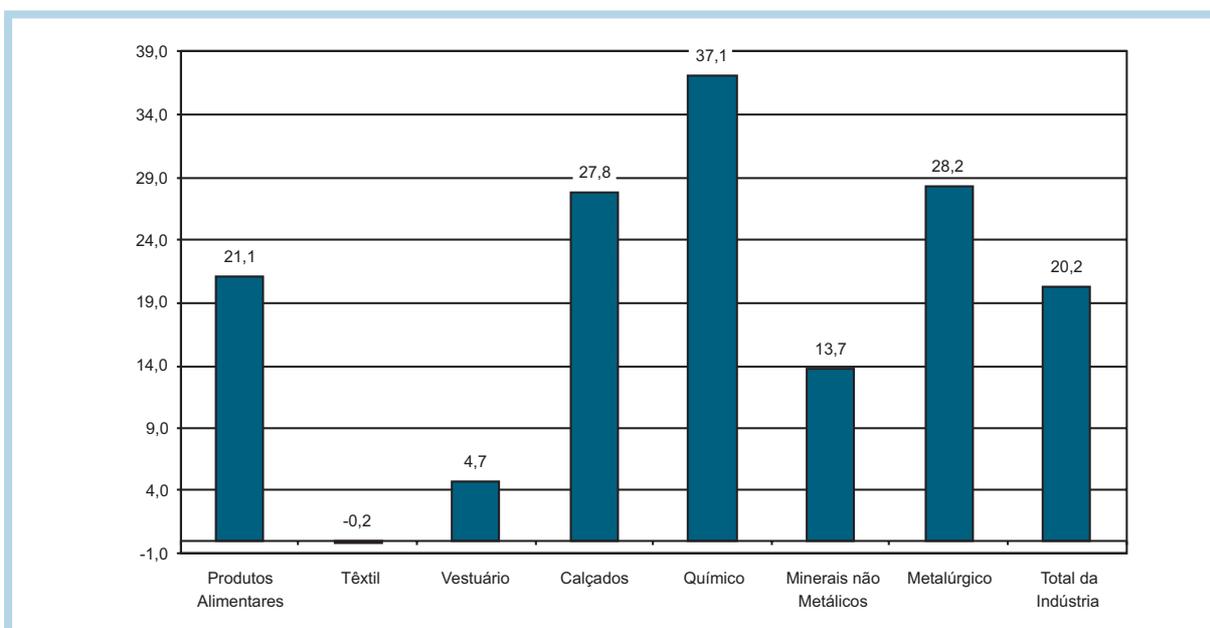


Gráfico 12 – Ceará. Vendas Reais da Indústria de Transformação. Acumulado do Primeiro Bimestre

Fonte: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ, 2010.

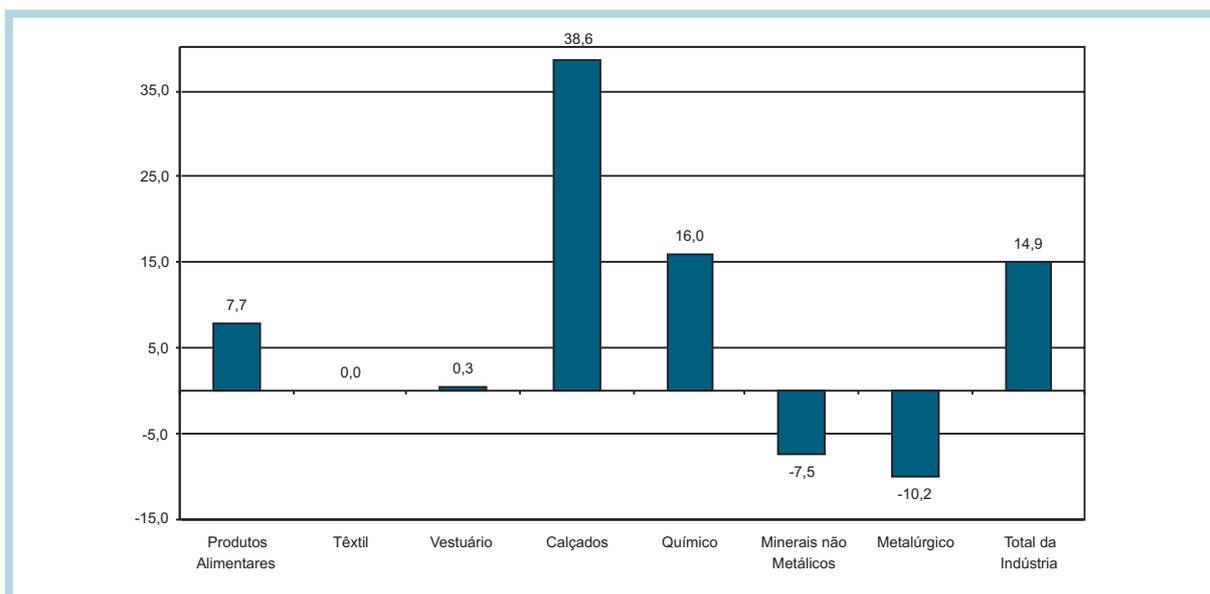


Gráfico 13 – Ceará. Pessoal Empregado da Indústria de Transformação. Acumulado do Primeiro Bimestre

Fonte: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ, 2010.

do Valor de Transformação Industrial da indústria de transformação baiana (Gráfico 14)

Os investimentos estão sendo programados em vários segmentos da indústria baiana. No ramo de refino de petróleo e produção de álcool,

por exemplo, a Petrobras anunciou a duplicação da usina de biodiesel de Candeias. As inversões totalizam cerca de R\$ 66 milhões e permitirão ampliar a capacidade produtiva para 220 milhões de litros/ano. A Biobrax pretende implantar no município de Una uma usina de biodiesel, com capacidade

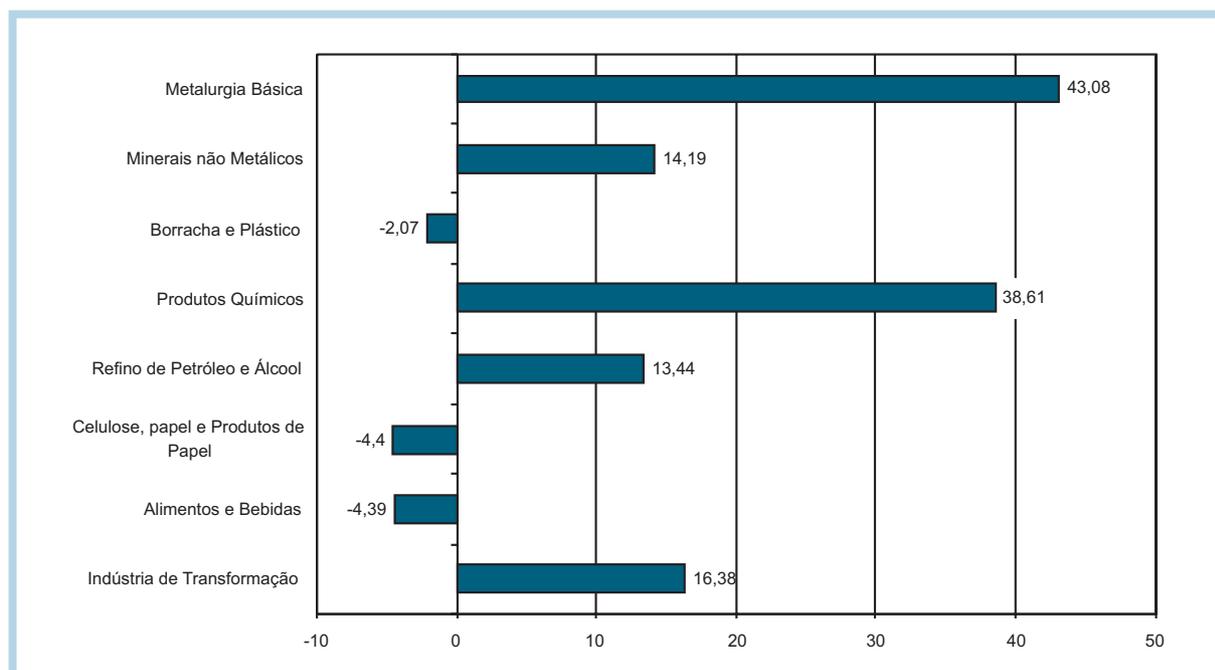


Gráfico 14 – Bahia. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Primeiro Bimestre (%)

Fonte: IBGE, 2010b.

para 37 milhões litros/ano. Atualmente, a capacidade de produção de biodiesel do Estado é de 364 milhões litros/ano, o que representa 7,6% da capacidade nacional (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA, 2010).

Na área de refino, o levantamento da FIEB apurou que a empresa Dax Oil, fabricante de solventes, localizada em Camaçari, anunciou investimentos na construção de uma nova planta de refino de petróleo, com o objetivo de atender a demandas dos produtores independentes do Recôncavo Baiano.

Na indústria de veículos automotores, o complexo Ford Bahia, também localizado em Camaçari, tem planos de expansão da capacidade de 250 mil para 300 mil unidades/ano, com geração de mais mil empregos diretos. Os investimentos deverão ficar em torno de R\$ 2,5 bilhões. Vale destacar que a Ford foi beneficiada pela edição da medida provisória que renova por mais cinco anos as isenções de 100% do IPI e 75% do lucro presumido do imposto de renda para a sua fábrica na Bahia.

3.3 - Comércio

3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

O comércio varejista, apesar de sentir os efeitos da crise internacional, apresentou crescimento de 5,9% no volume de vendas em 2009 relativamente a 2008. Por sua vez, no mesmo período, foi de 8,9% a alta do comércio varejista ampliado (que inclui os oito itens tradicionais e mais dois: material de construção e veículos, motos, partes e peças).

Dentre os fatores que contribuíram para esse resultado, estão as promoções realizadas pelas empresas varejistas, a retomada gradual do crédito, a melhoria do rendimento real e os incentivos governamentais, através da redução dos impostos na compra de automóveis novos, de bens da chamada “linha branca”, materiais para construção e móveis. As previsões da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) para 2010 apontam para um aumento de 10% do comércio varejista.

Os resultados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) referente a fevereiro, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

confirmam a tendência positiva de crescimento do setor para este ano.

Segundo a pesquisa, em fevereiro, o comércio varejista do País registrou avanço de 1,6% no volume de vendas e de 2,2% na receita nominal, comparativamente ao mês anterior com dados ajustados sazonalmente (Tabela 6).

Por outro lado, na análise da série sem ajustamento, o volume de vendas e a receita nominal do comércio varejista assinalaram, em fevereiro deste ano, expansão de 12,3% e 15,3%, respectivamente, em relação a igual mês de 2009.

No primeiro bimestre de 2010, a taxa de crescimento acumulada foi de 11,3% no volume de vendas e de 13,9% na receita nominal em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa de variação do volume de vendas e da receita nominal do setor varejista foi de 6,9% e 10,5%, respectivamente.

Tabela 6 – Brasil. Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC – (fev/10)

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Fevereiro	Acumulado		Indicador mês/mês anterior*	Fevereiro	Acumulado	
			Jan.- Fev. /10	12 Meses			Jan.- Fev./10	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA	2,2	15,3	13,9	10,5	1,6	12,3	11,3	6,9
1. Combustíveis e Lubrificantes	2,5	9,9	9,4	2,7	1,0	4,8	4,8	1,2
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	2,8	14,4	13,2	12,8	3,0	11,5	10,8	9,1
2.1. Super e Hipermercados	4,3	14,1	13,0	12,5	2,3	11,2	10,6	8,8
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	2,9	17,8	12,6	5,4	3,4	11,8	6,6	-1,2
4. Móveis e Eletrodomésticos	2,0	21,7	18,5	4,1	1,2	22,2	19,7	4,8
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	4,0	20,4	18,1	18,7	3,9	15,5	12,8	12,1
6. Equip. e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-1,1	11,2	17,5	7,0	-0,8	18,8	25,5	12,3
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-2,0	15,7	13,3	13,6	-2,2	10,7	8,7	8,7
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	1,6	14,1	14,6	17,7	1,6	5,1	5,6	8,1
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	2,5	15,7	13,6	9,0	2,1	13,6	11,9	8,3
9. Veículos e Motos, partes e peças	0,6	15,7	12,3	6,9	2,5	16,0	13,1	13,1
10. Material de Construção	3,3	19,4	16,4	4,7	2,8	15,1	12,2	-3,2

Fonte: IBGE, 2010c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.
(*) Série com ajuste sazonal.

Considerando o comércio varejista ampliado, o volume de vendas cresceu 2,1% e a receita nominal 2,5% em fevereiro/2010, comparativamente ao mês anterior com ajuste sazonal. Na série sem ajustamento, comparativamente a fevereiro/2009, a expansão foi de 13,6% no volume de vendas e de 15,7% na receita nominal. Nos últimos 12 meses, o volume de vendas expandiu-se 8,3% e a receita nominal 9%.

Todas as atividades integrantes do comércio varejista ampliado relacionadas na PMC apresentaram, em fevereiro, aumento real no volume de vendas relativamente a igual mês de 2009. Algumas, entretanto, extrapolaram a taxa média desse grupo. É o caso de móveis e eletrodomésticos (22,2%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (18,8%), veículos e motos, partes e peças (16%) e material de construção (15,1%).

Por outro lado, as atividades que mais contribuíram para a formação da taxa global de crescimento do comércio varejista ampliado em fevereiro foram veículos e motos, partes e peças (38,2%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (26,9%) e de móveis e eletrodomésticos (15,5%) (Tabela 7).

O volume de vendas do segmento veículos e motos, partes e peças cresceu 16% em fev./10 comparativamente a fev./09. No acumulado do ano e dos últimos 12 meses, o setor apresentou taxas de variação de 13,1%. Esse bom desempenho foi motivado pela antecipação da compra do carro zero quilômetro devido ao fim da desoneração fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, prevista para 31/3/10.

No segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo a evolução foi de 11,5% em termos reais entre fev./10 e

Tabela 7 – Brasil. Composição da Taxa Mensal do Volume de Vendas do Comércio Varejista, por atividade*

ATIVIDADES	COMÉRCIO VAREJISTA			COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO		
	Taxa	Comp. da taxa		Taxa	Comp. da taxa	
		absoluta	relativa		absoluta	relativa
Taxa Global	12,3	12,3	100,0	13,6	13,6	100,0
Combustíveis e Lubrificantes	4,8	0,5	4,0	4,8	0,3	2,3
Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo	11,5	5,9	47,8	11,5	3,7	26,9
Tecidos, Vestuários e Calçados	11,8	0,7	5,8	11,8	0,4	3,2
Móveis e Eletrodomésticos	22,2	3,4	27,4	22,2	2,1	15,5
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	15,5	0,9	7,5	15,5	0,6	4,2
Equip. e Mat. para Escritório, Informática e Comunicação	18,8	0,4	2,9	18,8	0,2	1,6
Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	10,7	0,1	1,1	10,7	0,1	0,6
Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	5,1	0,4	3,5	5,1	0,3	2,0
Veículos e Motos, Partes e Peças	-	-	-	16,0	5,2	38,2
Material de Construção	-	-	-	15,1	0,8	5,5

Fonte: IBGE, 2010c.

(*) Corresponde à participação dos resultados setoriais na formação da taxa global.

fev./09. No acumulado do bimestre, o acréscimo foi de 10,8% e nos últimos 12 meses, 9,1%. Segundo o relatório da PMC, o setor foi beneficiado pela estabilidade dos preços dos alimentos nos últimos meses e a elevação do poder de compra da população, decorrente do aumento efetivo da massa real dos assalariados.

O volume de vendas de móveis e eletrodomésticos, responsável pelo terceiro maior impacto na formação da taxa setorial, cresceu 22,2% entre fev./10 e fev./09. No acumulado do ano e nos últimos 12 meses apresentou 19,7% e 4,8% respectivamente, de incremento nas vendas. Esse desempenho foi influenciado pela expansão da oferta de crédito e pela redução da alíquota do IPI.

Vale ressaltar que o benefício fiscal do IPI para venda de fogões, geladeiras e lavadoras terminou dia 31 janeiro. Entretanto, as vendas continuaram aquecidas em fevereiro devido à manutenção dos preços desses produtos em estoque e a promoções realizadas pelos varejistas. A alíquota de 5% do IPI para refrigeradores retornou para 15%, a de lavadoras passa de 10% para 20% e a de fogões, de 2% para 4%.

Por outro lado, parte da desoneração sobre móveis, promovidas no ano passado, encerrou-se em 31 de março. No entanto, alguns produtos específicos - móveis estofados, painéis e aglomerados de madeira e placas laminadas, terão uma tributação de 5%, metade da vigente antes da concessão do benefício (10%).

3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste

No mês de fevereiro, o comércio nordestino apresentou crescimento generalizado, com expansão do volume de vendas acima de dois dígitos para todos os estados e, em quatro deles, índices acima da média nacional

Por ordem de desempenho, em fevereiro, destacaram-se o Ceará, com 19,2%, Pernambuco (15,8%), Paraíba (14,8%) e Sergipe (14,3%). O Ceará também lidera (17,5%) quando se considera o bimestre jan.-fev./10, comparado ao mesmo período de 2009, seguido de Paraíba (13,5%), Bahia (13,2%), Pernambuco (12,7%) e Piauí (12,3%). A tabela 8 mostra o desempenho de todos os estados nordestinos.

Em termos de receita nominal, o desempenho do comércio nordestino em fevereiro guarda similitude daquele registrado para o volume de vendas, conforme observado nas expansões de 21,2% no Ceará, 19,2% em Pernambuco; 19,1% na Paraíba; e 18,4% em Sergipe.

O crescimento da receita nominal, no primeiro bimestre, também revela perspectivas animado-

ras para o comércio regional: expansão de 19,7% no Ceará; crescimento de 17,5% na Paraíba; e elevação de 16,3% em Pernambuco (Tabela 8).

A PMC não fornece dados desagregados sobre o comércio, por atividade, para cada estado do Nordeste. No Ceará, Bahia e Pernambuco, sobre os quais o IBGE fornece informações mais detalhadas, observa-se o quão foi favorável o período para a comercialização de veículos. Impulsionado pela redução do IPI e a ampliação do crédito, no primeiro estado, o volume de vendas avançou 21% contra 14,3% na Bahia e 13,1% em Pernambuco.

O setor de equipamentos, materiais para escritório, informática e comunicação também obteve desempenho acima da média nos estados cobertos pela pesquisa do IBGE. No Ceará, houve acréscimo de 27,9% no volume e 20,1% na receita nominal; em Pernambuco, 32,8% e 49,3%; e na Bahia, 31,6% e 19,3%. Bons números do mercado de trabalho regional, atrelados à oferta de bens e componentes importados contribuíram para expansão continua do setor nos últimos anos (Tabela 9).

Tabela 8 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste, Fevereiro e Acumulado do Ano (2010)*

Unidade da Federação	Volume de vendas		Receita nominal	
	Fev./2010	Jan.-Fev./2010	Fev./2010	Jan.-Fev./2010
BRASIL	13,6	11,9	15,7	13,6
Maranhão	10,5	6,9	15,3	11,7
Piauí	12,9	12,3	15,6	15,2
Ceará	19,2	17,5	21,2	19,7
Rio Grande do Norte	10,5	7,3	11,8	9,2
Paraíba	14,8	13,5	19,1	17,5
Pernambuco	15,8	12,7	19,2	16,3
Alagoas	12,9	11,3	16,8	15,2
Sergipe	14,3	10,9	18,4	15,2
Bahia	13,1	13,2	14,3	14,0

Fonte: IBGE ; SIDRA, 2010c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota (*) Comparação a mesmo período do ano anterior.

Tabela 9 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista, por Atividade, nos Estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia, Acumulado do Ano (2010)*

Atividades	Fev./2010					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA	15,6	18,9	12,8	16,8	12,9	13,3
1. Combustíveis e Lubrificantes	5,8	9,1	15,2	19,2	4,4	6,3
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	20,4	22,6	12,6	15,8	11,1	11,6
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	7,6	18,7	6,5	11,9	12,7	19,5
4. Móveis e Eletrodomésticos	26,9	30,4	14,6	14,0	29,3	25,3
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	7,1	11,4	17,5	24,9	9,9	16,8
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-6,2	-4,3	10,6	13,9	18,1	17,5
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	27,9	20,1	32,8	49,3	31,6	19,3
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	0,6	9,2	10,9	23,2	3,0	9,0
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	17,5	19,7	12,7	16,3	13,2	14,0
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	21,0	19,5	13,1	15,6	14,3	15,4
10. Material de Construção	20,3	27,2	9,8	13,8	11,3	17,0

Fonte: IBGE ; SIDRA, 2010c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota (*) Comparação a mesmo período do ano anterior.

No segmento de hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, a despeito das recentes elevações de preços detectadas via cesta básica do Dieese ou IPCA³, os resultados são substanciais nos três estados, com expansões de 20,4% no Ceará, 12,6% em Pernambuco e 11,1% na Bahia (volume de vendas).

Outro setor que igualmente apresentou bom desempenho nesses estados foi de móveis e eletrodomésticos. Sintonizado com os estímulos fiscais e iniciativas promocionais do setor, o volume de vendas do setor acusou incremento de 26,9% (CE), 14,6% (PE) e 29,3% (BA). Vale ressaltar, entretan-

to, que essa expansão do volume de vendas ocorreu sobre bases deprimidas (fevereiro de 2009).

As expansões de setores reconhecidamente conexos ao crédito têm ocorrido paralelamente ao avanço do saldo de operações e à melhoria dos indicadores de inadimplência regionais⁴.

Ambos os fatores contribuem para elevar a disposição de consumo da população, fundamentando um crescimento mais acentuado do comércio regional em 2010, em consonância, também, com as perspectivas de expansão da economia nacional este ano.

3 Das capitais nordestinas pesquisadas pelo Dieese, Salvador foi a que apresentou maior reajuste bimestral (primeiro bimestre de 2010 comparado a mesmo período de 2009) no valor da cesta-básica (8,2%), seguida por Recife (7,5%), João Pessoa (5,1%), e Natal (4,0%), enquanto em Fortaleza (-0,04%) e Aracajú (0,23%), os valores das cestas mantiveram-se relativamente estáveis. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – indicador monitorado no âmbito do regime de metas inflacionárias do governo – registrou alta acumulada, no primeiro bimestre, acima da média geral para o item Alimentação em domicílio em três regiões metropolitanas nordestinas (Fortaleza, Recife e Salvador). Os alimentos, contudo, sofreram reajustes de maneira menos acentuada do que os outros bens ao longo de 2009, como frisa a própria PMC de fevereiro.

4 Análise detalhada sobre as condições do mercado creditício na Região e no País, em geral, está assentada no capítulo específico sobre intermediação financeira desta edição de Conjuntura.

3.4 - Produção Agropecuária

3.4.1 - Agronegócio

3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do faturamento

Até o fechamento desta edição de Conjuntura, ainda estava indisponível o resultado do PIB do Agronegócio do Brasil em 2009. Com base nos dados até novembro, o Cepea - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (USP), calculou uma queda de 5,7% (Tabela 10).

As cadeias produtivas baseadas em produtos agrícolas apresentaram retração de 6,1% contra 4,5% nas de produtos pecuários (BARROS; FACHINELLO; SILVA, 2010).

Se o desempenho de dezembro se mantiver na média observada durante o ano, a queda do PIB do Agronegócio situar-se-á em torno de 6,3%, com recuo de 6,9% nos segmentos agrícolas e 5,1% nos segmentos de pecuária.

Dentre os segmentos do agronegócio, o de insumos apresentou a maior contração, 9,8% (Gráfico 15). Ou seja: o efeito dos altos preços na época do plantio foi maior do que o da valorização do real, levando o produtor a reduzir o nível tecnológico das lavouras. Vale salientar que a redução no PIB do segmento produção da agricultura foi de 6,5%, acompanhada por uma redução de 12,8% no setor de insumos agrícolas (Tabela 10).

O PIB do agronegócio, em 2009, deverá ser um pouco maior do que o previsto na edição anterior

desta BNB-Conjuntura Econômica, situando-se em torno de R\$ 721,2 bilhões. A queda em relação ao ano anterior já era esperada pela Confederação da Agricultura do Brasil, uma vez que em 2008 houve um *boom* nos preços das *commodities*. O valor estimado para 2009 supera o de 2007 (R\$ 714,8 bilhões), marcando talvez o início de uma trajetória de crescimento (Gráfico 16).

O Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira, consideradas as previsões do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE de março/10, deverá cair 1% em relação a 2009. Dos 41 itens acompanhados naquele levantamento há previsão de queda de safra para 18 deles (Tabela 11).

Estima-se que o Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária do Nordeste, em 2010, alcance R\$ 42,2 bilhões, alta de 1,7% sobre o de 2009 (R\$ 41,5 bilhões). As lavouras temporárias devem participar com 41,3% do total, as lavouras permanentes com 25,9% e a pecuária com 32,8% (Tabela 12).

As lavouras temporárias, nessa estimativa, apresentariam um crescimento de 4,7% em relação a 2009. Seu VBP passaria de R\$ 16,7 bilhões para R\$ 17,4 bilhões, influenciado principalmente por previsões de aumento das quantidades de cinco dos produtos de maior valor da produção (soja, milho, feijão, mandioca e algodão herbáceo). É provável que as previsões de produção de

Tabela 10 – Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2009 (%)

AGROPECUÁRIA					
2009	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Janeiro	-0,35	-0,66	-0,02	-0,24	-0,30
Fevereiro	-0,64	-0,51	-0,16	-0,29	-0,35
Março	-0,62	-0,26	0,00	-0,08	-0,16
Abril	-1,49	-0,85	-0,20	-0,42	-0,59
Maio	-1,60	-0,62	-0,26	-0,36	-0,54
Junho	-1,71	-0,47	-0,54	-0,46	-0,63
Julho	-1,62	-0,57	-1,20	-0,86	-0,98
Agosto	-0,81	-0,17	-0,47	-0,23	-0,35
Setembro	-1,01	-0,37	-1,45	-0,86	-0,93
Outubro	-0,46	-0,31	-0,78	-0,41	-0,50
Novembro	0,03	-0,34	-0,86	-0,38	-0,47
Dezembro					
Acumulado em 2009	-9,83	-5,03	-5,80	-4,50	-5,66
Estimativa para 2009					-6,34
AGRICULTURA					
2009	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Janeiro	-0,34	-0,84	0,03	-0,22	-0,27
Fevereiro	-0,75	-0,66	-0,10	-0,26	-0,34
Março	-0,93	-0,67	0,02	-0,18	-0,29
Abril	-1,79	-0,87	-0,16	-0,37	-0,55
Maio	-2,01	-0,64	-0,22	-0,31	-0,52
Junho	-2,38	-0,67	-0,49	-0,43	-0,70
Julho	-2,32	-1,02	-1,23	-0,97	-1,21
Agosto	-1,11	-0,25	-0,38	-0,08	-0,33
Setembro	-1,42	-0,65	-1,48	-0,91	-1,12
Outubro	-0,58	-0,18	-0,75	-0,21	-0,44
Novembro	0,12	-0,19	-1,00	-0,40	-0,53
Dezembro					
Acumulado em 2009	-12,76	-6,45	-5,62	-4,25	-6,13
Estimativa para 2009					-6,89
PECUÁRIA					
2009	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Janeiro	-0,36	-0,41	-0,31	-0,30	-0,35
Fevereiro	-0,44	-0,30	-0,53	-0,37	-0,38
Março	-0,07	0,31	-0,13	0,15	0,14
Abril	-0,97	-0,82	-0,47	-0,54	-0,70
Maio	-0,90	-0,61	-0,49	-0,47	-0,59
Junho	-0,57	-0,21	-0,80	-0,54	-0,46
Julho	-0,47	0,03	-1,06	-0,60	-0,41
Agosto	-0,31	-0,07	-0,98	-0,58	-0,41
Setembro	-0,34	0,00	-1,25	-0,75	-0,48
Outubro	-0,27	-0,49	-0,97	-0,87	-0,65
Novembro	-0,12	-0,54	-0,04	-0,33	-0,34
Dezembro					
Acumulado em 2009	-4,74	-3,08	-6,83	-5,08	-4,53
Estimativa para 2009					-5,06

Fonte: BARROS; FACHINELLO; SILVA, 2010.

Obs: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) Todo o agronegócio da agropecuária; (C) Somente o setor primário da agricultura; (D) Todo o agronegócio da agricultura; (E) Somente o setor primário da pecuária; (F) Todo o agronegócio.

(*) As estimativas são do BNB-Etene considerando que, em dezembro, seja mantida a taxa média mensal observada até novembro de 2009.

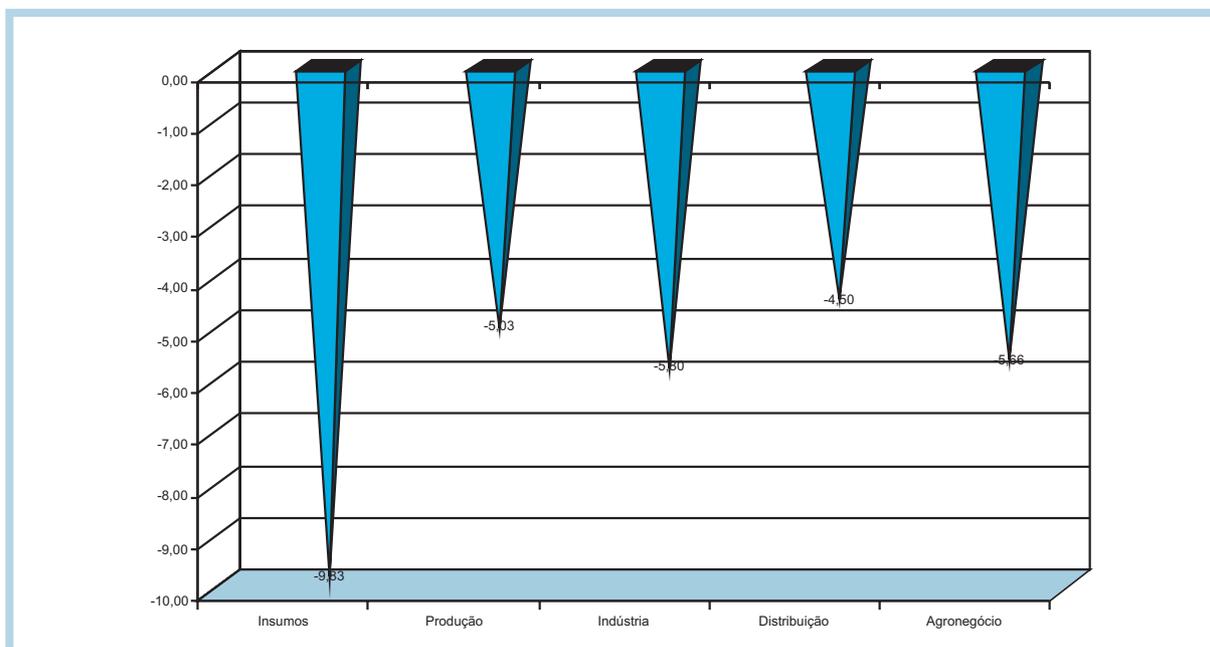


Gráfico 15 – Brasil. PIB do Agronegócio – Variação (%) Acumulada em 2009.

Fonte: BARROS; FACHINELLO; SILVA, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

milho e feijão não se confirmem posteriormente, devido ao atraso no início da quadra invernos. O resultado das lavouras permanentes, por sua vez, decorre de previsões positivas sobre a evolução das quantidades e dos preços para seis das onze principais lavouras, com destaque para a banana, coco-da-baía e café.

Não houve divulgação recente, por parte da Confederação da Agricultura do Brasil, do VBP da pecuária nacional, que serve de base para o cálculo do VBP da pecuária regional. Assim, os valores constantes na tabela sobre o VBP agropecuária derivam da manutenção das quantidades previstas anteriormente e da atualização monetária dos preços, para

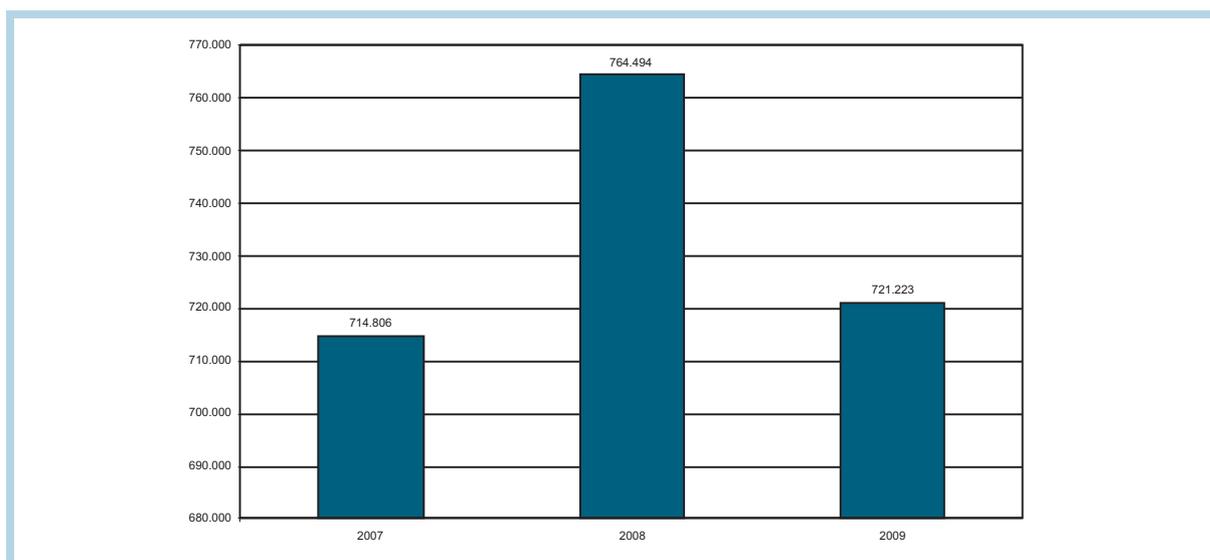


Gráfico 16 – Brasil. PIB do Agronegócio em 2007, 2008 e 2009.

Fonte: BARROS; FACHINELLO; SILVA, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 11 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2009 e 2010

R\$ Milhões de março/10

Produtos	2009	2010	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	186.824,7	188.497,9	0,90	1.673
- lavouras temporárias (1)	154.644,4	151.577,7	-1,98	-3.067
- lavouras permanentes (2)	32.180,3	36.920,2	14,73	4.740
grãos	99.540,6	93.562,7	-6,01	-5.978
outras lavouras	87.284,0	94.935,2	8,77	7.651
Pecuários	106.469,6	101.779,2	-4,41	-4.690
- carnes (3)	79.934,4	80.150,4	0,27	216
- derivados (4)	26.535,1	21.628,8	-18,49	-4.906
Total	293.294,2	290.277,1	-1,0	-3.017

Fonte: IBGE; SIDRA, 2010b, 2010c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta.

(3) bovina, suína e de frango.

(4) leite e ovos.

compor o VBP total. Cabe, entretanto, destacar que, segundo Barros, Fachinello e Silva (2010), houve melhora em nov./09 no desempenho dos segmentos de insumos, transformação e distribuição dos

produtos pecuários e malogro no de produção, de modo que uma expectativa de redução da ordem de 4,6% não é descabida, principalmente diante do fraco inverno de 2010 (Tabela 12).

Tabela 12 – Nordeste – Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) – 2009 e 2010

(continua)

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
Lavoura temporária (a)							
Brasil						154.644.394	151.577.654
Nordeste						16.668.773	17.444.518
Abacaxi	Mil frutos	621.438	652.636	1,08	1,01	672.538	661.338
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.055.807	1.132.290	0,96	0,87	1.012.487	985.092
Alho	Tonelada	5.101	4.671	2,69	2,69	13.738	12.580
Amendoim (em casca)	Tonelada	17.496	19.459	0,91	1,01	16.001	19.654
Arroz (em casca)	Tonelada	1.088.665	1.072.809	0,79	0,78	855.667	838.579
Batata-doce	Tonelada	203.309	203.309	0,51	0,51	103.777	103.777
Batata-inglesa	Tonelada	293.730	286.635	1,63	2,03	477.954	581.869
Cana-de-açúcar	Tonelada	71.882.999	70.105.825	0,05	0,05	3.247.016	3.430.862
Cebola	Tonelada	330.402	341.028	1,07	1,12	355.032	383.088
Fava (em grão)	Tonelada	19.053	19.053	1,95	1,95	37.062	37.062
Feijão (em grão)	Tonelada	837.043	1.079.067	2,07	1,79	1.729.289	1.934.099
Fumo (em folha)	Tonelada	19.219	22.429	3,04	3,04	58.458	68.222
Girassol	Tonelada	3.089	4.563	0,61	0,61	1.875	2.770
Mamona (baga)	Tonelada	71.689	142.728	0,83	0,83	59.425	118.310
Mandioca	Tonelada	8.981.978	9.865.567	0,19	0,18	1.705.863	1.768.389
Melancia	Tonelada	607.850	607.850	0,41	0,46	251.038	280.479
Melão	Tonelada	316.221	316.221	0,66	0,63	207.882	199.615
Milho (em grão)	Tonelada	4.686.879	4.978.978	0,46	0,38	2.146.071	1.913.350
Soja (em grão)	Tonelada	4.177.295	5.058.536	0,70	0,68	2.903.430	3.422.943
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	128.876	215.106	0,37	0,37	47.760	79.716
Tomate	Tonelada	639.242	562.885	1,20	1,07	766.411	602.725

Tabela 12 – Nordeste – Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) – 2009 e 2010

(conclusão)

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
Lavoura permanente (b)							
Brasil						32.180.282	36.920.223
Nordeste						10.354.163	10.961.226
Abacate	Tonelada	15.403	15.403	1,41	1,31	21.712	20.127
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	180	180	1,01	1,01	183	183
Banana	Tonelada	2.912.727	2.948.311	1,29	1,39	3.770.733	4.086.359
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	141.542	30.649	1,87	1,87	264.024	57.171
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	141.852	136.723	5,86	6,19	831.391	846.133
Café (beneficiado)	Tonelada	181.296	184.949	3,58	4,08	649.171	754.592
Caqui	Tonelada	196	196	0,16	0,16	32	32
Castanha-de-caju	Tonelada	212.451	294.542	0,90	0,90	191.988	266.172
Côco-da-baía	Mil frutos	1.151.326	1.508.320	0,56	0,56	644.580	844.659
Dendê (côco)	Tonelada	194.629	194.629	0,21	0,21	39.927	39.927
Figo	Tonelada	15	15	7,63	7,63	114	114
Goiaba	Tonelada	135.016	135.016	0,72	0,72	97.400	97.400
Guaraná (semente)	Tonelada	2.686	1.811	9,33	9,33	25.064	16.899
Laranja	Tonelada	1.759.421	1.998.276	0,33	0,29	578.012	570.644
Limão	Tonelada	73.141	73.141	0,87	1,09	63.869	79.967
Maçã	Tonelada	608	608	1,33	1,33	808	808
Mamão	Tonelada	1.179.101	1.179.101	0,84	0,82	995.269	966.863
Manga	Tonelada	816.862	816.862	0,86	0,86	703.605	704.543
Maracujá	Tonelada	465.925	465.925	1,33	1,43	621.003	667.604
Marmelo	Tonelada	175	175	2,58	2,58	452	452
Palmito	Tonelada	21.242	21.242	0,35	0,35	7.471	7.471
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.172	4.571	3,79	3,79	15.821	17.334
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	278.992	243.594	0,68	0,89	189.867	216.799
Tangerina	Tonelada	47.865	47.865	0,76	0,58	36.400	27.762
Urucum (semente)	Tonelada	2.426	2.426	2,20	2,20	5.332	5.332
Uva	Tonelada	253.747	283.756	2,36	2,35	599.937	665.881
Agricultura (c)							
Brasil						186.824.676	188.497.877
Nordeste						27.022.936	28.405.744
Pecuária (d)							
Brasil						106.469.563	101.779.206
Nordeste						14.506.274	13.832.581
Carne bovina	Tonelada	1.227.600	1.252.152	5,92	6,26	7.263.962	7.840.572
Frango	Tonelada	738.562	738.562	2,43	2,16	1.794.373	1.591.988
Leite	Milhões de litros	3.398	3.398	0,81	0,67	2.757.737	2.278.126
Ovos	Mil cx. de 30 dúzias	9.992	9.992	2,25	1,75	749.040	583.946
Suínos	Tonelada	605.194	605.194	3,21	2,54	1.941.162	1.537.949
Agropecuária (c + d)							
Brasil						293.294.239	290.277.083
Nordeste						41.529.210	42.238.325
Grãos Nordeste						8.445.750	9.121.074
Outras Culturas Nordeste						18.577.186	19.284.670
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						10,8	11,5
Lavoura permanente (b)						32,2	29,7
Agricultura (c)						14,5	15,1
Pecuária (d)						13,6	13,6
Agropecuária (c + d)						14,2	14,6

Fontes: IBGE; SIDRA, 2010b, 2010c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Obs: (1) As quantidades foram obtidas do LSPA (03/2010); PAM (2008). (2) Os preços foram obtidos de SIGMAN (2009 e 2010) e PAM (2008), corrigidos para mar/2010. (3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional, cfe. as médias de 2005 a 2008, registradas por IBGE-Pesquisa Trimestral, FNP e IBGE-PPM.

Não há previsão de mudanças quanto à participação dos estados no Valor Bruto da Produção Agropecuária regional. A Bahia tem posição proeminente no VBP total e em qualquer dos seus componentes (lavouras temporárias, lavouras permanentes, pecuária), com R\$ 18,1 bilhões. Segue-se Pernambuco (R\$ 11,5 bilhões), Maranhão (R\$ 11,3 bilhões) e Ceará (R\$ 10,3 bilhões).

Juntos, esses quatro estados respondem por 76% do VBP regional.

No caso das lavouras permanentes, Sergipe desbanca o Maranhão entre os quatro primeiros em VBP por conta da importância da cultura da laranja, cujo VBP alcançou R\$ 227 milhões, o equivalente a 12,6% de todo o VBP do estado e 5,4% do VBP regional (Tabela 13).

Tabela 13 – Nordeste – Estimativa da Participação de Estados Selecionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2010

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	2.184	12,5	192	1,8	2.376	8,4	2.384	17,2	4.760	11,3
Piauí	1.190	6,8	128	1,2	1.318	4,6	1.070	7,7	2.388	5,7
Ceará	1.566	9,0	1.193	10,9	2.759	9,7	1.603	11,6	4.362	10,3
Rio Grande do Norte	640	3,7	418	3,8	1.058	3,7	574	4,1	1.632	3,9
Paraíba	957	5,5	502	4,6	1.459	5,1	687	5,0	2.146	5,1
Pernambuco	1.794	10,3	1.394	12,7	3.188	11,2	1.674	12,1	4.862	11,5
Alagoas	1.468	8,4	126	1,1	1.593	5,6	571	4,1	2.164	5,1
Sergipe	643	3,7	583	5,3	1.226	4,3	579	4,2	1.805	4,3
Bahia	7.003	40,1	6.426	58,6	13.428	47,3	4.691	33,9	18.119	42,9
Bahia+Pernambuco+Ceará+Maranhão	12.548	71,9	9.204	84,0	21.752	76,6	10.353	74,8	32.104	76,0
Demais	4.897	28,1	1.757	16,0	6.654	23,4	3.480	25,2	10.134	24,0
Soma	17.445	100,0	10.961	100,0	28.406	100,0	13.833	100,0	42.238	100,0

Fontes: IBGE; SIDRA, 2010b, 2010c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

A balança comercial brasileira iniciou 2010 apresentando saldo negativo de US\$ 167,2 milhões em janeiro, tal como já havia ocorrido em jan./09 (US\$ -529,5 milhões). Todavia, o quadro mostra evolução, pois o déficit de 2010 foi 68% inferior ao de 2009 (Tabela 14).

O saldo comercial do agronegócio nacional, no mesmo mês, de quase US\$ 3,2 bilhões, registrou queda de 6,5% em relação a jan./09, mas, não chegou a se transformar em déficit. Não fosse essa contribuição do agronegócio, a balança comercial total brasileira teria apresentado um déficit de US\$ 3,3 bilhões.

As exportações do agronegócio nacional em jan./10 alcançaram US\$ 4,1 bilhões, recuo de

quase 2% em relação a jan./09. As carnes, os produtos do complexo sucroalcooleiro e os produtos florestais responderam por 57,3% das vendas. Destaque-se a forte redução (50,5%) das exportações de soja em relação ao mesmo período de 2009 (Tabela 15).

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), todos os produtos do complexo soja foram afetados (óleo, farelo e grãos), em virtude da demanda aquecida no mercado interno, do reduzido estoque de passagem de dezembro e também do preço (Gazeta Digital, 2010).

A importação na área do agronegócio em janeiro último cresceu quase 19% sobre jan./09,

Tabela 14 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2009 e 2010

US\$ milhões

Dados de janeiro de cada ano

Região/Estado	2009			2010		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	9.781,9	10.311,4	-529,5	11.305,1	11.472,3	-167,2
Brasil – Agronegócio (b)	4.152,3	766,1	3.386,1	4.075,8	908,8	3.167,0
Nordeste – Total (c)	879,9	599,6	280,4	1.300,7	1.034,9	265,8
Nordeste – Agronegócio (d)	487,6	82,7	404,9	555,9	131,4	424,5
Alagoas	101,6	3,2	98,4	106,9	6,2	100,7
Bahia	221,2	17,2	204,0	238,3	56,8	181,4
Ceará	57,1	15,9	41,2	62,1	21,3	40,8
Maranhão	7,4	1,9	5,5	1,2	1,5	-0,4
Paraíba	5,8	2,5	3,3	7,4	5,4	2,0
Pernambuco	66,1	39,1	27,0	114,6	35,2	79,4
Piauí	4,8		4,8	4,3	0,2	4,1
Rio Grande do Norte	21,7	2,4	19,3	18,4	2,2	16,2
Sergipe	2,0	0,5	1,6	2,8	2,4	0,4
VARIAÇÕES (%) 2010/2009						
Brasil – Total				15,6	11,3	-68,4
Brasil – Agronegócio				-1,8	18,6	-6,5
Nordeste – Total				47,8	72,6	-5,2
Nordeste – Agronegócio				14,0	58,8	4,9
Alagoas				5,1	92,1	2,3
Bahia				7,7	230,0	-11,0
Ceará				8,8	34,1	-1,0
Maranhão				-84,1	-17,6	-106,8
Paraíba				27,6	114,5	-40,0
Pernambuco				73,5	-10,0	194,6
Piauí				-10,0		-14,3
Rio Grande do Norte				-15,2	-7,5	-16,2
Sergipe				39,7	433,2	-76,1
RELAÇÕES (%)						
b/a	42,4	7,4	-639,5	36,1	7,9	-1893,6
d/c	55,4	13,8	144,4	42,7	12,7	159,7
d/b	11,7	10,8	12,0	13,6	14,5	13,4

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

passando de US\$ 768,4 milhões para US\$ 910,1 milhões, concentrando-se especialmente em três grupos de produtos: cereais, farinhas e preparações; os produtos florestais e as fibras e produtos têxteis, responsáveis por 52% do valor total das compras. Em termos relativos, o destaque foi para o item cacau e seus produtos, com o crescimento de 402% sobre jan./09 (Tabela 16).

Todos os estados do Nordeste – exceto Maranhão – contribuíram positivamente para o saldo do agronegócio regional. Entretanto, no mês de janeiro, somente Pernambuco e Alagoas tiveram saldos superiores ao obtido em jan./09. O de Pernambuco aumentou US\$ 52,4 milhões e o de Alagoas US\$ 2,3 milhões. Na outra ponta, o destaque

foi o Maranhão cujo saldo evoluiu de um superávit de US\$ 5,5 milhões para um déficit de US\$ 400 mil (Tabela 14).

Da mesma forma que no caso brasileiro, não fora a contribuição do saldo comercial do agronegócio, o Nordeste teria apresentado um déficit de US\$ 185,7 milhões na balança comercial total.

As exportações do agronegócio nordestino alcançaram US\$ 556 milhões, alta de 14% em relação a jan/09, destacando-se, na geração desse valor, os estados da Bahia (42,9%), Pernambuco (20,6%) e Alagoas (19,2%).

Celulose (US\$ 128,3 milhões), farelo de soja (US\$ 26,6 milhões) e algodão e produtos têx-

Tabela 15 - Brasil - Principais Produtos Exportados pelo Agronegócio - Jan/2009 e Jan/2010

US\$ Milhões

PRODUTOS EXPORTADOS	Janeiro/2010 (a)	Part. %	Part. Acum. %	Janeiro/2009 (b)	Var.% (a/b)
Carnes	868,4	21,3	21,3	784,3	10,7
Complexo Sucroalcooleiro	845,7	20,7	42,1	659,3	28,3
Produtos Florestais	622,8	15,3	57,3	588,5	5,8
Cafê	359,0	8,8	66,1	315,4	13,8
Complexo Soja	316,3	7,8	73,9	639,6	-50,5
Cereais, Farinhas e Preparações	212,2	5,2	79,1	267,1	-20,6
Couros, Produtos de Couro e Peleteria	201,5	4,9	84,1	181,1	11,3
Demais Produtos	649,9	15,9	100,0	717,0	-9,4
Total	4.075,8	100,0		4.152,3	-1,8

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

teis de algodão (US\$ 20,6 milhões) foram os produtos mais exportados pela Bahia. No estado cresce a importância das vendas da indústria de papel e celulose: US\$ 141,3 milhões ou 59,3% das exportações do agronegócio local. Pernambuco exportou US\$ 108,4 milhões em açúcar (94,5% do total exportado pelo agronegócio estadual).

Somente três estados (Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte) diminuíram as suas exportações em relação a jan/09. Entretanto, nenhum deles tem participação relevante no conjunto. As maiores variações absoluta e relativa sobre jan/09 foram registradas por Pernambuco, com US\$ 48,5

milhões, representando acréscimo de 73,5% sobre o mesmo período do ano anterior.

O Nordeste importou US\$ 131,4 milhões em produtos do agronegócio, destinados principalmente aos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Quem mais aumentou as importações – percentualmente – em relação a janeiro/09 foi o estado de Sergipe: 433,2%. Em termos absolutos, o maior aumento foi apresentado pela Bahia: US\$ 39,6 milhões a mais do que no mesmo mês do ano anterior.

Os produtos mais importados pela Bahia foram cacau inteiro ou partido (US\$ 28,1 milhões) e trigo (US\$ 12,1 milhões).

Tabela 16 – Brasil – Principais Produtos Importados do Agronegócio - Jan/2009 e Jan/2010

US\$ Milhões

PRODUTOS IMPORTADOS	Janeiro/2010 (a)	Participação %	Part. Acum. %	Janeiro/2009 (b)	Var.% (a/b)
Cereais, Farinhas e Preparações	217,4	23,9	23,9	201,9	7,7
Produtos Florestais	180,4	19,8	43,7	159,9	12,8
Fibras e Produtos Têxteis	78,9	8,7	52,4	58,5	34,9
Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	55,0	6,0	58,4	38,0	44,6
Produtos Oleaginosos (exclui soja)	54,8	6,0	64,4	47,3	15,8
Pescados	54,3	6,0	70,4	46,9	15,7
Cacau e Seus Produtos	40,0	4,4	74,8	8,0	401,6
Frutas (inclui nozes e castanhas)	34,0	3,7	78,5	26,7	27,5
Demais Produtos de Origem Vegetal	31,0	3,4	81,9	33,6	-7,7
Demais Produtos	164,3	18,1	100,0	147,6	11,3
Total	910,1	100,0		768,4	

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.4.2 - Agricultura

O Sétimo Levantamento da CONAB para a safra 2009/2010 confirma as estimativas anteriores sobre a área nacional cultivada com grãos: 47,6 milhões de hectares, com destaque para aumento de 6,8% na cultura da soja ou 1,48 milhão de hectares e de 3% na de milho segunda safra, que representa 149 mil hectares a mais.

Com incremento previsto de 8,3%, a produção brasileira de grãos ficará em 146,3 milhões de toneladas, contra 135,1 milhões de toneladas da safra 2008/2009. As condições favoráveis de clima e a maior utilização de tecnologia são os principais fatores responsáveis por este desempenho. A produtividade da lavoura foi estimada

em 3.073,8 kg/ha, alta de 8,4% em relação à safra anterior.

No Nordeste, espera-se queda de 2,4% na área e aumento de 4,8% na produção total de grãos, estimada em 12,2 milhões de toneladas. A região deverá responder por 16,7% da área plantada com grãos no Brasil (7,9 milhões de hectares) e por 8,4% da produção. Mesmo com o volume de chuvas abaixo da média a safra regional melhorou seu comportamento em relação à safra anterior, com destaques para os incrementos positivos registrados no Ceará (20,8%), Maranhão (14,5%) e Bahia (7,4%) (Tabela 17).

Tabela 17 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	1.607,5	1.667,5	3,7	2.371,5	2.385,2	0,6	3.812,2	3.977,4	4,3
Nordeste	8.164,9	7.967,5	-2,4	1.430,9	1.536,6	7,4	11.682,9	12.242,7	4,8
Maranhão	1.349,0	1.375,0	1,9	1.596,7	1.794,0	12,4	2.154,0	2.466,7	14,5
Piauí	1.016,1	991,7	-2,4	1.556,9	1.550,2	-0,4	1.582,0	1.537,3	-2,8
Ceará	1.362,5	1.362,2	0,0	619,8	749,2	20,9	844,5	1.020,5	20,8
Rio Grande do Norte	153,0	122,1	-20,2	615,0	661,8	7,6	94,1	80,8	-14,1
Paraíba	413,2	263,8	-36,2	623,9	597,4	-4,2	257,8	157,6	-38,9
Pernambuco	648,9	642,0	-1,1	601,5	560,0	-6,9	390,3	359,5	-7,9
Alagoas	161,3	160,4	-0,6	629,3	605,4	-3,8	101,5	97,1	-4,3
Sergipe	217,9	218,0	0,0	3.094,1	2.462,4	-20,4	674,2	536,8	-20,4
Bahia	2.843,0	2.832,3	-0,4	1.964,3	2.117,1	7,8	5.584,5	5.996,4	7,4
Centro-Oeste	15.253,1	15.650,0	2,6	3.220,3	3.342,4	3,8	49.119,7	52.308,7	6,5
Sudeste	4.820,3	4.758,6	-1,3	3.569,5	3.589,3	0,6	17.205,9	17.080,1	-0,7
Sul	17.828,6	17.556,9	-1,5	2.990,4	3.457,5	15,6	53.314,8	60.703,2	13,9
Norte/Nordeste	9.772,4	9.635,0	-1,4	1.585,6	1.683,5	6,2	15.495,1	16.220,1	4,7
Centro-Sul	37.902,0	37.965,4	0,2	3.156,5	3.426,6	8,6	119.639,4	130.092,0	8,7
Brasil	47.674,4	47.600,4	-0,2	2.834,5	3.073,8	8,4	135.134,5	146.312,1	8,3

Fonte: CONAB, 2010a. Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1º e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

Algodão

A área plantada com algodão no Brasil deverá registrar variação de 0,9%, alcançando 843,2 mil hectares na safra 2009/10 contra 836 mil hectares na anterior. No entanto, espera-se um avanço de 5,3% na produção, totalizando 3.268,1 mil toneladas, resultado de maior uso da técnica de plantio adensado que se reflete positivamente nos níveis de produtividade da lavoura.

Já o Nordeste, a previsão é de queda de 10,5% da área. Contudo, a melhora na produtividade deverá contrabalançar este efeito negativo sobre a produção. Com alta de 21,1%, a produção regional de algodão ficará em 1.188,1 mil toneladas, o equivalente a 36,3% da safra nacional.

Espera-se que Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia apresentem os maiores incrementos de produção, com altas de 8%, 8,7% e 10,1%,

respectivamente, sobre a safra 2008/09. A Bahia, sozinha, é responsável por 88% da área e 92,8% da produção nordestina de algodão, sendo o segundo maior produtor nacional (Tabela 18).

Os baixos estoques mundiais e uma demanda praticamente inalterada sustentam os preços do algodão em pluma na Bolsa de Nova York (NYBOT).

No mercado interno, os preços apresentaram tendência de crescimento a partir de outubro de 2009. No início de abril de 2010, a cotação da arroba da pluma em São Paulo foi de R\$ 53,57, alta de 49,5% em relação ao mesmo período de 2009. Em Barreiras (BA), atingiu R\$ 50,60 (alta de 48,6% em um ano) e em Fortaleza (CE), a arroba chegou a R\$ 53,60 (alta de 43,3% em um ano)⁵. Para 2010 espera-se que os estoques mundiais em baixa e a demanda aquecida sustentem os preços (Gráfico 17).

Tabela 18 – Algodão em Carço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	2,8	3,7	32,1	3.142,9	3.591,9	14,3	8,8	13,3	51,0
Nordeste	330,8	296,1	-10,5	3.120,9	3.778,5	21,1	1.032,4	1.118,8	8,4
Maranhão	12,8	11,7	-8,6	3.242,2	3.829,1	18,1	41,5	44,8	8,0
Piauí	11,2	6,6	-41,1	3.062,5	3.757,6	22,7	34,3	24,8	-27,7
Ceará	3,8	3,8	0,0	710,5	736,8	3,7	2,7	2,8	3,7
Rio Grande do Norte	9,0	7,2	-20,0	511,1	694,4	35,9	4,6	5,0	8,7
Paraíba	5,2	1,5	-71,2	692,3	666,7	-3,7	3,6	1,0	-72,2
Pernambuco	2,5	2,3	-8,0	760,0	695,7	-8,5	1,9	1,6	-15,8
Alagoas	3,1	2,2	-29,0	225,8	363,6	61,0	0,7	0,8	14,3
Bahia	283,2	260,8	-7,9	3.330,2	3.980,1	19,5	943,1	1.038,0	10,1
Centro-Oeste	481,6	513,4	6,6	4.080,1	3.999,6	-2,0	1.965,0	2.053,4	4,5
Sudeste	22,5	22,0	-2,2	3.764,4	3.650,0	-3,0	84,7	80,3	-5,2
Sul	5,5	0,8	-85,5	2.436,4	2.125,0	-12,8	13,4	1,7	-87,3
Norte/Nordeste	333,6	299,8	-10,1	3.121,1	3.778,2	21,1	1.041,2	1.132,7	8,8
Centro-Sul	509,6	536,2	5,2	4.048,5	3.982,5	-1,6	2.063,1	2.135,4	3,5
BRASIL	843,2	836,0	-0,9	3.681,6	3.909,2	6,2	3.104,3	3.268,1	5,3

Fonte: CONAB, 2010a.

⁵ Valores referentes a 01/04/2010.

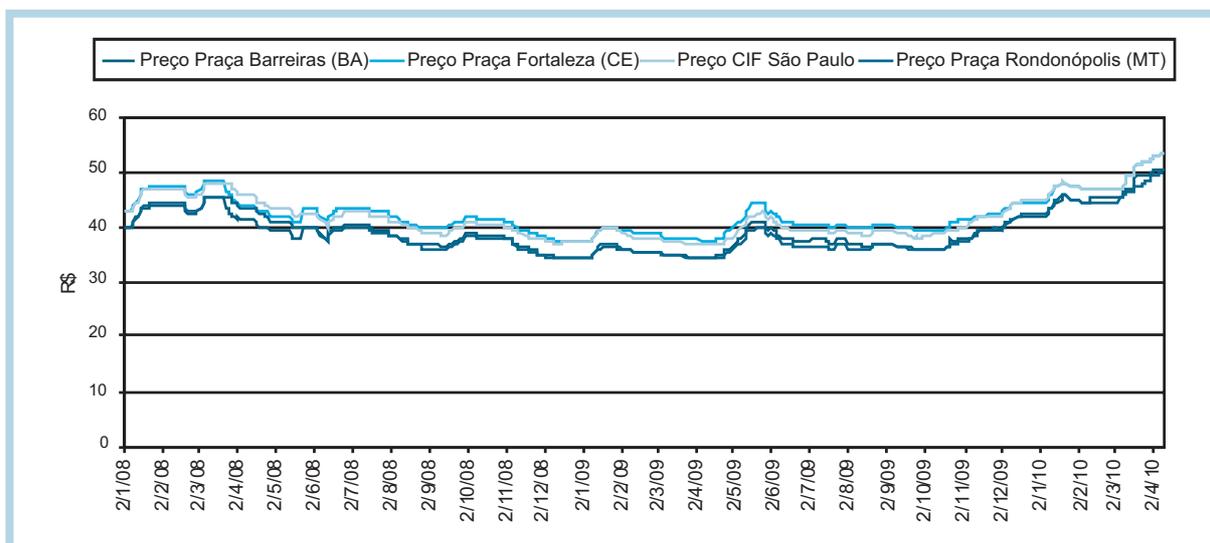


Gráfico 17 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2008 a abril/2010

Fonte: CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S/A, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Feijão

Considerada a primeira safra de feijão⁶, a CONAB estimou o plantio de 1,4 milhão de hectares, redução de 3% sobre a safra passada. O resultado está associado, sobretudo, aos baixos preços pagos ao produtor e a concorrência com outras culturas mais rentáveis. Mesmo assim, a previsão é de um incremento de 5,3% na produção ou 1.451 mil toneladas, consequência da elevação da produtividade (1.037kg/ha) advinda das melhores condições climáticas observadas na safra 2009/2010.

No Nordeste, espera-se queda de 18,7% na produção de feijão 1ª safra, alcançando 139,1 mil toneladas. A redução está largamente associada à irregularidade das chuvas na região e consequente piora na produtividade. A Bahia deverá ser responsável por 63% da produção regional.

Com relação à produção total de feijão (1ª, 2ª e 3ª safras) no Brasil, estima-se decréscimo

de 3,2% em relação à safra 2008/09. Deverão ser produzidas 3,4 milhões de toneladas em uma área de 3,8 milhões de hectares, redução de 7,5% (Tabela 19).

Entre janeiro e dezembro de 2009 observou-se elevada desvalorização no preço do feijão: 42,1% em Barreiras (BA), 42% em Irecê (BA), 41,4% e 55,1% em São Paulo para os feijões carioca e preto⁷, respectivamente. Os preços internos começaram a reagir em 2010, com forte alta a partir de março. Em Barreiras, a saca de 60 kg chegou a R\$ 135,00, alta de 110,9% no ano. Em Irecê, foi cotado a R\$ 125,00 a saca, valorização de 96,8%. Já em São Paulo, a recuperação foi de 126,7% para o carioca tipo 1 e de 32,7% para o tipo preto, cotados a R\$ 170,00 e R\$ 102,50 por saca, respectivamente. A expectativa é de que o preço continue em alta por conta da redução da produção nacional e da entressafra nordestina que está se estendendo devido à falta de chuvas (Gráfico 18).

6 A chamada primeira safra do feijão no Brasil consiste naquela cujo plantio é realizado no período de outubro a novembro no Centro-Sul e de novembro a dezembro no Norte-Nordeste.

7 Valores referentes a 09/04/2010.

Tabela 19 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	167,2	168,6	0,8	843,9	784,1	-7,1	141,1	132,2	-6,3
Nordeste	2.183,9	2.092,4	-4,2	412,7	394,0	-4,5	901,3	824,5	-8,5
Maranhão	96,8	97,1	0,3	457,6	448,0	-2,1	44,3	43,5	-1,8
Piauí	246,5	209,9	-14,8	255,6	191,0	-25,3	63,0	40,1	-36,3
Ceará	589,1	589,1	0,0	270,4	268,7	-0,6	159,3	158,3	-0,6
Rio Grande do Norte	59,2	47,1	-20,4	390,2	405,5	3,9	23,1	19,1	-17,3
Paraíba	205,5	132,5	-35,5	389,8	489,8	25,7	80,1	64,9	-19,0
Pernambuco	316,7	316,7	0,0	431,6	403,2	-6,6	136,7	127,7	-6,6
Alagoas	83,5	83,5	0,0	459,9	445,5	-3,1	38,4	37,2	-3,1
Sergipe	35,8	35,8	0,0	558,7	614,5	10,0	20,0	22,0	10,0
Bahia	550,8	580,7	5,4	610,7	536,8	-12,1	336,4	311,7	-7,3
Centro-Oeste	285,6	216,7	-24,1	1.657,6	1.973,7	19,1	473,4	427,7	-9,7
Sudeste	634,6	628,0	-1,0	1.493,4	1.453,3	-2,7	947,7	912,7	-3,7
Sul	876,5	732,4	-16,4	1.171,8	1.475,2	25,9	1.027,1	1.080,4	5,2
Norte/Nordeste	2.351,1	2.261,0	-3,8	443,4	423,1	-4,6	1.042,4	956,7	-8,2
Centro-Sul	1.796,7	1.577,1	-12,2	1.362,6	1.535,0	12,6	2.448,2	2.420,8	-1,1
Brasil	4.147,8	3.838,1	-7,5	841,6	880,0	4,6	3.490,6	3.377,4	-3,2

Fonte: CONAB, 2010a.

Milho

Consequência da grande oferta do produto no mercado e dos baixos preços pagos aos agricultores, a safra de milho 2009/10 deverá sofrer queda de 7,7% na área plantada, para 13 milhões de

hectares, com destaque para a região Sul, onde esse decréscimo chega a 16,7%.

Entretanto, a produção deverá atingir 54,1 milhões de toneladas, com alta de 6,1% sobre a safra anterior, graças às condições climáticas fa-

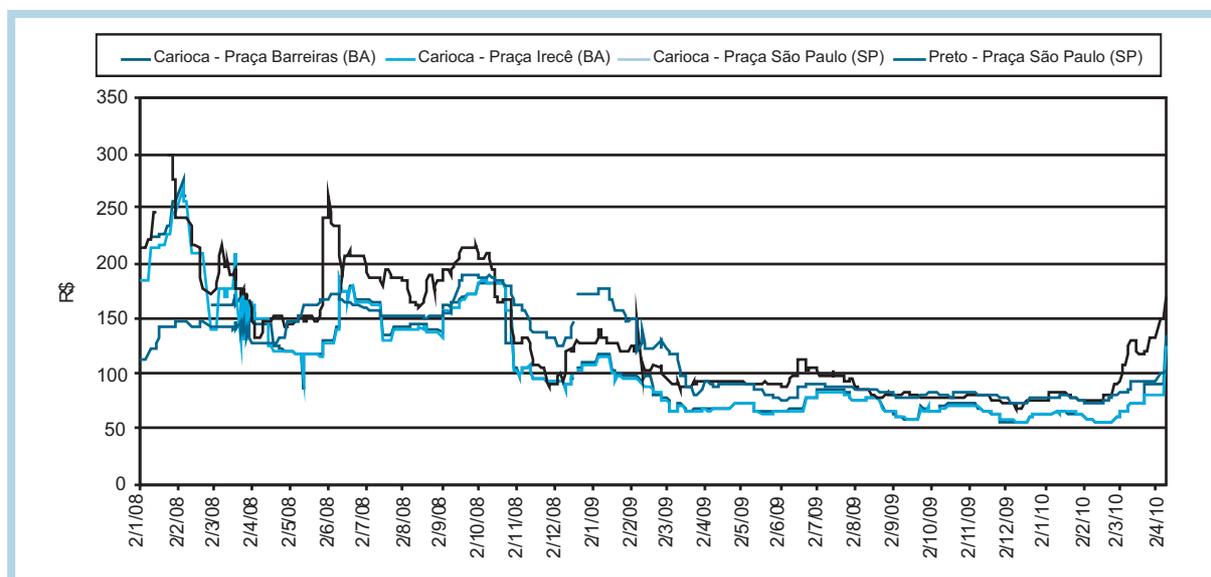


Gráfico 18 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2008 a abril/2010

Fonte: CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S/A, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

voráveis que proporcionarão ganhos de 14,9% na produtividade, que deve chegar a 4.137 kg/ha.

No Nordeste, também se observa redução de 5,9% da área plantada e como não é esperado aumento na produtividade, o último levantamento da safra indica queda de 6,3% na produção comparada à safra 2008/09. A região deverá produzir 4,3 milhões de toneladas de milho em 2.850,2 mil hectares.

A Bahia, apesar do decréscimo de 9,3% na produção, continua como o maior produtor nordestino do grão, com 1,8 milhão de toneladas. O Ceará é o segundo maior produtor de milho do Nordeste. A perspectiva de aumento de 31,7% na safra 2009/10 talvez seja afetada pela irregularidade das chuvas no Estado, até o momento (Tabela 20).

Em 2009, o preço do milho permaneceu em baixa em virtude da grande oferta e das negociações em pequenos volumes. A saca de 60 kg desvalorizou-se no ano em 11,8%, em São Paulo (Preço CIF), 23,8% em Cascavel (PR), 9,4% em Barreiras (BA) e em Fortaleza (CE). No início de 2010 o preço do milho continuou baixo, cotado a R\$17,6, R\$15,5, R\$15,5 e R\$23,0, respectivamente⁸. Ante a perspectiva de boas safras em 2010 não se espera recuperação do preço. Contrariamente ao que ocorre internamente, no mercado internacional, tem-se observado apreciação do preço do milho em virtude das incertezas climáticas e da desvalorização do petróleo que provoca maior destinação do milho para produção de etanol nos EUA (Gráfico 19).

Tabela 20 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	521,4	512,6	-1,7	2.392,6	2.320,1	-3,0	1.247,5	1.189,3	-4,7
Nordeste	3.030,0	2.850,2	-5,9	1.532,1	1.525,9	-0,4	4.642,4	4.349,1	-6,3
Maranhão	373,4	379,4	1,6	1.350,0	1.538,0	13,9	504,1	583,5	15,8
Piauí	329,4	302,6	-8,1	1.503,9	1.265,0	-15,9	495,4	382,8	-22,7
Ceará	689,3	689,3	0,0	805,0	1.060,1	31,7	554,9	730,7	31,7
Rio Grande do Norte	71,2	56,4	-20,8	603,9	638,3	5,7	43,0	36,0	-16,3
Paraíba	194,0	121,3	-37,5	857,2	672,7	-21,5	166,3	81,6	-50,9
Pernambuco	309,7	309,7	0,0	684,9	622,9	-9,1	212,1	192,9	-9,1
Alagoas	71,3	71,3	0,0	653,6	629,7	-3,6	46,6	44,9	-3,6
Sergipe	172,7	172,7	0,0	3.559,9	2.770,1	-22,2	614,8	478,4	-22,2
Bahia	818,8	747,5	-8,7	2.448,9	2.432,5	-0,7	2.005,2	1.818,3	-9,3
Centro-Oeste	3.528,1	3.594,2	1,9	4.411,5	4.685,1	6,2	15.564,1	16.839,1	8,2
Sudeste	2.253,7	2.097,3	-6,9	4.852,0	4.951,6	2,1	10.935,0	10.385,0	-5,0
Sul	4.838,6	4.032,8	-16,7	3.847,1	5.300,0	37,8	18.614,8	21.374,0	14,8
Norte/Nordeste	3.554,4	3.362,8	-5,4	1.657,1	1.647,0	-0,6	5.889,9	5.538,4	-6,0
Centro-Sul	10.620,4	9.724,3	-8,4	4.247,9	4.997,7	17,7	45.113,9	48.598,7	7,7
Brasil	14.171,8	13.087,1	-7,7	3.599,0	4.136,7	14,9	51.003,8	54.137,1	6,1

Fonte: CONAB, 2010a.

8 Valores referentes a 09/04/2010.

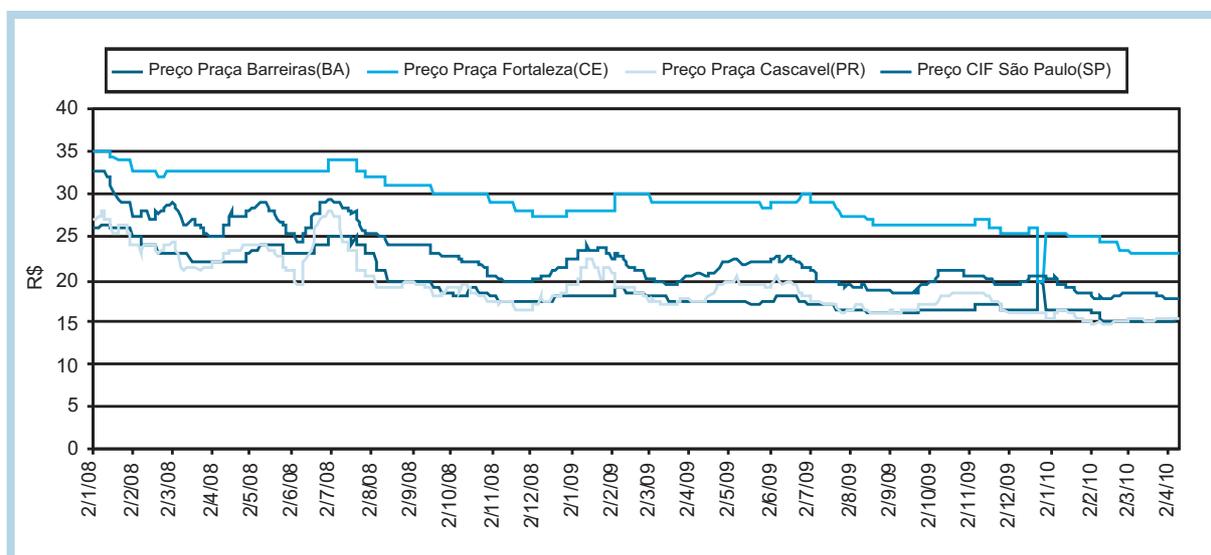


Gráfico 19 – Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo (SP), de janeiro/2008 a abril/2010

Fonte: CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S/A, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Soja

Com a expansão de 6,8% da área plantada na atual safra, a cultura ocupou 23,2 milhões de hectares, dos quais 10,4 milhões no Centro-Oeste, 498,4 mil hectares a mais que na safra 2008/09. No Nordeste, o plantio alcançou 1,7 milhão de hectares, aumento de 9,3%, o maior dentre as regiões que cultivam soja. Essa expansão, tanto no Nordeste quanto nas demais regiões produtoras, se deve à substituição de áreas de milho por soja, já que

esta apresenta menor custo de produção, melhores preços, maior liquidez e resistência à estiagem.

A estimativa de produção gira em torno de 67,4 milhões de toneladas, 17,9% superior à safra 2008/09 com aumento de 10,4% na produtividade.

No Nordeste, é previsto incremento na produção em todas as regiões produtoras: 15,7% no Maranhão e 21,1% na Bahia, resultado da recuperação da produtividade e 21,6% no Piauí, em virtude do aumento da área. Ao todo, estima-se

Tabela 21 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	497,6	558,7	12,3	2.841,6	2.866,5	0,9	1.414,0	1.601,5	13,3
Nordeste	1.608,0	1.756,9	9,3	2.588,2	2.839,8	9,7	4.161,9	4.989,3	19,9
Maaranhã	387,4	404,8	4,5	2.517,0	2.786,1	10,7	975,1	1.127,8	15,7
Piauí	273,1	336,5	23,2	2.815,1	2.777,1	-1,3	768,8	934,5	21,6
Bahia	947,5	1.015,6	7,2	2.552,0	2.882,0	12,9	2.418,0	2.927,0	21,1
Centro-Oeste	9.900,1	10.398,5	5,0	2.942,9	3.019,3	2,6	29.134,9	31.395,8	7,8
Sudeste	1.460,4	1.591,2	9,0	2.778,4	2.889,7	4,0	4.057,6	4.598,1	13,3
Sul	8.277,0	8.920,4	7,8	2.222,7	2.780,6	25,1	18.397,1	24.804,0	34,8
Norte/Nordeste	2.105,6	2.315,6	10,0	2.648,1	2.846,3	7,5	5.575,9	6.590,8	18,2
Centro-Sul	19.637,5	20.910,1	6,5	2.627,1	2.907,6	10,7	51.589,6	60.797,9	17,8
Brasil	21.743,1	23.225,7	6,8	2.629,1	2.901,5	10,4	57.165,5	67.388,7	17,9

Fonte: CONAB, 2010a.

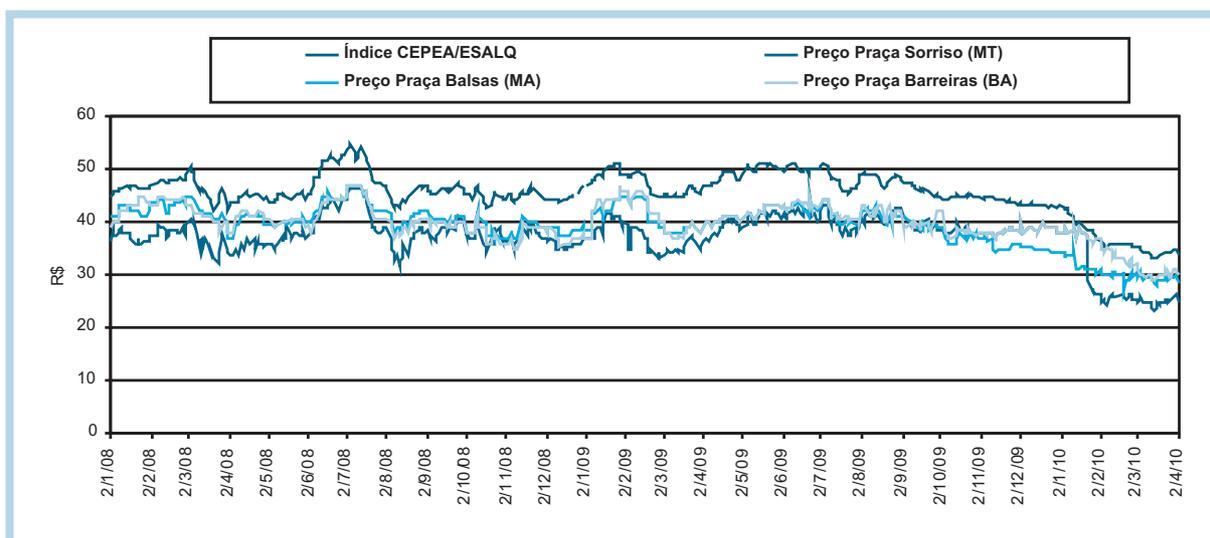


Gráfico 20 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2008 a abril/2010

Fonte: CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S/A, 2010. **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

que a produção nordestina de soja totalize 4,9 milhões de toneladas (Tabela 21).

Quanto ao preço, no primeiro semestre de 2009 houve alta e no segundo, recuo, fechando o ano com queda de 9% pelo índice Cepea/Esalq e a saca de 60 kg comercializada a R\$ 42,73⁹.

A tendência de queda continuou em 2010. No primeiro trimestre a redução foi de 20,6% pelo índice Cepea/Esalq e as expectativas de aumento de safra no Brasil e Argentina pressionam os preços para baixo. Todavia, existem alguns fatores que podem levar à recuperação do preço da soja no mercado externo. Um deles é a elevação no consumo e exportações dos Estados Unidos, com consequente declínio de 18% nos seus estoques finais. O outro é a perspectiva de o mercado mundial absorver 14,6 milhões de toneladas a mais do que no ano passado.

No Nordeste, entre janeiro e início de abril de 2010 os preços da saca da soja recuaram 16,2%, em Balsas (MA) e 21,1%, em Barreiras (BA), co-

tadas a R\$ 28,5 e R\$ 30,00 respectivamente¹⁰. O maior custo do frete tem influenciado negativamente na formação dos preços internos da soja (Gráfico 20).

Café

Embora a área plantada na safra 2009/10 (2,1 milhões de hectares) tenha registrado incremento de apenas 0,4%, a produção estimada deverá avançar 19,8% sobre o ano anterior, para 47,3 milhões de sacas. Esse quadro é resultado da biennialidade positiva e das condições climáticas favoráveis no período de floração, pois os baixos preços praticados em 2009 desestimularam os produtores a investir na lavoura.

O café arábica deverá representar 72,4% do total da produção brasileira, correspondendo a 35,1 milhões de sacas, e o robusta 25,8% ou 12,2 milhões de sacas.

Na Bahia, principal produtor do Nordeste, o crescimento da produção (31,5%) será superior à média nacional, resultado da expansão de 10,6%

9 Valores referentes a 30/12/2009.

10 Valores referentes a 01/04/2010.

Tabela 22 – Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2009 e 2010(*)

UF/Região	Área (em ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						
				Safr 2009			Safr 2010			Var. %
	Safr 2009	Safr 2010	Var. %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.000.731,0	1.007.587,0	0,7%	19.598,0	282,0	19.880,0	23.682,5	282,0	23.964,5	20,5%
Sul e Centro-Oeste	506.468,0	505.606,0	-0,2%	9.750,0	-	9.750,0	11.738,5	-	11.738,5	20,4%
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	159.042,0	162.630,0	2,3%	3.859,0	-	3.859,0	5.008,5	-	5.008,5	29,8%
Zona da mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	335.221,0	399.351,0	19,1%	5.989,0	282,0	6.271,0	6.935,5	282,0	7.217,5	15,1%
Espírito Santo	479.798,0	472.269,0	-1,6%	2.603,0	7.602,0	10.205,0	3.008,0	8.758,0	11.766,0	15,3%
São Paulo	182.020,0	179.900,0	-1,2%	3.423,0	-	3.423,0	3.980,0	-	3.980,0	16,3%
Paraná	85.180,0	83.400,0	-2,1%	1.467,0	-	1.467,0	2.100,0	-	2.100,0	43,1%
Bahia	126.170,0	139.550,0	10,6%	1.332,0	542,0	1.874,0	1.831,0	634,0	2.465,0	31,5%
Oeste	12.088,0	12.273,0	1,5%	436,0	-	436,0	492,0	-	492,0	12,8%
Planalto	91.373,0	103.344,0	13,1%	896,0	-	896,0	1.339,0	-	1.339,0	49,4%
Atlântico	22.709,0	23.933,0	5,4%	-	542,0	542,0	-	634,0	634,0	17,0%
Rondônia	154.335,0	154.335,0	0,0%	-	1.547,0	1.547,0	-	1.888,0	1.888,0	22,0%
Mato Grosso	15.272,0	15.272,0	0,0%	11,0	130,0	141,0	11,0	128,5	139,5	-1,1%
Pará	12.407,0	12.450,0	0,3%	-	228,0	228,0	-	220,5	220,5	-3,3%
Rio de Janeiro	13.923,0	13.100,0	-5,9%	252,0	13,0	265,0	244,5	12,0	256,5	-3,2%
Outros	23.073,0	23.234,0	0,7%	180,0	260,0	440,0	200,5	293,0	493,5	12,2%
BRASIL	2.092.909,0	2.101.097,0	0,4%	28.866,0	10.604,0	39.470,0	35.057,5	12.216,0	47.273,5	19,8%

Fonte: CONAB, 2010a.

da área de plantio, estimada em 139,6 mil hectares (Tabela 22).

No primeiro trimestre de 2010 não houve variação expressiva dos preços do café. A cotação do arábica valorizou 1,5% e o conillon apresentou retração de 3,3% pelo índice Cepea/Esalq. Em Vitória da Conquista, o café Bica Rio T6/7 teve aumento de 5% e o Bica Dura T6/7 de 4%. Dada a expectativa de produção de elevado volume de café de qualidade inferior estima-se que os preços deverão permanecer baixos. Na Bolsa de Nova York (ICE Futures), os contratos futuros de café arábica também estão em baixa. Em fevereiro, os contratos com vencimento em maio de 2010 apresentaram queda de 4,9% em relação a janeiro (Gráfico 21).

No entanto, o cenário internacional é promissor para o café brasileiro, pois as adversidades climáticas em importantes países produtores, a exemplo da Colômbia e Uganda, prejudicaram suas safras, determinando a redução nos estoques mundiais do produto.

Cana-de-açúcar

Conforme a Conab (2009), a produção nacional de cana deve alcançar 612,2 milhões de toneladas, com aumento de 7,1% sobre a safra 2008/09. Os dados relativos ao terceiro levantamento da safra 2009/10, o excesso de chuvas impactou a colheita e o rendimento industrial, provocando baixo teor médio de ATR (Açúcar Total Recuperável).

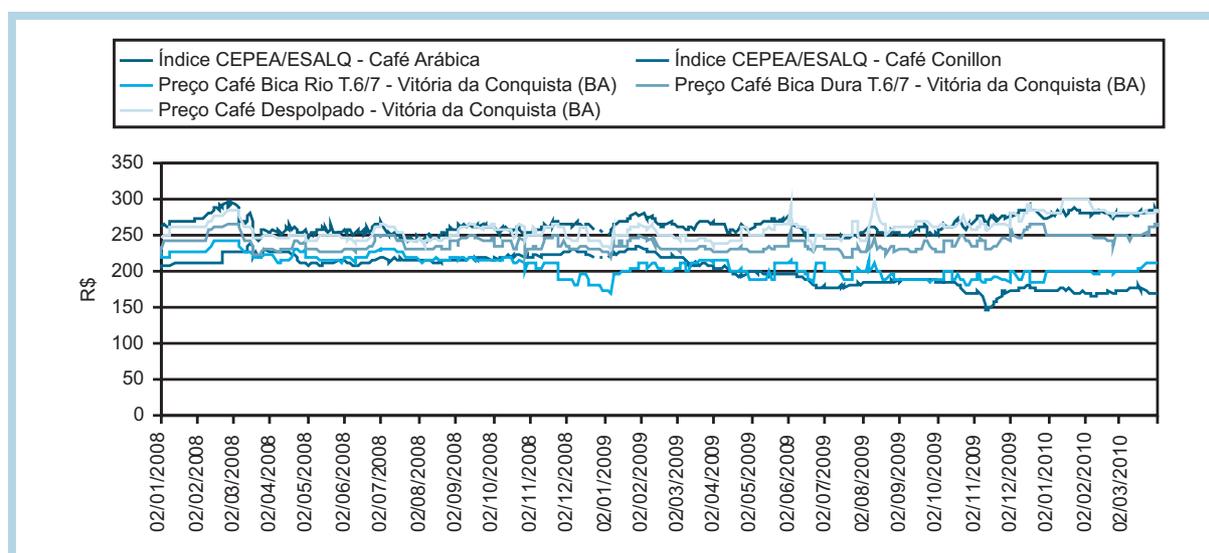


Gráfico 21 – Evolução dos Preços da Sacca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despulpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de janeiro/2008 a abril/2010

Fonte: CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S/A, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O Nordeste prevê queda de 3,1% na produção como resultado, sobretudo, do declínio da produtividade, 4,8% inferior à obtida na safra 2008/09. A maior retração é esperada no Maranhão, com

recuos tanto no desempenho da cultura quanto na área de plantio (Tabela 23).

Entre janeiro de 2008 e março de 2010 a cotação do açúcar apresentou forte tendência de

Tabela 23 – Cana-de-açúcar. Comparativo de Área, Produtividade e Produção safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	16,0	15,2	(4,9)	68.252,0	64.101,0	(6,1)	1.093,6	976,9	(10,7)
Nordeste	1.052,6	1.071,3	1,8	61.197,0	58.268,0	(4,8)	64.416,1	62.423,3	(3,1)
Maranhão	38,9	33,1	(15,0)	61.311,0	56.090,0	(8,5)	2.385,0	1.854,9	(22,2)
Piauí	13,1	13,6	3,6	68.718,0	74.600,0	8,6	900,9	1.013,1	12,5
Ceará	1,8	1,8	-	68.889,0	66.000,0	(4,2)	124,0	118,8	(4,2)
Rio Grande do Norte	59,5	62,3	4,7	55.406,0	54.765,0	(1,2)	3.296,7	3.411,9	3,5
Paraíba	112,5	115,5	2,7	54.373,0	54.777,0	0,7	6.117,0	6.328,9	3,5
Pernambuco	321,4	321,4	-	59.489,0	56.200,0	(5,5)	19.119,8	18.062,7	(5,5)
Alagoas	432,0	448,0	3,7	63.426,0	59.006,0	(7,0)	27.400,0	26.433,5	(3,5)
Sergipe	36,0	37,9	5,2	66.111,0	58.705,0	(11,2)	2.380,0	2.223,2	(6,6)
Bahia	37,4	37,8	1,0	71.997,0	78.800,0	9,4	2.692,7	2.976,3	10,5
Centro-Oeste	900,8	1.042,7	15,8	73.834,0	83.186,0	12,7	66.510,1	86.740,1	30,4
Sudeste	4.561,8	4.809,2	5,4	86.610,0	85.640,0	(1,1)	395.094,4	411.861,5	4,2
Norte/Nordeste	1.068,6	1.086,6	1,7	61.302,0	58.350,0	4,8	65.509,7	63.400,2	(3,2)
Centro/Sul	5.989,2	6.444,4	7,6	84.473,0	85.161,0	0,8	505.924,6	548.811,0	8,5
Brasil	7.057,8	7.531,0	6,7	80.965,0	81.293,0	0,4	571.434,3	612.211,2	7,1

Fonte: CONAB, 2010a.

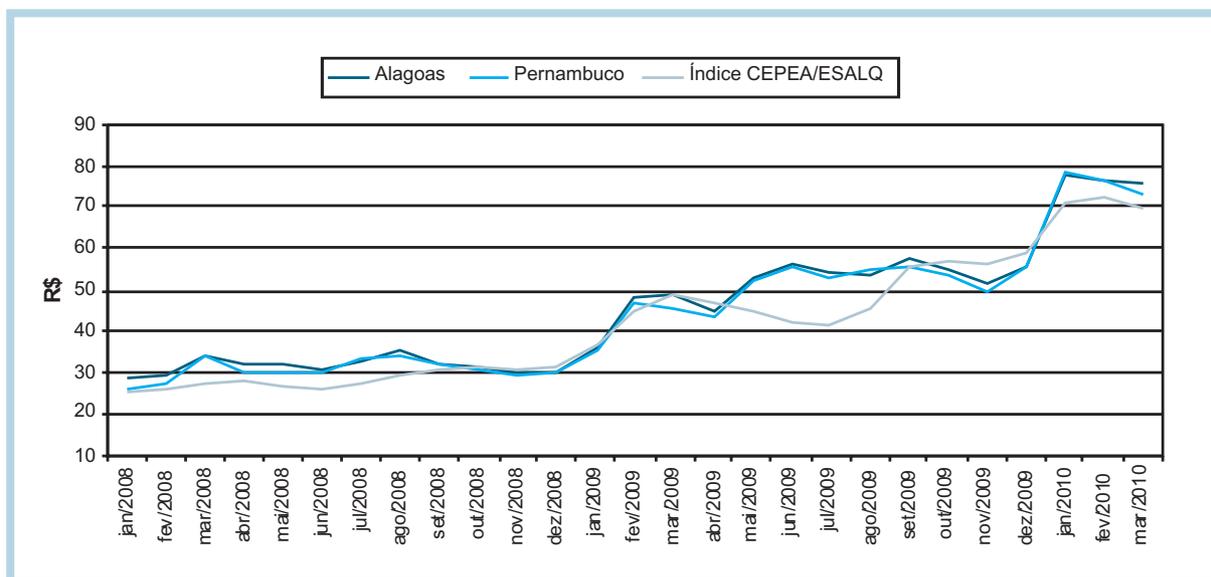


Gráfico 22 – Evolução dos Preços da Saca de 50kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2008 a Março/2010

Fonte: CEPEA; ESALQ, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

crescimento, comportamento que se acentuou no primeiro trimestre de 2010. O principal fator de impulso foi a quebra de safras na China e na Índia, associado a um consumo mundial superior à oferta.

Em março de 2010, a saca de 50 kg foi comercializada a R\$75,90 em Alagoas, R\$73,40 em Pernambuco e R\$69,60 pelo índice Cepea/Esalq, altas

de 56,3%, 62,6% e 43,7%, respectivamente, com relação ao mesmo período de 2009 (Gráfico 22).

O preço do álcool também experimentou alta no período. O anidro fechou 2009 com elevação de 30,6% no ano enquanto o hidratado, pelo índice Cepea/Esalq, cravou 30,8%. A tendência de alta permaneceu até fevereiro de 2010, quando o anidro chegou a R\$1,46/litro em Alagoas e Per-

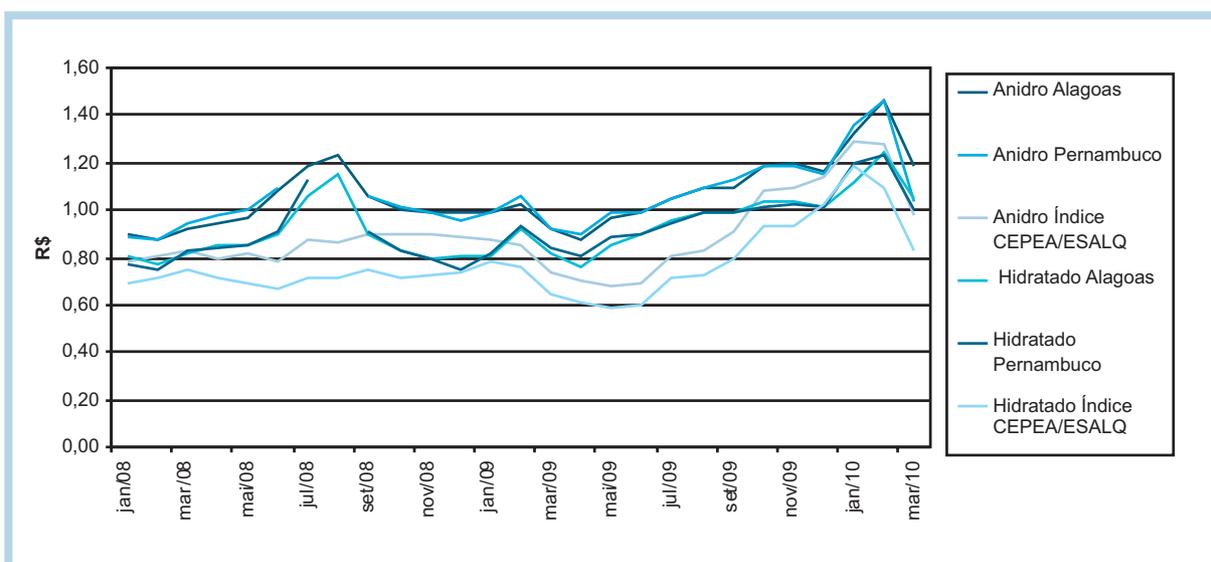


Gráfico 23 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2008 a março/2010

Fonte: CEPEA; ESALQ, 2010a. Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

nambuco e a R\$1,24 pelo índice Cepea/Esalq. O litro do hidratado foi comercializado nessas mesmas praças a R\$1,24, R\$1,23 e R\$1,09, respectivamente.

Em março de 2010, o preço começou a retroceder. O anidro caiu 19,19%, 29,14% e 22,86% em Alagoas, em Pernambuco e pelo índice Cepea/Esalq, respectivamente. O hidratado teve

queda de 15,74% em Alagoas, 18% em Pernambuco e de 23,75% pelo índice Cepea/Esalq. Este comportamento foi resultado da menor demanda por etanol por parte dos donos de veículos e das expectativas sobre a nova safra. Também contribuiu para a redução do preço do álcool a decisão governamental de diminuir a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a gasolina (Gráfico 23).

3.4.3 - Pecuária

Os primeiros meses de 2010 foram de mercado desaquecido para a pecuária. Em janeiro, com muitos vendedores fora, a oferta ficou reduzida, obrigando os frigoríficos a comprarem em regiões diferentes de onde ocorre o abate e a diminuir a quantidade abatida por dia para manter a escala. Ainda assim, os preços estiveram em baixa, resultado da falta de disposição dos frigoríficos em pagar mais pela arroba, mesmo com uma curta escala de abate, e dos pecuaristas em negociar no patamar de preços vigente.

O indicador Esalq/BM&FBovespa fechou janeiro em R\$ 76,37 a arroba. Em fevereiro, com o carnaval, a oferta de boi continuou baixa, apesar da escala de abate dos frigoríficos ter se alongado, e os preços reagiram: o indicador fechou em R\$ 77,48 em fevereiro e chegou a R\$ 79,17, em 17 de março, com altas de 1,45% e 3,66%, respectivamente, em relação a janeiro (CEPEA; ESALQ, 2010h; 2010j).

Comparada à posição de fev./09, as exportações de carne fecharam em alta em fevereiro: a receita avançou 28%, totalizando US\$ 347,7 mi-

lhões; os embarques 8%, para 150,9 mil toneladas, enquanto o preço em dólar subiu 18%, para US\$ 3,5 mil a tonelada. A desvalorização de 3,5% do real frente ao dólar norte-americano, durante fevereiro, pode ter influenciado o resultado obtido pelo setor (CANAL RURAL, 2010).

A China voltará a comprar carne do Brasil a partir do segundo semestre de 2010, após reconhecer o avanço da erradicação da febre aftosa na maioria dos estados brasileiros.

O Nordeste como um todo saiu da zona de risco desconhecido da doença, com a elevação do *status* cearense para o de risco médio, existindo também a possibilidade do Piauí ter sua área declarada livre da doença ainda em 2010 (TENDÊNCIAS E MERCADO, 2010a, 2010b).

Adversidades climáticas no início do ano reduziram a produção brasileira de leite, elevando o preço médio bruto pago ao produtor para R\$ 0,6184/litro em fevereiro, alta de 3,6% sobre jan./10 e de 3,4% em relação a fev./09. Na Bahia, o aumento foi de 2,1%, para R\$ 0,5806/litro (CEPEA; ESALQ, 2010i).

REFERENCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 21 abr. 2010a.
- _____. **Sistema gerenciador de séries temporais: inadimplência das operações de crédito - NE - pessoas físicas**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>. Acesso em: 19 abr. 2010b.
- _____. **Sistema gerenciador de séries temporais: saldo das operações de crédito - NE - pessoas físicas**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>. Acesso em: 19 abr. 2010c.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. BNB alcança lucro líquido de R\$ 459 milhões em 2009. Fortaleza, **Notícias do BNB**, 01 mar. 2010a.
- _____. Nordeste: desempenho do comércio exterior em 2009. Fortaleza, **Informe Setorial Indústria e Serviços**, ano IV, n. 2, 2010b.
- _____. **Planos estaduais de aplicação: programação FNE 2009**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010c.
- _____. **Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários – SIGMAN**. Fortaleza: BNB, 2009. Acesso em: 26 abr. 2010d.
- BARROS, G. S. de C.; FACHINELLO, A. L.; SILVA, A. F. **Menor recuo da pecuária segura desempenho do agronegócio em novembro**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 16 mar. 2010.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 16 mar. 2010a.
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 09 abr. 2010b.
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2010c.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <<http://www.cagedestabelecimento.caged.gov.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2010d.
- BRASKEM. **Braskem anuncia a aquisição da Sunoco Chemicals nos Estados Unidos**: release. Disponível em: <<http://www.braskem.com.br>>. Acesso em: 09 abr. 2010.
- CANAL RURAL. **Receitas com exportações de carne bovina e de frango crescem ante 2009**. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/canalrural/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&action=noticias&id=2825398§ion=noticias>>. Acesso em: 11 mar. 2010.
- CEPEA; ESALQ. **Indicador de açúcar & álcool**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_fevereiro/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 12 abr. 2010a.
- _____. **Indicador de algodão**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_fevereiro/Algodao.htm>. Acesso em 09 abr. 2010b.
- _____. **Indicador de café**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_fevereiro/Cafe.htm>. Acesso em 09 abr. 2010c.
- _____. **Indicador de milho**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/agromen->

sal/2010/02_fevereiro/Milho.htm>. Acesso em: 09 abr. 2010d.

_____. **Indicador de soja.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_fevereiro/Soja.htm>. Acesso em 09 abr. 2010e.

_____. **Indicadores de preços: açúcar.** Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 07 abr. 2010f.

_____. **Indicadores de preços: álcool.** Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/alcool/>>. Acesso em: 07 abr. 2010b.g

_____. Informações de mercado. **Agromensal**, fev. 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_fevereiro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 18 mar. 2010h.

_____. Informações de mercado. **Agromensal**, fev. 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea%20Leite%20Fevereiro_10.doc>. Acesso em: 18 mar. 2010i.

_____. Informações de mercado. **Agromensal**, jan. 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/01_janeiro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 11 mar. 2010j.

CONAB. **Safra 2009/2010:** sétimo levantamento de acompanhamento da safra de grãos, abr. 2010. Brasília: CONAB, 2010a.

_____. **Safra 2009/2010:** terceiro levantamento de acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar, dez. 2009. Brasília: CONAB, 2009.

_____. **Safra 2010:** primeira estimativa de acompanhamento da safra brasileira de café, jan. 2010. Brasília: CONAB, 2010b.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS. **Comércio prevê aumento de 10% nas vendas. Últimas notícias**, mar. 2010. Disponível em: <http://dirigentelojista.com.br/mostra_ultimas.php?id=244>. Acesso em: 19 jan. 2010.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S/A. **Trading analysis information.** São Paulo: CMA, 2010.

CONTAS ABERTAS. **PAC:** investimentos em 2010 já superam todos os trimestres anteriores juntos. Disponível em: <<http://www.contasabertas.uol.com.br>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

CONSUMO do Nordeste ajudou a aliviar crise. Vertical S/A. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

DIEESE. Apesar da crise, construção civil teve desempenho positivo em 2009. **Boletim Trabalho e Construção**, n. 3, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.dieese.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2010a.

DIEESE. **Cesta básica mantém tendência de alta.** Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/racmar10.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2010b.

_____. Políticas de valorização do salário mínimo. **Nota Técnica**, n. 86, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 05 abr. 2010c.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de acompanhamento conjuntural.** mar. 2010. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Indicadores industriais.** Disponível em: <<http://www.fiepe.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2010a.

_____. **Indicadores industriais** (fev. 2010). Disponível em: <<http://www.fiepe.org.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010b.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. **Indicadores industriais** (fev. 2010). Disponível em: <<http://www.fiec.org.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

GAZETA DIGITAL. **Exportação de soja cai em janeiro.** Disponível em: <http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/exportacao-de-soja-cai-em-janeiro,20100218085056_G_801,20081118093836_S_464.aspx>. Acesso em: 14 abr.2010.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais** (out.-dez. 09). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2010a.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física (fev. 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010b.

_____. **Pesquisa mensal de comércio (fev./10).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 de abril de 2010c.

_____. **Pesquisa mensal de comércio (dez./09).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 de abril de 2010d.

_____. **Pesquisa mensal de emprego** (jan. 10). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2010e.

_____. **Produção industrial mensal:** produção física (Brasil). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 abr. 2010f.

_____. **Produção industrial mensal:** produção física (Brasil). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: [mar. 2010?]g.

_____. **Produção industrial mensal:** produção física (fev. 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010h.

IBGE; SIDRA. **Índices de preços.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2010a.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola municipal 2008.** Disponível em: <[http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?t=5&z=t&o=1&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1&u10=1&u11=3&u12=1&u13=26674&u14=1&u15=1)

t=5&z=t&o=1&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1&u10=1&u11=3&u12=1&u13=26674&u14=1&u15=1>. Acesso em: 09 abr. 2010b.

_____. **Produção agrícola municipal 2008.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>>. Acesso em: 09 abr. 2010c.

_____. **Produção industrial mensal.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2010d.

IBRE; FGV. **Sondagem de investimentos.** jan.-fev. 2010. Disponível em: <<http://www.portalibre.fgv.br>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

IFEPD. **Taxas de endividamento do consumidor de Maceió,** fev, 2010.

IPDC. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza,** fev. 2010.

IG. Crédito e renda em alta inflaram economia. **Economia.** Disponível em: <<http://www.economia.ig.com.br>>. Acesso em: 08 abr. 2010a.

IG. **Montadoras aumentam horas extras para produzir mais.** Disponível em: <<http://www.ig.com.br>>. Acesso em: 12 abr. 2010b.

TENDÊNCIAS E MERCADO. **Nordeste abandona zona de risco desconhecido de febre aftosa.** Disponível em: <<http://www.tendenciasmercado.com.br/negocios/nordeste-abandona-zona-de-risco-desconhecido-da-febre-aftosa/>>. Acesso em: 11 mar. 2010a.

_____. **Piauí avança e pode se tornar área livre de aftosa em 2010.** Disponível em: <<http://www.tendenciasmercado.com.br/negocios/piaui-avanca-e-pode-se-tornar-area-livre-de-aftosa-em-2010/>>. Acesso em: 11 mar. 2010b.

4 - Emprego e Rendimento

DO número de pessoas ocupadas estimado pela Pesquisa Mensal de Emprego foi de 23,4 milhões em fevereiro de 2010, significando estabilidade no confronto com o mês anterior e elevação comparativamente a fevereiro de 2009.

As duas regiões metropolitanas (RM) nordestinas investigadas assinalaram trajetórias semelhantes no que se refere ao comportamento da taxa de desocupação. Na RM do Recife, a população ocupada apresentou estabilidade em relação ao mês anterior e acréscimo de 4,9% em comparação com fev./09, alta de 67 mil postos de trabalho. A de Salvador também se manteve estável no indicador mês/mês imediatamente anterior e assinalou aumento de 3% no ano até fevereiro/2010, significando um adicional de 49 mil postos de trabalho.

Quanto às formas de inserção dos trabalhadores no mercado, as informações das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE em fev./10 revelam expansão de 1,6% (sobre jan./10) de empregados com carteira assinada no setor privado. No confronto com fev./09, constatou-se acréscimo de 6,4% dessa categoria, o que equivale a mais de 598 mil postos de trabalho.

Nas duas regiões nordestinas não foram registradas oscilações significativas de empregos com carteira assinada em comparação com o mês anterior. Já em comparação com fevereiro de 2009, as taxas de crescimento para Recife e Salvador são de, respectivamente, 7% e 11,1%.

O crescimento do emprego com carteira assinada no início de 2010 confirma o aumento da formalização do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos. Entre 2003 e 2009, o assalariamento com carteira assinada no setor privado teve uma expansão de 28,1% no total das regiões metropolitanas pesquisadas pela PME. Recife e Salvador exibem acréscimos de 38,6% e 41,2%, respectivamente, no período assinalado (Gráfico 1).

A expansão dos trabalhadores formais no setor privado está associada a uma melhora do seu rendimento médio real habitualmente recebido. Em fevereiro de 2010, observou-se um acréscimo de 1,7% do rendimento do empregado com carteira em comparação com janeiro de 2010 e estabilidade em relação a fevereiro de 2009.

O rendimento do trabalhador formalizado no setor privado registra comportamento diferenciado nas RMs nordestinas pesquisadas. A de Salvador exibe um incremento de 1,6% no indicador mês/mês imediatamente anterior e queda de 2,6% na comparação com fevereiro de 2009. Com relação à região de Recife, o rendimento dessa categoria apresentou aumento de 7% em fevereiro frente a janeiro de 2010. No confronto com o mesmo mês do ano anterior, a expansão foi de 3,1%.

No período 2002-2009, o acréscimo do rendimento do trabalhador formal no setor privado foi de 55,3%. Nesse período, essa categoria teve melhoria de 50,6% em Recife e de 54,1% em Salvador, valores superiores à média das seis regiões pesquisadas (Gráfico 2).

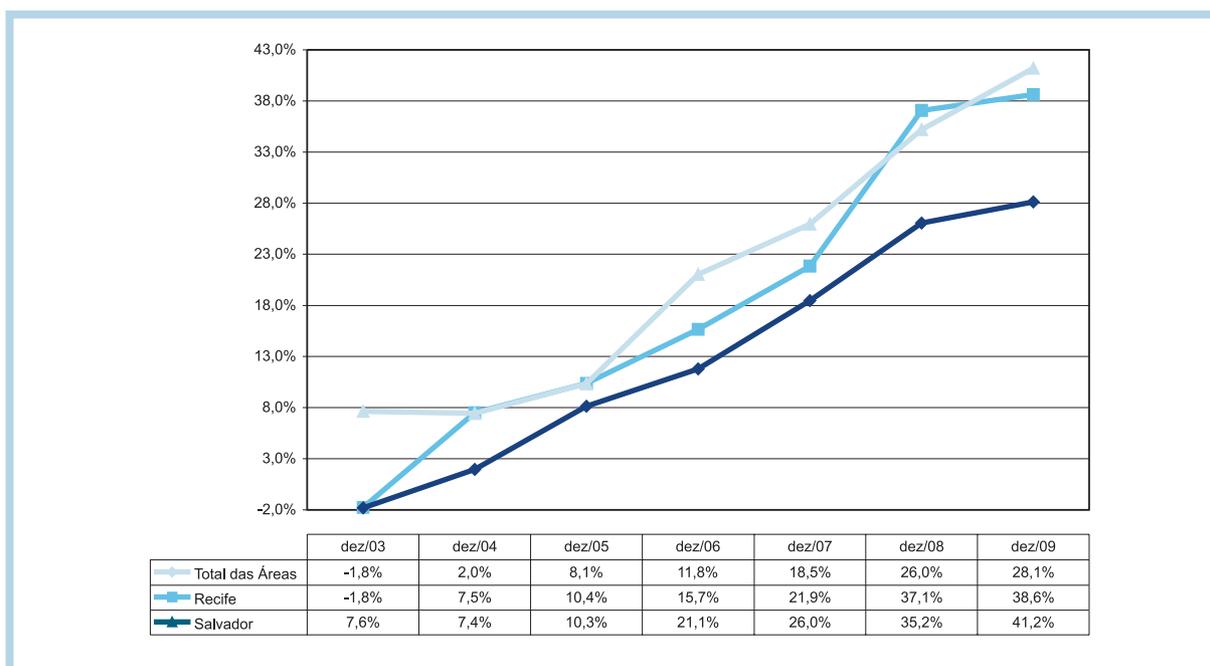


Gráfico 1 – Variação da População Ocupada dos Trabalhadores com Carteira Assinada para o Total das Regiões Metropolitanas Cobertas pela PME e as de Recife e Salvador. Meses de dezembro 2003-2009

Fonte: IBGE, 2010.

Dois fatores foram cruciais para o aumento do poder de compra dos trabalhadores com carteira assinada. A política de valorização do salário mínimo que registrou aumento de 53,67% entre

2002 e 2010, com efeitos positivos, principalmente, na região Nordeste. O outro fator diz respeito à nítida melhora do ambiente de negociação salarial, com a predominância, a partir de

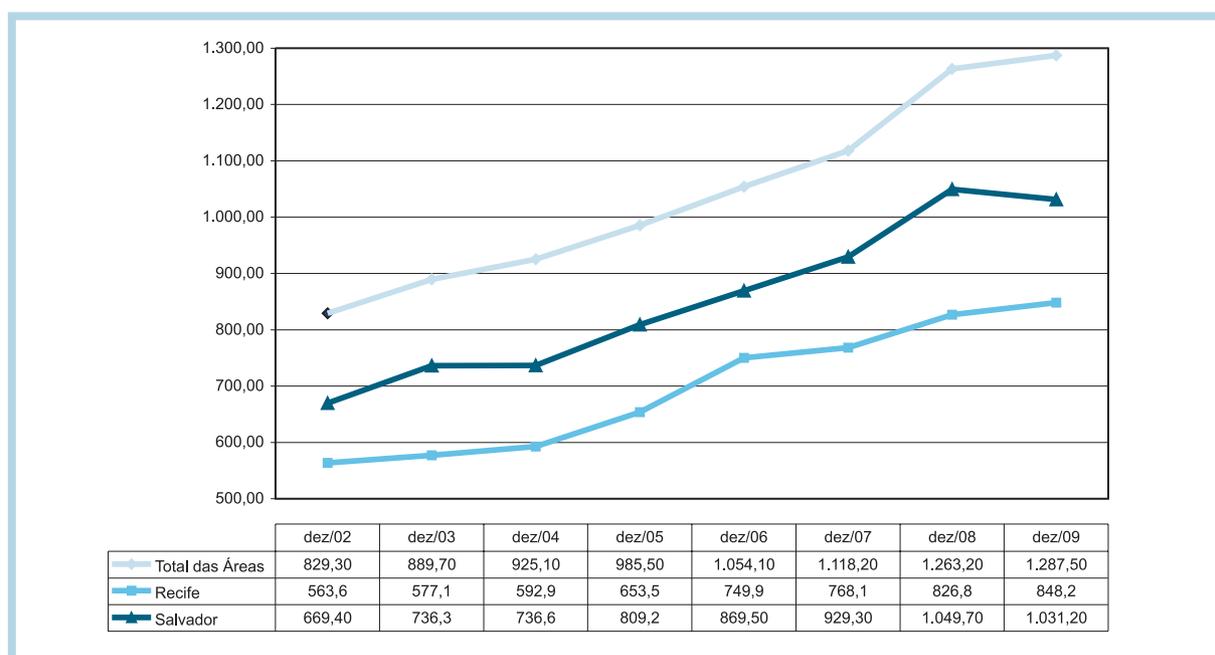


Gráfico 2 – Rendimento Médio Real Recebido pelos Trabalhadores para o Total das Regiões Metropolitanas Cobertas pela PME e as de Recife e Salvador – Meses de dezembro 2002-2009

Fonte: IBGE, 2010.

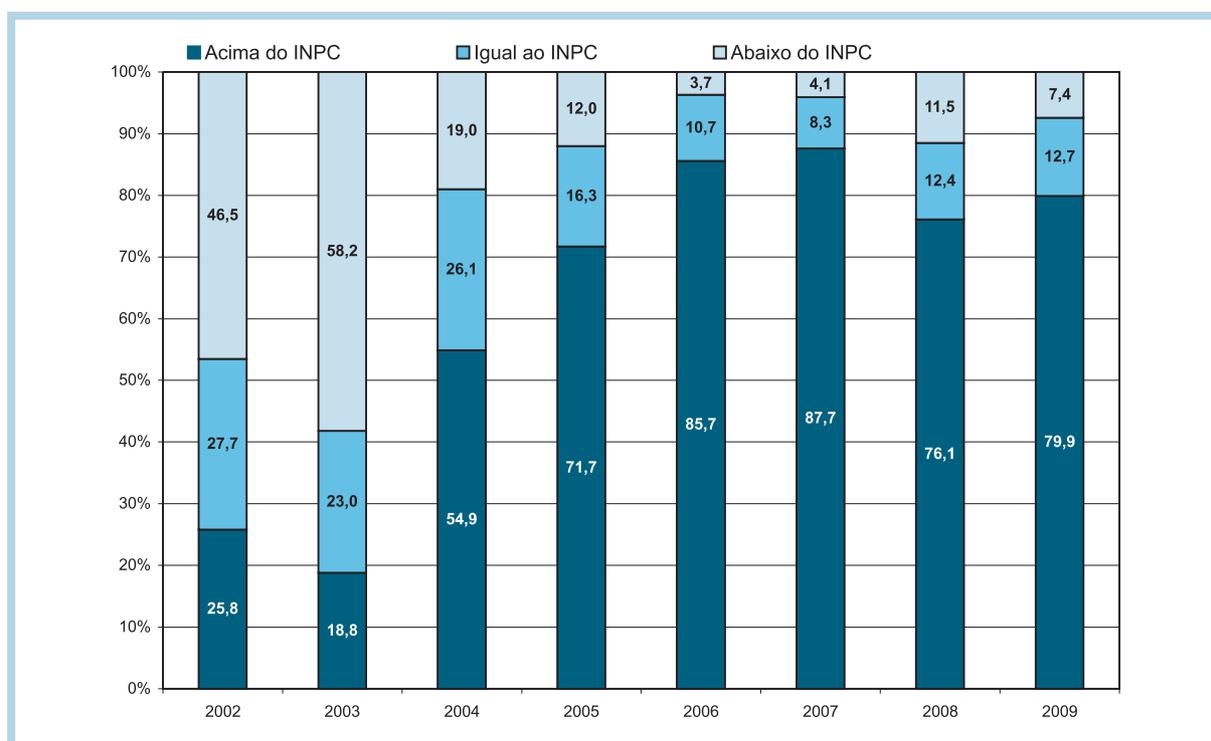


Gráfico 3 – Brasil. Distribuição de Reajustes Salariais, em Comparação ao INPC-IBGE. 2002-2010

Fonte: DIEESE, 2010.

2004, de reajustes salariais acima da inflação, como mostram as informações do Dieese - De-

partamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Gráfico 3).

4.1 - Considerações Adicionais Sobre a Criação de Emprego Formal

As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, apresentam o melhor primeiro trimestre registrado pela série desde seu início, em 1992. Somente em março, foram geradas 266.415 novas vagas. Isso ocorre por conta, principalmente, da forte atuação do setor de serviços (249.891), da indústria de transformação (204.384) e da construção civil (127.694). No

acumulado do primeiro trimestre de 2010, saldo nacional foi de 657.259 novos postos de trabalho (Gráfico 4).

O Nordeste obteve o melhor resultado para o primeiro trimestre desde o início da pesquisa do MTE. Esse período é marcado por resultados negativos em toda a série histórica. Com saldo de 9.064 novos postos de trabalho, essa tendência negativa foi interrompida em 2010 (Gráfico 4).

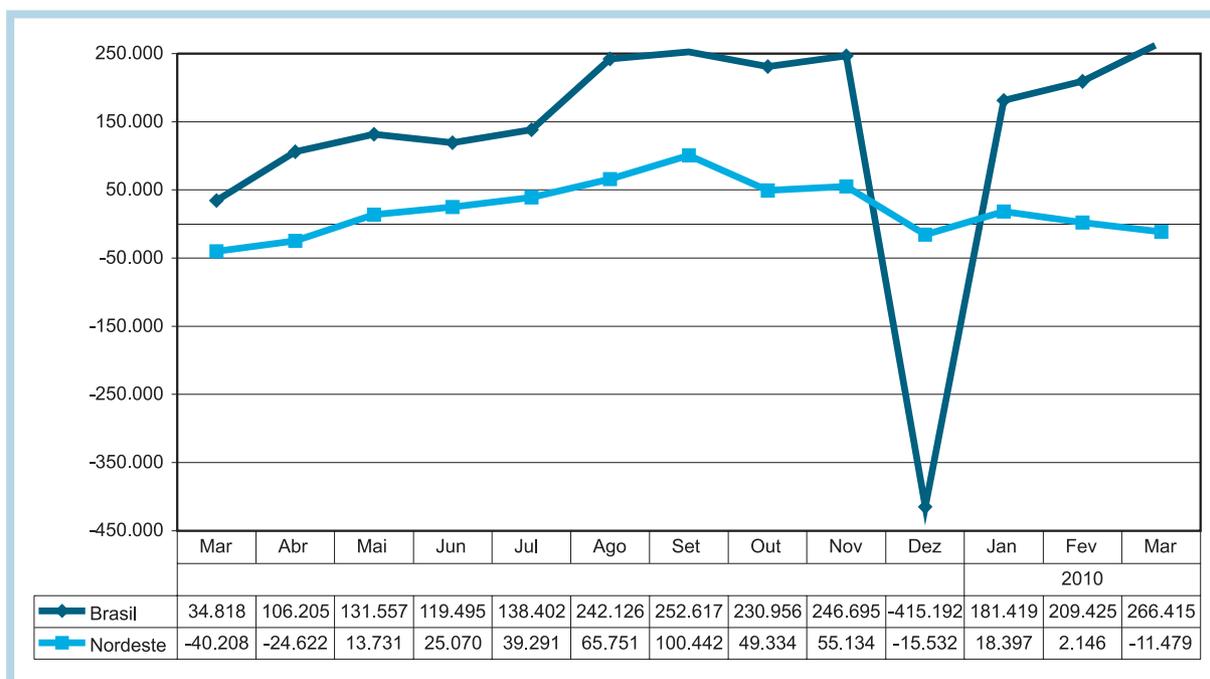


Gráfico 4 – Brasil e Regiões. Evolução do Saldo de Empregos no Primeiro Trimestre de Cada Ano – 2000 - 2010

Fonte: BRASIL, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O gráfico cinco indica a tendência mensal na geração de empregos celetistas. Percebe-se uma nítida evolução no saldo nacional, com a exceção do mês de dez./09 que historicamente apresenta saldo negativo por conta do término de contratos temporários na indústria, no comércio e no setor de serviços. O desempenho nordestino segue até fev./10 a mesma tendência nacional, o que não ocorre em março. Apesar de o Brasil registrar, nesse mês, saldo de 266.415 novos postos de

trabalho, o Nordeste teve desempenho negativo com o fechamento de 11.479 postos de trabalho. As razões dessa queda em março são explicitadas no sétimo parágrafo (Gráfico 5).

A análise dos resultados trimestrais em termos nacional e regional mostra que no total do Brasil, o setor serviços aparece como forte demandante de mão de obra formal (249.891), seguido pela indústria de transformação (204.384) (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil e Regiões. Saldo Acumulado de Empregos Formais – Por Setores – Jan a Mar 2010

	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Brasil	4.078	204.384	5.961	127.694	33.314	249.891	13.452	18.485	657.259
Nordeste	595	-45.395	267	37.212	6429	26.394	-68	-16.370	9.064
Norte	981	5.649	203	7.602	244	10.156	306	1.194	26.335
Sudeste	1.677	146.673	4.710	62.448	12.891	145.920	7.584	9.330	391.233
Sul	312	78.060	1024	14.559	8.670	45.298	5.199	6.963	160.085
Centro-Oeste	513	19.397	-243	5.873	5.080	22.123	431	17.368	70.542

Fonte: BRASIL, 2010.

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 2 – Nordeste: Geração de Empregos Formais por Estado (Saldo) – 2009 e 2010

Estados	Resultado Mensal Março		Acumulado no Ano (Jan - Mar)	
	2009	2010	2009	2010
Brasil	34.818	266.415	-57.751	657.259
Nordeste	-40.208	-11.479	-81.223	9.064
Alagoas	-15.582	-17.803	-21.752	-29.911
Bahia	4.497	10.226	4.002	30.738
Ceará	1.372	6.450	-5.962	9.896
Maranhão	-402	3.792	-4.847	6.868
Paraíba	-4.190	-4.017	-9.316	-4.250
Pernambuco	150	3.423	-700	5.475
Piauí	-22.252	-13.216	-31.201	-11.995
Rio Grande do Norte	-2.470	1.200	-10.836	597
Sergipe	-1.331	-1.534	-611	1.646

Fonte: BRASIL, 2010.

Entre os estados nordestinos, os destaques de março foram Bahia e Ceará. Na comparação 2009/10, percebe-se a forte recuperação regional com dados positivos na maioria dos estados. As exceções foram Alagoas, Piauí e Paraíba que foram afetados por fenômenos sazonais (Tabela 2).

Entre as atividades do Nordeste, construção civil e serviços continuam liderando o bom desempenho da economia nordestina. A primeira por conta de grandes projetos de infraestrutura dos governos federal e estaduais e da política de isenção do IPI, razão do dinamismo setorial. Já o setor de serviços se destaca pela atuação dos subsetores ligados

ao turismo, à habitação e ao ensino. Juntos, eles respondem por mais de 70% de todos os empregos gerados pela área de serviços.

A indústria de transformação foi responsável pela perda de dinamismo da região no saldo total de emprego. Quatro dos nove estados nordestinos apresentaram saldo negativo nesse setor, com destaque para Alagoas (-31.773) e Pernambuco (-20.068). Juntos, esses dois estados eliminaram mais de 50 mil postos de trabalho no primeiro trimestre de 2010. O segmento da produção de alimentos e bebidas foi o grande causador do elevado número de demissões para o período de

Tabela 3 – Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado – Janeiro a Março de 2010 (Saldo)

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	31	-31.773	11	2.070	21	477	-19	-729	-29.911
Bahia	338	7.069	164	11.143	2.179	7.203	74	2.568	30.738
Ceará	8	3.367	-59	6.775	891	3.396	-145	-4.337	9.896
Maranhão	14	840	-26	2.627	1.394	1.593	-27	453	6.868
Paraíba	24	-3.302	-568	1.866	686	1.520	13	-4.489	-4.250
Pernambuco	72	-20.068	635	5.266	-214	6.954	-12	-4.628	-11.995
Piauí	-14	207	-52	3.481	258	1.366	1	228	5.475
Rio Gde. do Norte	75	-1.383	114	2.337	890	2.046	11	-3.493	597
Sergipe	47	-352	48	1.647	324	1.839	36	-1.943	1.646
Nordeste	595	-45.395	267	37.212	6.429	26.394	-68	-16.370	9.064

Fonte: BRASIL, 2010.

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

janeiro a março de 2010. Alagoas e Pernambuco são grandes produtores de açúcar e etanol e o período de entressafra desses produtos afeta

diretamente o segmento de manufatura da cana-de-açúcar (Tabela 3).

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

DIEESE. **Mercado de trabalho**: evolução e desafios. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em 25 abr. 2010.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego (fev. 2010)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

5 - Setor Externo

O Nordeste obteve superávit de US\$ 376,8 milhões na balança comercial no primeiro trimestre de 2010. Este resultado decorreu de exportações no valor de US\$ 4.046,5 milhões e de importações que somaram US\$ 3.669,7 milhões. Tanto as exportações regionais (56,2%) quanto as nacionais (25%) apresentaram expressivas taxas de crescimento relativamente ao mesmo período de 2009.

Em 2009, o desempenho do comércio exterior do Brasil e do Nordeste, em particular, registrou decréscimo superior a 20% comparativamente a 2008, em virtude da crise financeira internacional. Desta forma, as expressivas taxas verificadas no início de 2010 indicam um possível retorno aos patamares de exportação atingidos pelo Nordeste em 2008, quando suas vendas externas totalizaram US\$ 15.451,5 milhões.

O significativo aumento das exportações regionais – 31,2 pontos percentuais acima da

observada pela economia brasileira como todo – elevou a participação do Nordeste no total nacional, passando de 8,2% em média no quinquênio 2005/09 para 10,3%, entre janeiro e março de 2010 (Tabela 1).

Ressalte-se que no comparativo janeiro-março/2010 com o mesmo intervalo de 2009, exceto pelo Norte, com queda de 8,3%, todas as demais regiões brasileiras apresentaram acréscimos em suas exportações. O melhor desempenho dentre as regiões foi o do Nordeste.

Em termos de valores, no primeiro trimestre de 2010, as maiores taxas de incremento, relativamente ao mesmo período de 2009, foram registradas pelos setores de mineração, químico e de combustíveis. O capítulo minérios, escórias e cinzas, com o produto minério de ferro não aglomerado e seus concentrados, alcançou receitas de US\$ 564.150,2 mil, com alta de 810,7% sobre o mesmo

Tabela 1 – Exportações do Brasil e do Nordeste entre 2005 e 2010 – US\$ Mil Fob

	Nordeste		Brasil	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
2005	10.561.141	6.307.782	118.529.184	73.600.376
2006	11.629.126	8.854.754	137.807.470	91.350.841
2007	13.086.243	11.776.554	160.649.073	120.617.446
2008	15.451.508	15.526.386	197.942.443	172.984.768
2009	11.616.306	10.786.680	152.994.743	127.704.937
2010	4.046.551	3.669.723	39.229.803	38.337.455
janeiro	1.300.714	1.035.839	11.305.067	11.473.725
fevereiro	1.172.890	1.155.014	12.197.237	11.804.574
março	1.572.946	1.478.869	15.727.499	15.059.156

Fonte: BRASIL, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

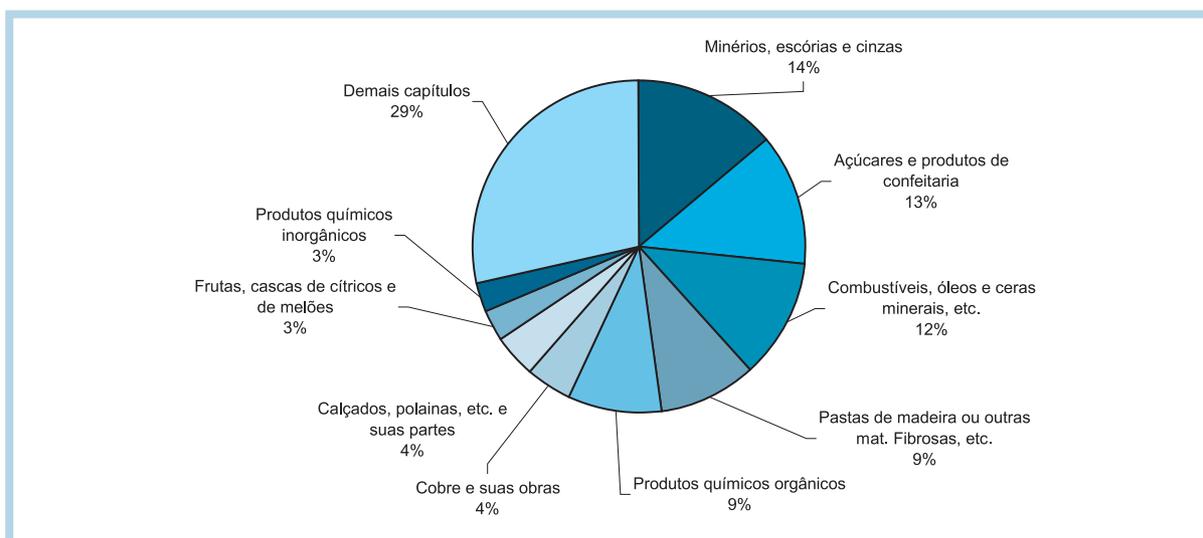


Gráfico 1 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste – Janeiro/Março de 2010

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

período de 2009. Já o capítulo produtos químicos inorgânicos teve também espetacular crescimento (205%), com exportações de US\$ 110.363,1 mil. O principal produto desse grupo é a alumina calcinada. As vendas do capítulo combustíveis, óleos e ceras minerais, por sua vez, totalizaram US\$ 473.575,3 mil, com expansão de 224%.

O expressivo desempenho desses capítulos repercutiu sobre a lista de principais empresas exportadoras da região: a Vale foi a maior expor-

tadora (13,8% do total), seguida pela Petrobras (12,9%) e Braskem (6,3%).

Do ponto de vista estadual, somente Piauí e Rio Grande do Norte acusaram declínio nas exportações. As vendas externas piauienses passaram de US\$ 41,2 milhões no primeiro trimestre de 2009 para US\$ 16,8 milhões no mesmo período deste ano, queda de 59%. As exportações do Piauí concentraram-se em quatro produtos: ceras vegetais (US\$ 11,2 milhões), pilocarpina, seu nitrato

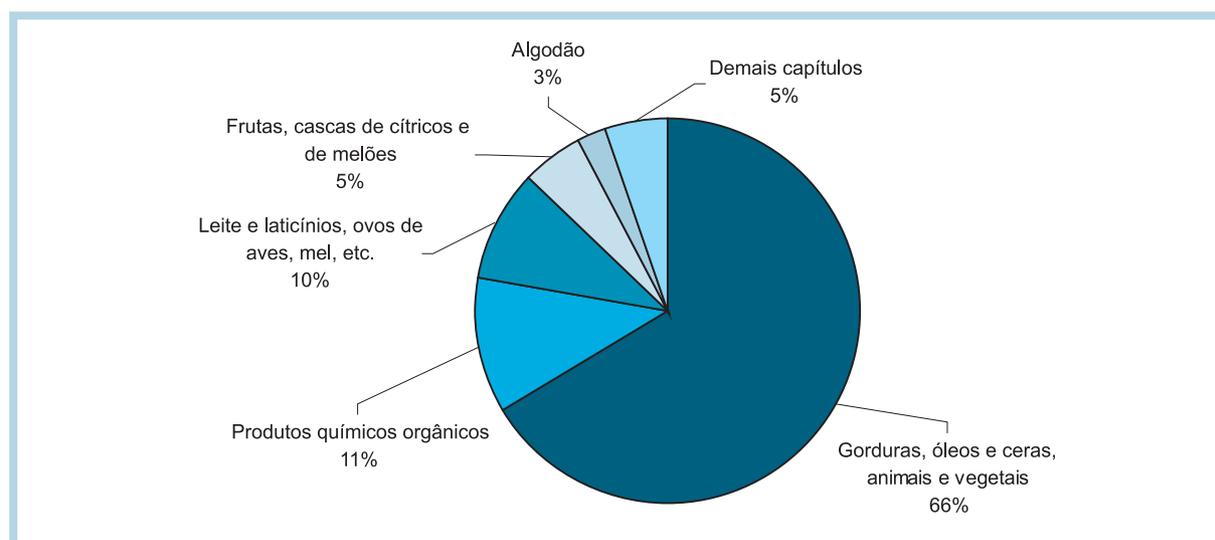


Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro/Março de 2010

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

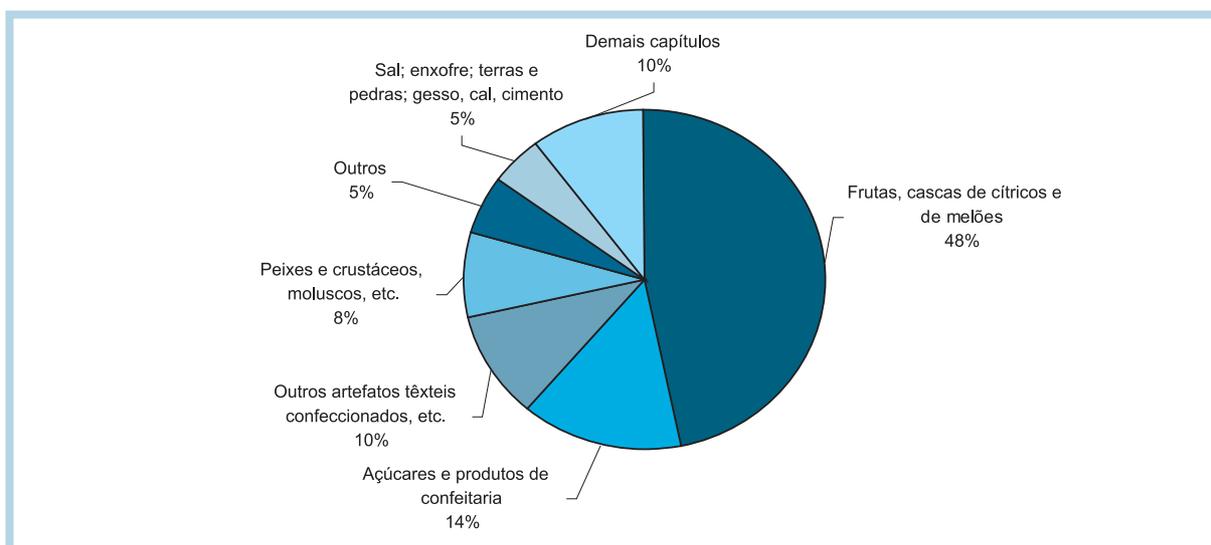


Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro/Março de 2010

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

e seu cloridrato (US\$ 1,9 milhão) e mel (US\$ 1,6 milhão), todos eles com aumento de receitas no período sob análise. Vale salientar, a elevação de 200% observada nos preços da pilocarpina, seu nitrato e seu cloridrato. Trata-se de um alcalóide extraído das folhas do jaborandi com várias aplicações, destacando-se na indústria farmacêutica como componente essencial na fabricação de colírios destinados a combater o glaucoma.

O declínio das exportações piauienses nesse primeiro trimestre decorreu da ausência da soja, que entre janeiro e março de 2009 somaram US\$ 28,5 milhões.

O Rio Grande do Norte acumulou exportações de US\$ 67,8 milhões no trimestre, com queda de 7,6% em relação ao mesmo período de 2009. Os dois principais produtos de sua pauta: melões frescos (US\$ 11,3 milhões) e castanha de caju (US\$ 10 milhões) acusaram decréscimo de 12,9 e 2,5%, respectivamente, no período em análise. Ainda assim, na visão do presidente do Comitê de Fitossanidade do Rio Grande do Norte (COEX), Wilson Galdino, 2010 será um bom ano para as frutas, com perspectivas de retomada do consumo pelos europeus.

A Bahia continua liderando as exportações regionais, com US\$ 2.065,5 milhões ou 51% do total. As vendas do Estado avançaram 56,8% em relação ao acumulado janeiro-março 2009 (US\$ 1.317 milhões). Isoladamente, o capítulo de maior destaque da pauta estadual foi o de combustíveis, óleos e ceras minerais etc., com US\$ 449,1 milhões exportados, alta de 433%. Por sua vez, o capítulo pasta de madeira e outras matérias fibrosas, com vendas de US\$ 378,1 milhões, foi o segundo maior destaque com aumento de 16%.

O trimestre marcou o princípio de recuperação das vendas baianas de automóveis, produto que, por ter maior elasticidade renda, foi um dos mais atingidos pelo declínio da demanda mundial em 2009. No início de 2010, houve expansão de 49% nas vendas com a fábrica local da Ford Automóveis do Brasil participando com 4% da pauta de exportação estadual (Gráfico 4).

Em segundo lugar na participação das exportações nordestinas, com crescimento de 20%, o Maranhão acumulou vendas de US\$ 838,1 milhões. Os negócios nesse Estado se concentram em quatro produtos da cadeia minero-metalúrgica que responderam por 82,4% do total da pauta: minérios de ferro não aglomerados, ferro fundido

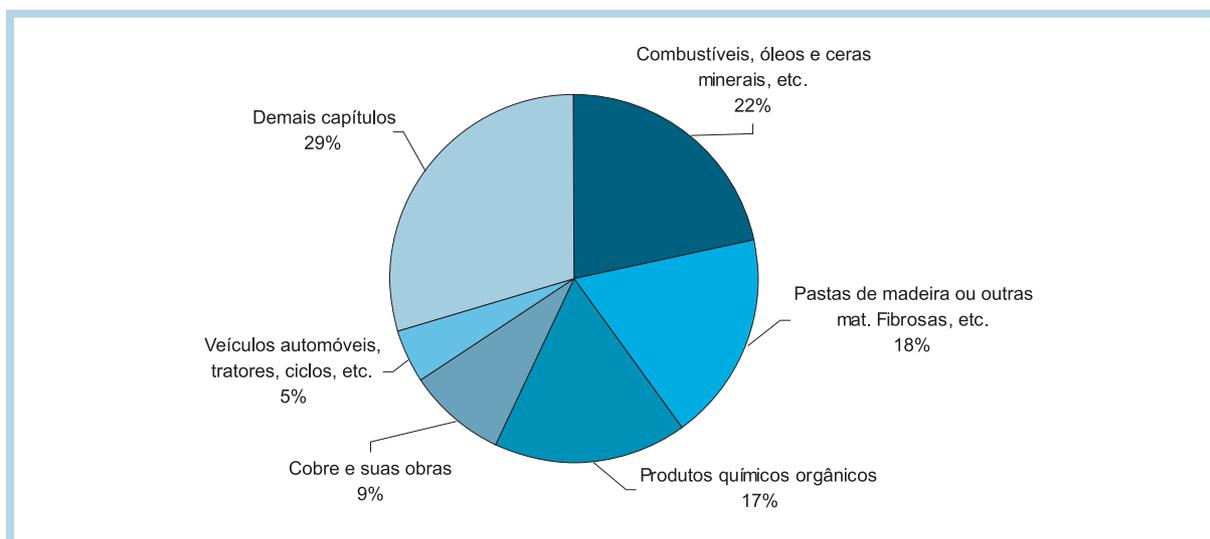


Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia - Janeiro/Março de 2010

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

bruto, alumínio não ligado e ligas de alumínio em forma bruta. No caso do ferro, mais da metade de suas vendas foram destinadas à China – país que permaneceu com elevadas taxas de expansão do PIB, mesmo durante a crise internacional.

O estado de Alagoas tem a pauta de exportação mais concentrada da economia nordestina, apresentando, no período em análise, 84,8% das suas vendas em um só capítulo: açúcares e outros produtos de confeitaria (US\$ 317,2 milhões).

Quarto lugar em participação nas vendas externas do Nordeste, o Ceará exportou US\$ 313,2 milhões no primeiro trimestre deste ano, alta de 30,5% sobre igual período de 2009. Os setores coureiro calçadista, com vendas de US\$ 118 milhões, aumento de 33,6%; e o de frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 71,9 milhões e incremento de 16,3%) representaram 61% das exportações globais do Ceará (Gráfico 7).

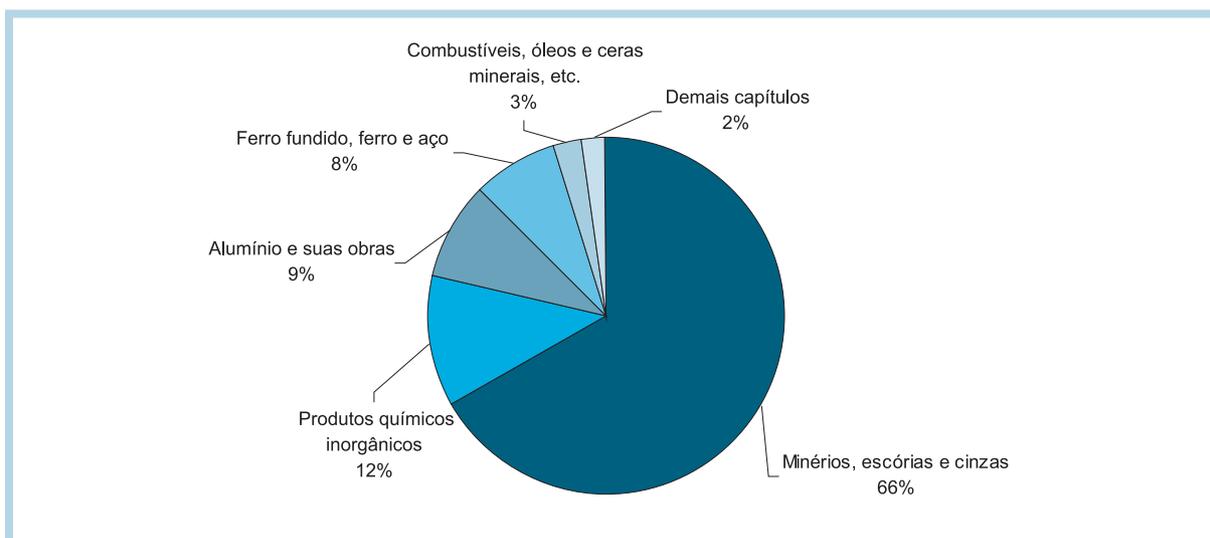


Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão - Janeiro/Março de 2010

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

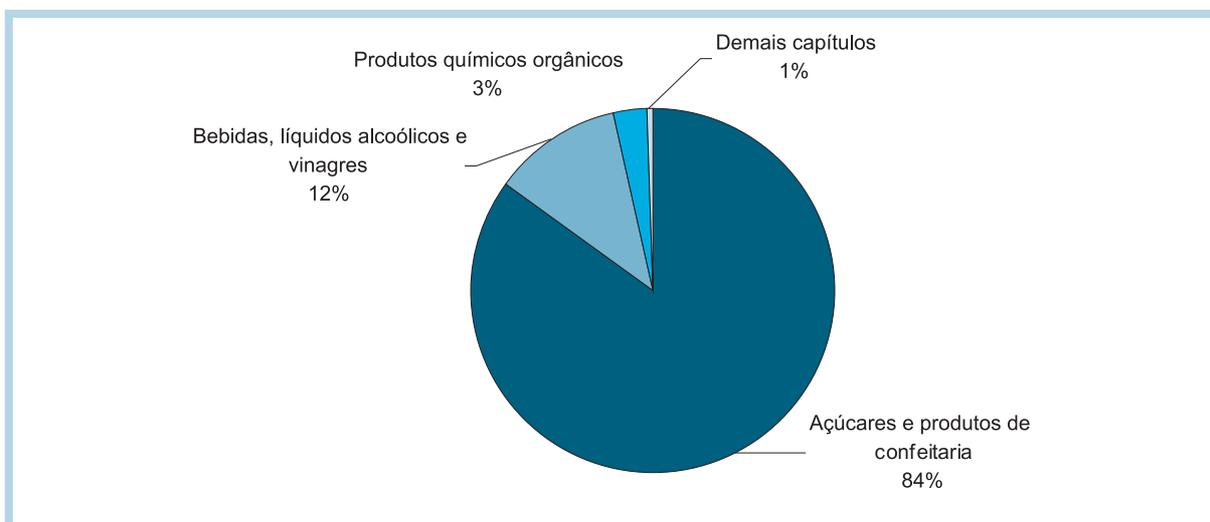


Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro/Março de 2010

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Em Pernambuco, as exportações totais somaram US\$ 305,4 milhões, expansão de 7,5%. O capítulo mais representativo foi o de açúcares e produtos de confeitaria, com vendas de US\$ 181 milhões e alta de 95,5%. Essa tendência de expansão no mercado de açúcar não deve se manter no resto do ano, já que no final de 2009 houve incremento do preço do produto no mer-

cado internacional. No segundo semestre do ano passado, a demanda externa pelo açúcar brasileiro, maior produtor mundial, cresceu devido à quebra de safra na Índia, segundo maior produtor, resultando, portanto, em aumento de preços do produto. Aos poucos, o preço vai retornando a patamares mais baixos no mercado mundial (Gráfico 8)

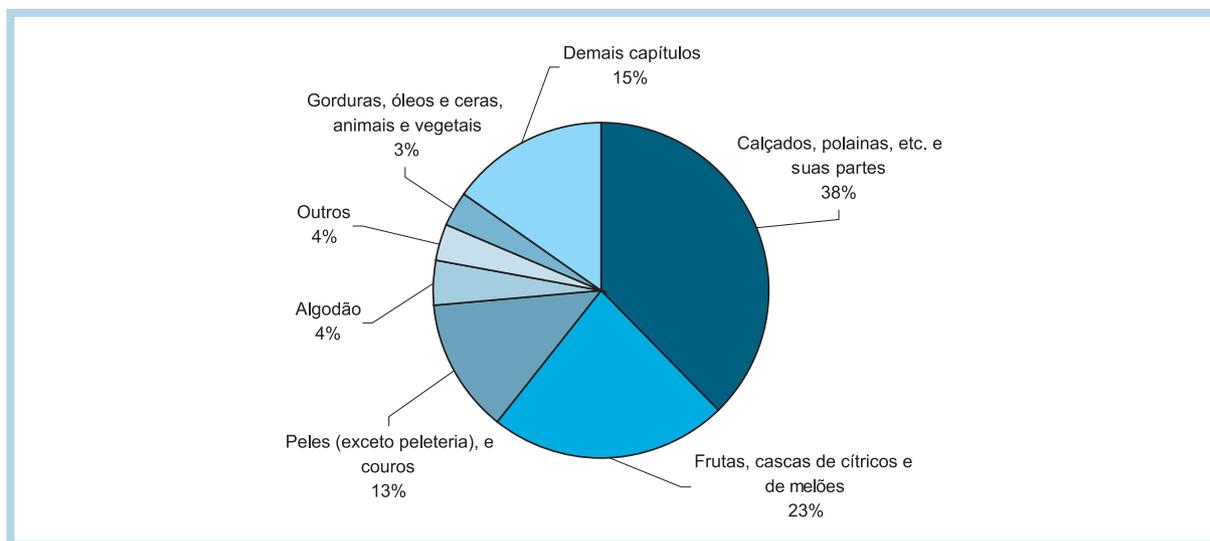


Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Ceará – Janeiro/Março de 2010

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

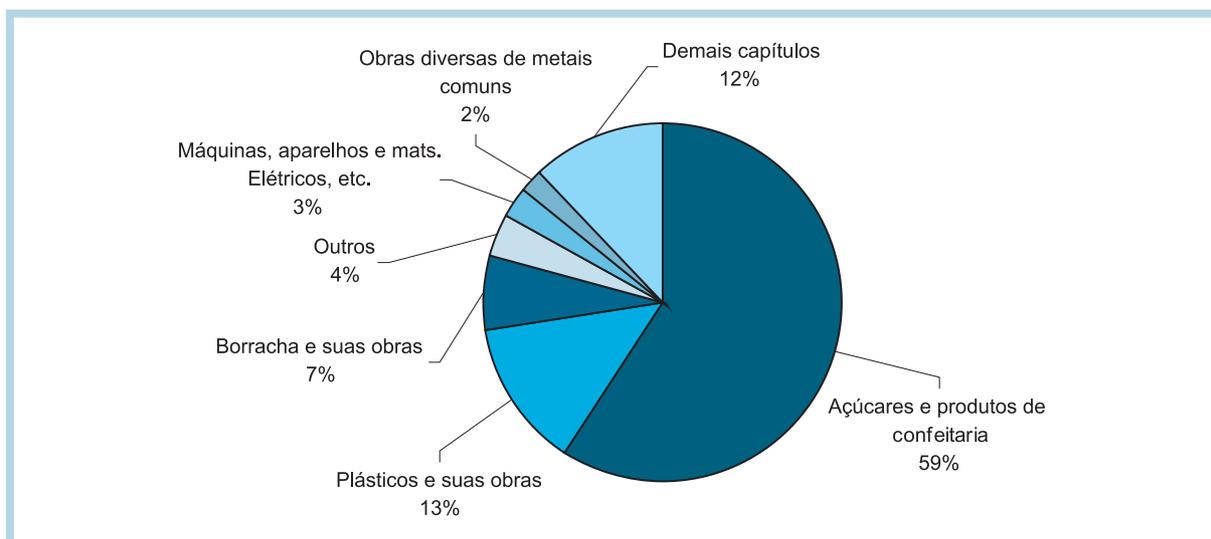


Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Pernambuco – Janeiro/Março de 2010

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

As vendas da Paraíba (US\$ 48,7 milhões) aumentaram 27% entre janeiro e março de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior. Os melhores desempenhos foram observados por dois capítulos: outros artefatos têxteis confeccionados (+67%) e açúcares e produtos de confeitaria (+802%), valendo destacar o surgimento de novo produto dentre os principais exportados pela Paraíba – minério de titânio.

Sergipe totalizou exportações no valor de US\$ 16,7 milhões, sendo o estado com menor participação no total exportado pelo Nordeste: somente 0,4%. O capítulo de preparação de produtos hortícolas, frutas etc., no qual estão presentes sucos de laranja (US\$ 6,6 milhões) e de abacaxi (US\$ 0,7 milhão), registrou avanço de 49% nas receitas e 22% nos preços unitários destes produtos.

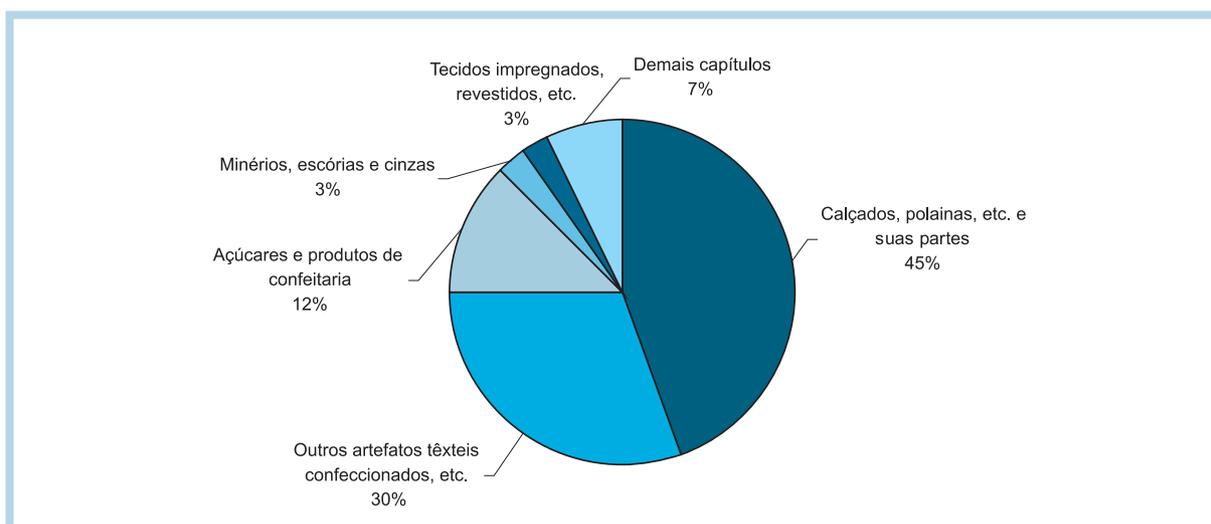


Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Paraíba – Janeiro/Março de 2010

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

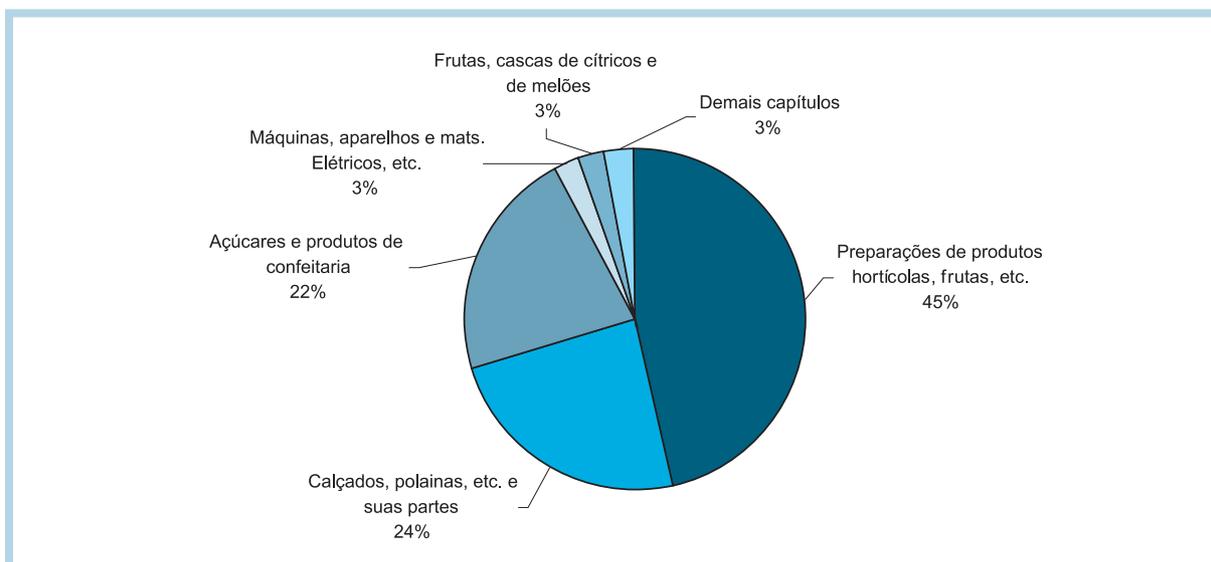


Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Sergipe – Janeiro/Março de 2010

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

No tocante aos países de destino das exportações nordestinas, constata-se mudança de participação no total exportado nos últimos dois anos. Os Estados Unidos, por exemplo, cujas compras no trimestre aumentaram 17% (relativamente a 2009), perdeu posição no bolo das exportações regionais. De 21,9% das compras os Estados Unidos respondem por 16,5% em 2010.

A China, como já anunciado em edições anteriores de Conjuntura, continua elevando sua participação, hoje já alcançando 15,6%. Argentina (6,2%), Países Baixos (5,6%), Reino Unido (4,5%) e Rússia (3,9%) seguem Estados Unidos e China como destino internacional das vendas nordestinas.

Em relação às importações, o Nordeste registrou incremento de 87,8% comparativamente ao primeiro trimestre de 2009. Isso reflete melhoria na produção industrial regional que, em dezembro/2009, acumulava declínio anual de 4,7% enquanto em fevereiro/2010 o indicador acumulado em 12 meses apontava queda de 1,2%. E melhor desempenho nesse segmento, como se constata nos meses iniciais de 2010, e economias em

trajetória de aquecimento, tendem a implicar aumento das importações. Favorecendo também o crescimento das importações nordestinas e as do país, em geral, está o câmbio apreciado.

Cumprido ressaltar que a maior parte das compras externas do Nordeste são concentradas em itens essenciais à atividade produtiva: bens intermediários (42,3%), combustíveis e lubrificantes (32,9%) e bens de capital (17,4%). Na Tabela 2, estão listadas as principais empresas importadoras e sua participação nas importações nordestinas.

O primeiro trimestre de 2010 traz indícios de crescimento tanto das exportações quanto das importações nordestinas. Assim, espera-se que as exportações anuais retomem o patamar de 2008, quando alcançaram US\$ 15 bilhões. O comportamento preliminar das importações indica que, se a trajetória de alta da produção industrial registrada no primeiro bimestre se mantiver, as compras do Nordeste no exterior podem ultrapassar os US\$ 16 bilhões. Contribui para essa perspectiva, a permanência do comportamento apreciado da taxa de câmbio efetiva real, o que favorece as importações.

Tabela 2 – Participação das Principais Empresas Importadoras Nordestinas no Total Importado pela Região Jan/Mar de 2010 (US\$ mil)

Principais Empresas Importadoras	Importações	%
Petrobras	942.461.042	25,7
Braskem	306.178.425	8,34
Paranapanema	263.506.981	7,18
Ford Motor Company Brasil	181.697.722	4,95
M&G Polimeros Brasil	118.625.063	3,23
Aço Cearense industrial	104.641.410	2,85
M Dias Branco S.A. Industria e Comercio de Alimentos	57.567.176	1,57
New Energy Options Geração de Energia	50.336.676	1,37
Oxiteno Nordeste s a Industria e Comércio	42.889.803	1,17
Vale	39.234.214	1,07
Cargill Agrícola	37.266.858	1,02
Estaleiro Atlântico Sul	32.113.747	0,88
Semp Toshiba Informática	26.826.773	0,73
Candeias Energia	24.704.865	0,67
Bunge Alimentos	24.457.167	0,67

Fonte: Brasil, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 09 abr. 2010a.

_____. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2010b.

EXPORTAÇÕES têm alta no estado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 abr. 2010. Economia. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/2010/04/17/economia4_0.asp>. Acesso em: 22 abr. 2010.

FUNCEX. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

6 - Finanças Públicas

6.1 - Impactos da Crise Financeira Internacional na Receita dos Estados e Municípios

A composição da Receita Corrente Líquida (RCL) dos estados e municípios do Nordeste tem na arrecadação de ICMS, nas transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE)¹ e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) seus principais componentes. A crise financeira internacional impactou a economia em 2009, com reflexos diretos na arrecadação de tributos. Outro fator desacelerador da arrecadação tributária federal foi a redução de alíquotas de impostos, especialmente do IPI, para alguns setores, como parte da política anticíclica adotada pelo governo para estimular a demanda interna.

Esses impactos negativos aparecem claros nas transferências do FPE e do FPM. Analisando-se os dados de 2009, nota-se uma queda de recursos em ambos, quando comparados às transferências de 2008. Uma redução de, aproximadamente, 5,6% nos dois fundos².

As análises pós-crise indicam que a economia nordestina sofreu impactos negativos menores do que a economia brasileira, em função de fatores

antes apontados como entraves a uma maior inserção da economia do Nordeste à dinâmica da economia nacional. Três desses fatores: menor inserção no comércio internacional³, menor peso relativo do sistema bancário e a maior participação do setor público na economia funcionaram como amortecedores dos efeitos da crise.

Associando-se aos fatos acima comentados, vale ressaltar o bom desempenho registrado na massa de rendimentos da Região, que está intimamente relacionada com a elevação do salário mínimo, refletindo diretamente em aumento de aposentadorias, além das políticas governamentais de redistribuição de renda, via programas de transferências como o Bolsa Família.

Esses elementos positivos, que atuaram no período mais crítico da crise internacional, estão refletidos nos dados da arrecadação do ICMS da região nordestina. Em 2009, ela superou em 5,7% o valor recolhido em 2008 quando no Brasil como um todo o incremento ficou em 2,3%. A tradução desse crescimento em termos reais, a preços

1 Atualmente, as transferências de FPE e FPM correspondem, respectivamente, a 21,5% e 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A Emenda Constitucional nº 55, de 22 de setembro de 2007, alterou o art. 159 da CF/88, expressando que deve ser repassado ao FPM mais 1% da arrecadação do IR e IPI, a ser entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano. A partir de março de 2007, 16,66% desses recursos são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB.

2 Em termos reais, a preços de fevereiro de 2010, a queda foi de, aproximadamente, 10% nos dois fundos.

3 Um dos principais canais de propagação da crise internacional.

Tabela 1 – Evolução das Principais Fontes de Arrecadação - FPE, FPM e ICMS - R\$ Milhões¹

ESTADOS	2005	2006	2007	2008	2009	Var.%(2009/2008)
Alagoas	3.456	3.745	4.057	4.569	4.289	(6,1)
Bahia	15.589	16.485	17.191	19.174	17.752	(7,4)
Ceará	7.924	8.743	9.209	10.559	10.199	(3,4)
Maranhão	5.424	6.028	6.562	7.461	7.017	(6,0)
Paraíba	4.227	4.553	4.934	5.560	5.294	(4,8)
Pernambuco	9.168	9.789	10.612	11.896	11.748	(1,2)
Piauí	3.297	3.613	3.962	4.457	4.318	(3,1)
Rio Grande do Norte	4.134	4.539	4.794	5.339	5.083	(4,8)
Sergipe	3.038	3.247	3.454	3.864	3.633	(6,0)
Nordeste	56.257	60.742	64.775	72.881	69.332	(4,9)

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ A preços de fevereiro de 2010 (IPCA).

de fevereiro de 2010 (IPCA), mostra que o ICMS ainda teve um pequeno crescimento de 0,8%, enquanto que a arrecadação no país caiu 2,5%.

Fazendo-se um balanço dos impactos positivos e negativos na arrecadação do ICMS e nas transferências constitucionais, observa-se que os estados e municípios nordestinos perderam recursos em 2009, quando comparados com 2008, como se pode ver na Tabela 1.

O ICMS não cresceu o suficiente para contrabalançar as perdas ocorridas nas transferências. A perda total, em termos reais, a preços de fevereiro de 2010 (IPCA), chega a 4,9%, quando a arrecadação do ICMS mais transferências cresceram, em termos reais, 12,5% em 2008, comparadas com os valores de 2007. Note-se que a maior perda ocorreu na Bahia, especialmente no que se refere à queda de arrecadação de ICMS em 2009 (5,6%).

6.2- Arrecadação do ICMS

No Nordeste, apenas Bahia e Pernambuco estão na lista dos dez maiores em arrecadação de ICMS no país. O primeiro estado tem uma participação média de 4,8% no total da arrecadação do tributo e Pernambuco, 2,8%, considerado o período 2003/2009. O ICMS reflete o grau de concentração espacial da atividade econômica nacional, conforme explicitado na Tabela 2. As dez maiores arrecadações estaduais representam 82% do total do ICMS enquanto que os outros 17 estados detêm apenas 18% do tributo. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentram, em média, 52% da arrecadação.

O gráfico um apresenta a evolução da arrecadação do ICMS no Nordeste e no Brasil em termos de variação real, valores a preços de fevereiro de 2010 (IPCA). As flutuações do ICMS do Nordeste são em grande parte explicadas pelo comportamento de três estados, Bahia, Pernambuco e Ceará, que representam, aproximadamente, 66% da arrecadação regional.

Em 2006, o Nordeste teve um crescimento na arrecadação do ICMS, em termos percentuais, superior ao do Brasil. Seis estados (Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte),

Tabela 2 – Maiores Arrecadações de ICMS – R\$ milhões^{1/}

Anos	SP	RJ	MG	RS	PR	BA	SC	PE	GO	ES	Total(a)	Brasil(b)	
2003	56 290	15 634	15 407	12 558	9 375	8 205	6 546	4 442	5 166	4 100	137 722	166 704	82,6
2004	58 613	16 716	16 858	12 291	10 003	9 101	6 717	4 683	5 077	4 759	144 819	176 469	82,1
2005	61 500	16 155	18 857	13 727	10 563	9 445	7 029	5 202	5 094	5 589	153 162	187 112	81,9
2006	68 427	17 532	20 160	13 999	10 979	10 190	7 312	5 763	5 564	6 031	165 956	203 791	81,4
2007	71 198	17 663	21 787	13 812	11 366	10 075	7 698	6 102	5 897	6 623	172 221	211 455	81,4
2008	77 281	18 074	23 544	15 028	11 925	10 388	8 048	6 291	6 220	7 091	183 889	226 061	81,3
2009	78 230	19 027	22 269	15 029	12 265	10 105	8 496	6 842	6 693	6 644	185 599	228 417	81,3
Total	471 538	120 801	138 882	96 444	76 476	67 508	51 845	39 324	39 710	40 838	1 143 367	1 400 009	81,7

Fonte: BRASIL, 2010a.

1/ A preços de dezembro de 2009 (IGP-DI).

que representam 44% da arrecadação regional, cresceram acima de 10%, contribuindo decisivamente para o desempenho nordestino.

Em 2007, o incremento moderado da arrecadação do Nordeste, abaixo da média nacional, teve como principal fator o crescimento irrelevante nos estados da Bahia (0,3%) e Ceará (0,6%).

Já em 2008, seis estados cresceram em ritmo menor que a média regional, incluindo-se no rol Bahia e Pernambuco. A Bahia, que respondeu por 32% do ICMS regional, apresentou nesse ano baixa evolução na arrecadação. No Nordeste, a média de crescimento no período 2006-2009 foi de 2,1%.

Em 2009, o único estado do Nordeste a registrar redução de arrecadação, comparado com o resultado obtido em 2008, foi a Bahia: 5,6% em termos reais, a preços de fevereiro de 2010 (IPCA). As Tabelas 3 e 4 apresentam a arrecadação do ICMS por estado da região. No total, o avanço foi de 0,8%, em 2009, quando comparado, em termos reais, com a arrecadação de 2008. No Brasil como um todo, no mesmo período, houve queda de 2,5%. O crescimento do Nordeste foi influenciado pela evolução ocorrida nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Os estados que mais destoaram, em termos de crescimento, foram Alagoas (0,2%) e Bahia (decréscimo de 5,6%).

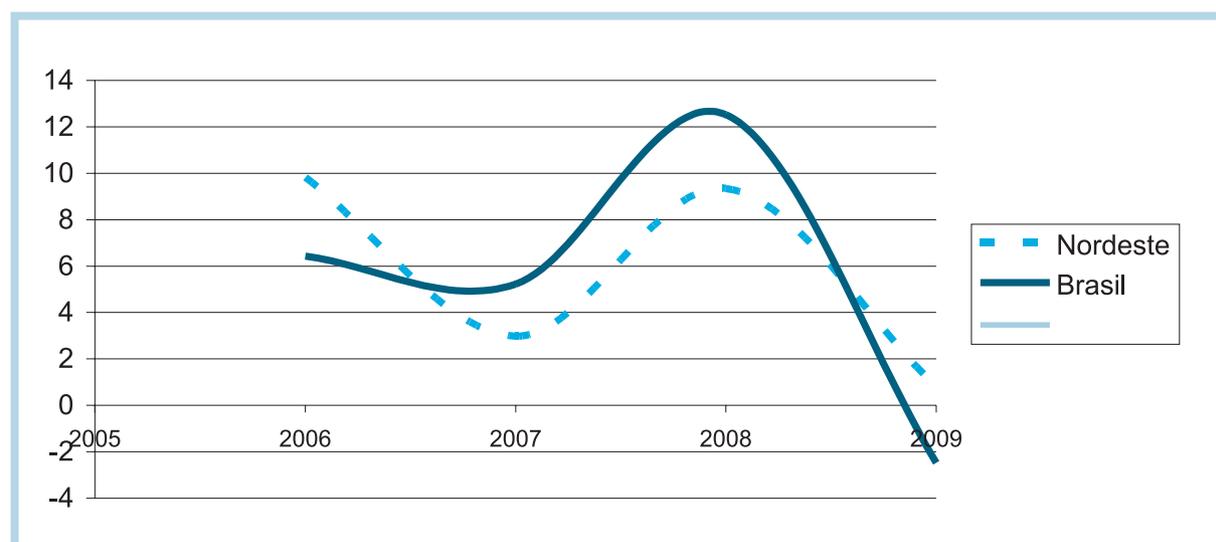


Gráfico 1 – Crescimento Real¹ (%) do ICMS

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ Valores a preços de fevereiro de 2010 (IPCA).

A partir dos dados apresentados nas Tabelas 3 e 4, são analisadas as razões do crescimento das arrecadações nos estados, especialmente no que se refere aos resultados de 2009 em comparação com 2008. Cinco setores representam 97,5% da arrecadação do ICMS dos estados: setor primário (1,5%), setor secundário (19%), setor terciário (46%), energia elétrica (11%) e petróleo, combustíveis lubrificantes (20%).

Na Bahia, em 2009, a arrecadação do ICMS caiu 0,9%. Associando-se a essa redução a inflação (índice de fevereiro de 2010 e média de 2008: 4,66%), houve queda real de 5,6%, conforme apresentada na Tabela 4. A queda de 0,9% é explicada pelos seguintes fatores: redução de 17,4% na arrecadação do setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes que responde por 24% da arrecadação total do Estado); crescimento de apenas 0,1% no setor de energia elétrica; e o pequeno avanço de 1,6% do setor secundário, este com participação de 23% na arrecadação total do Estado).

A arrecadação do ICMS em Alagoas, a preços correntes, cresceu 5,1%, de 2008 para 2009, mas esse crescimento se anula quando descontada a inflação, conforme a Tabela 4. Os principais impactos negativos têm origem no setor secundário,

queda de 4,9% e participação de 20% no total; no setor petróleo, combustíveis e lubrificantes, redução de 14,1% e uma participação de 14% na arrecadação do Estado). Esses impactos amorteceram significativamente o crescimento de 11,5% da arrecadação do setor terciário, que representa 54% do total de ICMS do Estado).

O crescimento da arrecadação do ICMS na Paraíba e no Ceará é centrado nos setores secundário e terciário. Nesses dois estados os crescimentos, a preços correntes, foram os seguintes, comparados os anos de 2008 e 2009:

Paraíba – 10,1% no setor secundário, cuja participação é de 18% do total estadual; e de 10,8% no setor terciário, que participa com 50% do total.

Ceará – secundário, aumento de 20% (participação de 20%) e setor terciário, incremento de 11,9% e participação de 44%.

O crescimento de 13,2%, a preços correntes, na arrecadação do Piauí se deve, principalmente, ao setor secundário, com avanço de 27,8% (participação de 16,%) e ao setor primário, com incremento de 15,7% (participação de 7% na arrecadação estadual).

Tabela 3 – ICMS – Evolução da Arrecadação – R\$ milhões¹

ESTADOS	2005	2006	2007	2008	2009	Var. % ²
Alagoas	1.361	1.521	1.606	1.750	1.754	0,2
Bahia	9.685	10.214	10.240	11.097	10.481	-5,6
Ceará	3.889	4.458	4.487	5.115	5.306	3,7
Maranhão	1.811	2.170	2.294	2.547	2.598	2,0
Paraíba	1.653	1.820	1.922	2.089	2.171	3,9
Pernambuco	5.335	5.774	6.203	6.729	7.095	5,4
Piauí	1.116	1.269	1.347	1.520	1.640	7,9
Rio Grande do Norte	1.999	2.272	2.298	2.446	2.498	2,1
Sergipe	1.250	1.361	1.379	1.453	1.479	1,8
Nordeste	28.099	30.859	31.777	34.746	35.022	0,8
Brasil	191.901	204.250	214.926	241.834	235.841	-2,5

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ Valores a preços de fevereiro de 2010 (IPCA).

² 2009/2008.

Tabela 4 – ICMS – Variação Anual da Arrecadação (%)¹

ESTADOS	2006	2007	2008	2009
Alagoas	11,8	5,6	9,0	0,2
Bahia	5,5	0,3	8,4	(5,6)
Ceará	14,6	0,6	14,0	3,7
Maranhão	19,8	5,7	11,0	2,0
Paraíba	10,1	5,6	8,7	3,9
Pernambuco	8,2	7,4	8,5	5,4
Piauí	13,7	6,2	12,8	7,9
Rio Grande do Norte	13,6	1,2	6,4	2,1
Sergipe	8,9	1,3	5,4	1,8
Nordeste	9,8	3,0	9,3	0,8
Brasil	6,4	5,2	12,5	(2,5)

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.. ¹ Variação real, preços de fevereiro de 2010 (IPCA).

6.3 - Transferências Constitucionais

As transferências constitucionais são parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal destinadas aos estados, Distrito Federal e municípios, a exemplo dos fundos de participação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM). Do montante repassado pela União, o Nordeste recebe, em média, 52,4% do FPE e 35,2% do FPM.

A distribuição desses recursos é feita a partir do coeficiente individual de cada estado e DF, definido em 1989 pelos secretários estaduais de fazenda e finanças, conforme anexo da Lei Complementar nº 62/89. Para calcular o valor de cada unidade, multiplica-se o valor do FPE total, informado pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, pelo respectivo coeficiente individual. Vale salientar que a lógica da definição desse coeficiente nunca foi divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Cabe observar que, no Nordeste, as quatro maiores economias, pela ordem, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, detêm os mais altos coeficientes: 9,4%,

6,9%, 7,3% e 7,2%, respectivamente. Os coeficientes dos demais estados variam em torno de 4%. Quanto ao FPM, a distribuição dos recursos dá-se de acordo com a população estimada pelo IBGE. A partir desse levantamento, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixa o coeficiente de participação do município, com base no disposto no Decreto-Lei nº 1.881/81.

Como comentado no início deste capítulo, a distribuição dos recursos para os estados via transferências constitucionais (FPE e FPM) foi impactada pela crise internacional e a consequente queda na arrecadação dos tributos federais. A Tabela 5 ilustra a evolução das transferências aos estados via FPE. Observa-se uma queda de 10%, em termos reais, a preços de fevereiro de 2010 (IPCA), quando se compara 2009 com 2008. Utilizando-se os dados de 2005 a 2008, a linha de tendência estimada apresenta um crescimento real anual do FPE, de 9%.

Tabela 5 – Fundo de Participação dos Estados – R\$ milhões¹

Estados	2005	2006	2007	2008	2009
Alagoas	1.310	1.392	1.525	1.729	1.556
Bahia	2.959	3.143	3.445	3.906	3.515
Ceará	2.311	2.454	2.690	3.050	2.745
Maranhão	2.273	2.415	2.646	3.000	2.701
Paraíba	1.508	1.602	1.756	1.991	1.792
Pernambuco	2.173	2.308	2.530	2.868	2.582
Piauí	1.361	1.446	1.584	1.796	1.617
Rio Grande do Norte	1.316	1.398	1.532	1.737	1.563
Sergipe	1.309	1.390	1.523	1.727	1.555
Nordeste	16.519	17.548	19.232	21.803	19.625

Fonte: BRASIL, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ A preços de fevereiro de 2010 (IPCA).

No caso do FPM (Tabela 6), utilizando-se os dados de 2005 a 2008, a estimativa da linha de tendência mostra ritmo de crescimento real em torno de 11%. Esse crescimento é justificado, em parte, pelo repasse adicional ao FPM de mais 1% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, a partir de 2007.

A queda real do FPM é semelhante à ocorrida no FPE, exceto com relação ao Piauí, onde se ob-

servou redução real de 7%, Rio Grande do Norte e Sergipe, com reduções um pouco mais significativas: 11,6% e 12,4%, respectivamente.

Uma análise da evolução do Fundo de Participação dos Municípios para as capitais dos estados nordestinos ajuda a explicar as distintas variações na comparação de 2009 com 2008. Ressalte-se que as capitais concentram a maior parte da população dos estados. A variação real no período em discussão, a preços de fevereiro de 2010

Tabela 6 – Fundo de Participação dos Municípios – R\$ Milhões¹

Estados	2005	2006	2007	2008	2009	var.% ²
Alagoas	785	833	926	1.090	979	-10,2
Bahia	2.945	3.127	3.505	4.171	3.755	-10,0
Ceará	1.725	1.830	2.032	2.395	2.148	-10,3
Maranhão	1.340	1.443	1.621	1.914	1.718	-10,2
Paraíba	1.065	1.131	1.257	1.481	1.332	-10,1
Pernambuco	1.660	1.706	1.879	2.299	2.071	-9,9
Piauí	821	899	1.031	1.141	1.061	-7,0
Rio Grande do Norte	819	869	965	1.157	1.022	-11,6
Sergipe	480	496	551	684	599	-12,4
Nordeste	11.639	12.335	13.767	16.331	14.685	-10,1

Fonte: BRASIL, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ A preços de fevereiro de 2010 (IPCA)

² 2009/2008.

(IPCA), para as capitais de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco foi, na verdade, uma queda de 10%. Quando se agrega a participação dos outros municípios, nesses estados, a variação não se altera, ficando em torno dos 10%, como indica a Tabela 6. No entanto, a variação do

FPM foi diferente no RN, SE e PI como já explicado. Com referência às suas capitais caiu 19% em Natal, 20% em Aracajú e 3,5% em Teresina, o que amorteceu a queda de 7% nos recursos do Fundo destinado aos municípios do estado do Piauí.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/boletim/valores/asp>>. Acesso em: 29 mar. 2010a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Transferências constitucionais e voluntárias**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 29 mar. 2010b.

7 - Intermediação Financeira

7.1 - Principais Constatações

Os impactos negativos da crise econômica mundial sobre o mercado financeiro nacional já foram praticamente superados, com o mercado de crédito nordestino sendo o menos afetado.

Os volumes de empréstimos e da captação de depósitos sustentam taxas elevadas de crescimento, destacando-se que no caso do Nordeste em patamares superiores à média nacional. As taxas de juros e dos *spreads* alcançaram, em fevereiro, mínimos históricos. Ademais, parte das medidas anticrise de política monetária começa a ser revertida, com destaque para a recomposição dos depósitos compulsórios e a reversão da atuação no mercado de câmbio.

Em escala nacional, o saldo das operações de crédito dos bancos públicos nos últimos 12 meses (prazo terminado em fev./2010) foi quase quatro vezes superior ao da banca privada. No Nordeste, os bancos privados apresentaram desempenho próximo aos bancos oficiais.

No caso dos juros, desde o início do ano passado, a média das taxas cobradas pelos bancos públicos tem-se situado bem abaixo daquelas oferecidas pelos bancos privados. Essa postura somada ao fato de os bancos oficiais terem expandido suas operações de crédito trouxe benefícios ao mercado, pois acirrou a concorrência e forçou o rebaixamento de juros.

A participação das operações de crédito no PIB nordestino é cerca da metade do índice nacional e regionalmente a presença dos bancos oficiais é preponderante. Esse quadro comporta duas observações: a intermediação financeira pode crescer no Nordeste e existe um grande espaço a ser preenchido pelos bancos privados.

O Banco do Nordeste é a principal instituição financeira para o fomento regional. Em janeiro do corrente ano, foi responsável por quase 30% de todo crédito concedido na região, por 58,8% dos financiamentos de longo prazo destinados à indústria, comércio e serviços e por 73,9% de todo crédito rural realizado no Nordeste.

7.2 - Panorama Geral

Os impactos negativos da crise econômica global sobre o mercado financeiro nacional já foram praticamente superados. Na verdade, esse processo de recuperação foi iniciado a partir do segundo trimestre de 2009.

Tanto o volume das operações de crédito quanto o de captação de depósitos vem sustentando taxas elevadas de crescimento na comparação mensal e anual. Na posição de fevereiro último, as taxas de juros e dos *spreads* bancários (diferença entre as

taxas de aplicação e captação de recursos) alcançaram mínimos históricos, havendo ainda continuidade da redução das taxas de inadimplência (operações vencidas há mais de 90 dias).

Em função desses resultados, boa parte das medidas contra a crise adotadas pelo Governo vem sendo atenuada, iniciativa facilitada pela solidez dos fundamentos macroeconômicos. Em particular, podem ser destacados a recomposição dos depósitos compulsórios e a reversão da atuação no mercado de câmbio.

A propósito, o Banco Central já fez alterações no recolhimento sobre recursos a prazo e na exigibilidade adicional sobre depósitos. A medida tem por objetivo alterar a liquidez do sistema financeiro, seguindo as boas regras prudenciais estabelecidas pelos acordos de Basiléia II. A título de ilustração, em setembro de 2008, antes do agravamento da crise, o montante dos depósitos compulsórios era de R\$ 257 bilhões, dos quais

foram liberados quase R\$ 100 bilhões para ajudar a mitigar a escassez de crédito e melhorar sua distribuição para bancos pequenos e médios. As medidas agora anunciadas vão em sentido contrário, devendo contribuir para redução da liquidez do sistema financeiro nacional.

Por outro lado, a possibilidade de um forte crescimento da economia brasileira este ano, amparado nos sinais de robustez da demanda doméstica e de redução da margem de ociosidade dos fatores de produção, pode gerar descompasso entre o ritmo de expansão da demanda interna e a capacidade produtiva da economia, com risco de comprometimento das metas de inflação.

Diante disso, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) sinalizou, em seu último encontro, aumento da taxa básica de juros, atualmente em 8,75% a.a., possivelmente já na próxima reunião, final de abril.

7.3 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito

A participação do saldo dos depósitos bancários no PIB nacional elevou-se de 64,8% para 68,3% entre janeiro de 2008 e de 2009. No final de janeiro último, esse saldo atingiu R\$ 2.181,6 bilhões, aumento de 1,4% sobre o mês anterior e de 11,4% na comparação anual, segundo dados do Banco Central (2010f). Considerado o acumulado em 12 meses, a expansão foi de 14,9% entre os bancos públicos e de 9,7% entre os privados, com destaque para Banco do Brasil (+31,3%).

Por outro lado, antes do agravamento da crise financeira internacional, em setembro de 2008, a participação da banca privada na captação de depósitos era de 69,1%, enquanto a dos bancos públicos alcançava 30,9%. Agora, superados os

efeitos da crise, estes respondem por 34% dos depósitos captados e a banca privada por 66%, posição de janeiro último.

De acordo com o Banco Central (2010e), o saldo das operações de crédito realizadas com recursos livres e direcionados atingiu, no final de fevereiro, o montante de R\$ 1.435,2 bilhões, crescimento de 0,8% sobre o mês anterior e de 16,8%, em 12 meses, o que representa incremento médio de 1,3% ao mês. Com isso, a participação do saldo das operações de crédito no PIB, passou de 40,7% para 44,9%, entre fev./09 e fev./10.

Nos últimos 12 meses terminados em fevereiro, o crescimento das operações de crédito da banca privada (incluindo as instituições nacionais e es-

Tabela 1 – BRASIL – Saldo Total de Depósitos, por Instituição FinanceiraJaneiro de 2009 e 2010
Em R\$ Milhões Correntes

Instituição Financeira	Janeiro 2009	Janeiro 2010	Variação Nominal	Participação Jan/2010, em %	Depós./PIB ⁽¹⁾ , em %	
					jan/2009	jan/2010
Banco do Brasil	338.020	443.769	31,3	20,3	11,2	13,9
Caixa Econômica Federal	225.250	259.541	15,2	11,9	7,5	8,1
Bcos. Federais, exceto BB	6.768	8.875	31,1	0,4	0,2	0,3
Bancos Estaduais	75.800	30.161	-60,2	1,4	2,5	0,9
Bancos Privados	1.312.439	1.439.271	9,7	66,0	43,5	45,0
Total	1.958.277	2.181.617	11,4	100,0	64,8	68,3
Bancos Públicos	645.838	742.346	14,9	34,0	21,4	23,2
Bancos Privados ⁽²⁾	1.312.439	1.439.271	9,7	66,0	43,5	45,0

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.⁽¹⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.⁽²⁾ Nacionais e Estrangeiros.

trangeiras) foi de 8,3% contra 31,1% dos bancos públicos. A participação destes no total das operações de crédito saltou de 34,2%, em fevereiro de s/n para 41,6%, em fevereiro do corrente ano. De forma contrária, a parcela dos bancos privados,

que era de 65,8%, caiu para 58,4%, entre as duas datas consideradas.

Esses números comportam pelo menos duas observações. Primeiro, os efeitos negativos da crise financeira internacional sobre o sistema

Tabela 2 – BRASIL – Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos RecursosFevereiro de 2009 e 2010
R\$ Milhões Correntes

Usos e Fontes dos Recursos	Fevereiro 2009	Fevereiro 2010	Variação Nominal	Participação Fev/10, %	Ope/PIB ⁽¹⁾ , em %	
					fev/09	fev/10
1. Usos dos Recursos	1.229.094	1.435.171	16,8	100,0	40,7	44,9
1.1.Setor Público	27.831	60.769	118,4	4,2	0,9	1,9
Gov. Federal	9.556	34.808	264,3	2,4	0,3	1,1
Gov. Est. e Mun.	18.275	25.961	42,1	1,8	0,6	0,8
1.2.Setor Privado	1.201.262	1.374.402	14,4	95,8	39,8	43,0
Indústria	298.826	306.555	2,6	21,4	9,9	9,6
Habituação	66.072	96.759	46,4	6,7	2,2	3,0
Rural	106.415	114.001	7,1	7,9	3,5	3,6
Comércio	118.816	137.304	15,6	9,6	3,9	4,3
Pessoas Físicas	399.092	470.066	17,8	32,8	13,2	14,7
Outros Serviços	212.041	249.717	17,8	17,4	7,0	7,8
2. Fontes dos Recursos	1.229.094	1.435.171	16,8	100,0	40,7	44,9
2.1. Livres	866.781	963.489	11,2	67,1	28,7	30,1
2.2.Direcionados ⁽²⁾	362.313	471.682	30,2	32,9	12,0	14,8
BNDES	212.629	289.230	36,0	20,2	7,0	9,0
Outros	149.684	182.452	21,9	12,7	5,0	5,7
3.Controle de Capital	1.229.094	1.435.171	16,8	100,0	40,7	44,9
3.1. Instituições Privadas	773.091	837.449	8,3	58,4	25,6	26,2
3.2. Instituições Públicas	456.003	597.722	31,1	41,6	15,1	18,7

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.⁽¹⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.⁽²⁾ Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

bancário brasileiro foram minimizados pela expansão das operações de crédito dos bancos oficiais e pela pronta e eficiente política monetária adotada pelo Governo Federal. Segundo, o mercado de crédito nacional pode apresentar resultados ainda melhores em futuro próximo, quando os bancos privados voltarem ao comportamento de forte expansão que marcou o período pré-crise. A propósito, vale recordar que, até o final de 2007, a taxa de crescimento das operações de crédito da banca privada era quase o dobro da registrada pelos bancos públicos.

Os empréstimos contratados com recursos livres alcançaram R\$ 963,5 bilhões no final de fevereiro, aumentos de 0,8% no mês e de 11,2% em 12 meses. De outra parte, os empréstimos realizados com recursos direcionados (operações lastreadas com recursos compulsórios ou governamentais) atingiram R\$ 471,7 bilhões, crescimento de 0,7% e de 30,2%. Vale destacar, no referido grupo, as operações realizadas pelo BNDES, com incremento de 36%.

O setor privado absorveu 95,8% das operações de crédito em fevereiro último, crescimento de 14,4% em 12 meses, com destaque para o setor habitacional (+46,4%), influenciado pelo bom desempenho do programa *Minha Casa, Minha Vida*. Os empréstimos a pessoas físicas avançaram

17,8% no mesmo período, ancorados na expansão do crédito consignado e na compra de bens duráveis de consumo, especialmente veículos.

Segundo informações veiculadas pelo Bacen (2010d), a taxa média de juros do crédito referencial alcançou, em fevereiro último, 34,3% a.a. seu menor nível desde dezembro de 2007. Nos financiamentos destinados às empresas, a taxa média atingiu 25,9% a.a., redução de cinco pontos percentuais em relação a fevereiro de 2009. O custo médio das contratações das famílias situou-se em 41,9% a.a., o menor patamar da série histórica, iniciada em julho de 1994.

O *spread* bancário também assinalou decréscimo de 0,8 p.p no mês de fevereiro e de 5,4 p.p. em 12 meses, alcançando 24,3%, seu mais baixo nível desde dezembro de 2007.

A inadimplência média do crédito referencial, definida como operações com atraso superior a 90 dias, alcançou 5,3% em fevereiro, acréscimo de 0,5 p.p. em relação ao nível registrado em fevereiro de 2009. Esse aumento foi motivado pela taxa de inadimplência das empresas, que atingiu 3,7% em fevereiro, com uma elevação de 1,4 p.p. em 12 meses. Em sentido contrário, o atraso referente às operações de pessoas físicas experimentou um declínio de 1,1 p.p. em 12 meses, atingindo a marca de 7,2%, em fevereiro último.

7.4 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito

O saldo dos depósitos bancários captados no Nordeste atingiu, em janeiro do corrente ano, R\$ 127 bilhões, crescimento de 1,6% sobre o mês anterior e de 28,9% em 12 meses. Vale recordar que a expansão regional dos depósitos foi cerca de duas vezes e meia superior à taxa nacional (11,4%), segundo informações disponibilizadas pelo Banco Central (2010f).

No Nordeste, a expansão no volume de depósitos foi liderada pelos bancos privados: 56,1% no período de 12 meses terminados em janeiro de 2010. Entre os bancos públicos o índice foi mais modesto (14,9%). Em função desse resultado, a participação dos bancos privados no total dos depósitos regionais passou de 34% para 41,2% no período. Os bancos públicos caíram de 66%

Tabela 3 – NORDESTE – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a)

Janeiro de 2009 e 2010

R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos.Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Janeiro de 2009	33.990	24.813	3.764	4.189	2.053	65.045	33.470	98.515
Janeiro de 2010	39.082	28.223	4.961	5.428	1.982	74.715	52.259	126.974
Varição nominal, em %	15,0	13,7	31,8	29,6	-3,5	14,9	56,1	28,9
Participação Jan/10, em %	30,8	22,2	3,9	4,3	1,6	58,8	41,2	100,0
Operações de Crédito								
Janeiro de 2009	21.788	13.486	4.578	6.169	878	42.321	22.306	64.627
Janeiro de 2010	27.748	19.524	6.118	8.046	1.038	56.356	28.072	84.428
Varição nominal, em %	27,4	44,8	33,6	30,4	18,2	33,2	25,8	30,6
Participação Jan/10, em %	32,9	23,1	7,2	9,5	1,2	66,8	33,2	100,0

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(a) Saldos referentes aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial. As operações de crédito do BNDES estão incluídas no total nacional, mas não figuram no total do Nordeste;

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB na área entre o Maranhão e a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos públicos + bancos privados.

para 58,8%. Dentre os bancos públicos, o maior incremento na captação de depósitos aconteceu no Banco do Nordeste (31,8%), seguido da Caixa Econômica (13,7%) e o Banco do Brasil (15%).

No final de janeiro, o estado de Pernambuco foi responsável pela maior parcela dos depósitos captados na Região (29,2%), vindo em seguida a Bahia (25,5%), Ceará (19,2%) e Maranhão (5,3%).

Em termos de taxa de crescimento dos depósitos, em 12 meses terminados em janeiro/2010, a primeira posição também continua pertencendo ao estado de Pernambuco (82%), resultado bem acima dos índices registrados pelo Ceará (22,3%), Piauí (17%) e Maranhão (16,9%).

De outra parte, o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste pelos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial, alcançou R\$ 84,4 bilhões¹, registrando-se um incremento mensal de 0,8% e de 30,6%, em 12 meses, quase o dobro do índice registrado em nível nacional (15,7%), também em 12 meses terminados em janeiro de 2010.

No Nordeste, os bancos públicos ampliaram seus empréstimos em 33,2% no período considerado, destacando-se o desempenho da Caixa Econômica (44,8%), Banco do Nordeste (33,6%) e do Banco do Brasil (27,4%). A banca privada também aumentou seus empréstimos na região (25,8%). Neste particular, cabe lembrar que durante a crise financeira, os bancos privados que

1 Este valor não inclui as operações do BNDES nem as do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste realizadas na Região, que não figuram no levantamento do SISBACEN. Em nível nacional, entretanto, o crescimento das operações de crédito de 15,7% inclui as operações do BNDES. Se forem excluídos os empréstimos do referido banco, o crescimento das operações de crédito em nível nacional, em 12 meses terminados em janeiro de 2010, cairia de 15,7%, para 3,7%. Para não confundir o leitor, o crescimento nacional em 12 meses, terminados em fevereiro/2010, foi de 16,8%, conforme divulgado na Tabela 2

Tabela 4 – NORDESTE – Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados

Posição em Final de Janeiro de 2010
Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação Jan-2010/Jan-2009	Participação Est/NE, Jan/2010	Variação Jan-2010/Jan-2009	Participação Est/NE, Jan/2010
Maranhão	16,9	5,3	28,5	6,9
Piauí	17,0	3,0	33,6	4,4
Ceará	22,3	19,2	22,7	13,9
Rio Grande do Norte	11,1	4,7	31,7	5,9
Paraíba	18,0	4,9	22,0	5,7
Pernambuco	82,0	29,2	29,3	23,2
Alagoas	9,4	3,6	29,2	4,5
Sergipe	5,9	4,6	23,5	4,3
Bahia	12,2	25,5	38,7	31,2
NORDESTE ¹	28,9	100,0	30,6	100,0
BRASIL	11,4	...	15,7	...

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ No Nordeste, no final de janeiro de 2010, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 126,9 bilhões e as operações de crédito R\$ 84,4 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial. Não estão incluídos as operações de crédito realizadas pelo BNDES e pelo BNB/FNE no Nordeste.

atuam no Nordeste mantiveram um comportamento menos conservador nas suas operações de crédito do que no agregado nacional e, depois da crise, continuam com um desempenho melhor.

No final de janeiro, a Bahia absorveu a maior parcela dos empréstimos realizados na região (31,2%), seguida de Pernambuco (23,2%), Ceará (13,9%) e Maranhão (6,9%). Em termos de taxa de crescimento, nos 12 meses terminados em janeiro de 2010, a Bahia registrou 38,7% contra 33,6% do Piauí, 31,7% do Rio Grande do Norte e 29,3% de Pernambuco.

À vista das elevadas taxas de crescimento das operações de crédito nos últimos anos, a participação dos empréstimos no PIB regional também cresceu: de 14,9%, em janeiro de 2008, para 20,1%, em janeiro de 2010, segundo o BNB/Etene. Convém esclarecer que essas estimativas estão um tanto subestimadas pelo fato de o Banco Central não incluir em seu sistema as operações

do BNDES e do FNE realizadas no Nordeste. De qualquer modo, esse índice regional ainda encontra-se bem abaixo do exibido em âmbito nacional (44,9%).

Cabe revelar, por fim, a discriminação das operações de crédito no Nordeste segundo suas principais rubricas. Assim, as operações de curto prazo (empréstimos e títulos descontados) representavam, em janeiro do corrente ano, 52% do total dos empréstimos, enquanto as operações de longo prazo (financiamentos rurais, industriais, comerciais e imobiliários) absorveram pouco mais de um terço dos empréstimos. Nas operações de longo prazo, vale destacar os financiamentos imobiliários, 13,8% do total, que registraram crescimento de 46,4% nos 12 meses terminados em janeiro. Esse resultado está associado diretamente ao comportamento do programa *Minha Casa, Minha Vida* e aos estímulos governamentais destinados à construção civil.

Tabela 5 – NORDESTE – Discriminação das Principais Operações de Crédito (¹)Final de Janeiro de 2009 e 2010
Saldos em R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Janeiro 2009	Janeiro 2010	Variação Nominal (%)	Participação Jan/10, em %
Operações de Crédito	64.627	84.428	30,6	100,0
Empréstimos e Títulos Descontados	33.518	43.904	31,0	52,0
Financiamentos	7.991	9.472	18,5	11,2
Financiamentos Rurais	6.091	6.669	9,5	7,9
Financiamentos Agroindustriais	316	403	27,5	0,5
Financiamentos Imobiliários	7.962	11.655	46,4	13,8
Outros Créditos	8.749	12.325	40,9	14,6

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(¹) Saldos referentes às operações dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos, com carteira comercial. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES e pelo BNB/FNE no Nordeste, que não figuram nos levantamentos do SISBACEN.

7.5 - BNB - Taxas de Juros, Depósitos e Operações de Crédito

O Banco do Nordeste continua cobrando encargos abaixo da média do mercado brasileiro, como indica pesquisa sobre taxas de juros de operações de crédito, realizada sistematicamente pelo Banco Central (2010g).

O BNB destacou-se especialmente nas operações realizadas junto às empresas. Segundo a pesquisa, no período de 16 a 22 de março, a taxa do BNB para desconto de duplicata era a 12ª mais baixa no mercado de crédito brasileiro. Era também a 12ª mais baixa nas operações de conta garantida e a 18ª menor nas operações de capital de giro prefixado. Para pessoas físicas, a taxa de juro cobrada pelo BNB no cheque especial foi a 15ª mais baixa, ocupando ainda a 31ª posição no crédito pessoal.

A pesquisa semanal do Bacen revela, ainda, que a média das taxas de juros cobrada pelos bancos públicos é inferior àquela dos bancos privados, desde o início do ano passado. Essa postura dos bancos oficiais, ampliando suas operações de crédito e praticando juros menores, foi extremamente importante para minimizar os efeitos negativos da crise financeira internacional, beneficiando o funcionamento do mercado de crédito nacional à medida que acirra a concorrência e força o rebaixamento das taxas de juros.

No final de janeiro, o saldo dos depósitos captados pelo BNB na Região alcançou R\$ 4,9 bilhões², incremento de 31,8% no comparativo de 12 meses, sendo o maior desempenho obtido entre os bancos oficiais que atuam no Nordeste.

2 Incluindo as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 6,2 bilhões, no final de janeiro/2010.

Tabela 6 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro

Período de 16 a 22 de Março de 2010

Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Coeficiente Variação ¹ em %	Posição do BNB	No. Bcos. Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado			
Pessoa Física							
Cheque especial	5,91	6,03	1,67	9,01	40,23	15°	35
Crédito pessoal	2,30	4,62	1,19	20,16	92,64	31°	98
Pessoa Jurídica							
Desconto de duplicata	2,02	2,57	0,95	4,46	30,00	12°	49
Capital de giro prefixado	1,79	2,18	0,40	4,75	36,24	18°	63
Conta garantida	2,31	3,51	1,19	8,66	49,57	12°	42

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010g. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ Dado pela relação desvio padrão/média e indica o índice de variabilidade das taxas em relação à média.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da captalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

O Ceará continua a liderar a captação de depósitos do BNB no Nordeste, respondendo por 53,8% do total, seguindo-se Bahia (15,2%), Pernambuco (9,5%) e Maranhão (5,2%).

Em termos de desempenho, os maiores índices de crescimento dos depósitos, no período analisado, foram para Rio Grande do Norte (88,1%), Ceará (35,8%), Bahia (34,3%) e Pernambuco (27,4%).

Tabela 7 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito Posição em Final de Janeiro de 2010

Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação Jan-2010/Jan-2009	Participação Est/NE, Jan/2010	Variação Jan-2010/Jan-2009	Participação Est/NE, Jan/2010
Maranhão	8,6	5,2	57,4	10,2
Piauí	16,0	1,9	24,6	7,6
Ceará	35,8	53,8	68,4	19,6
Rio Grande do Norte	88,1	5,6	13,2	6,2
Paraíba	18,4	3,1	21,3	5,5
Pernambuco	27,4	9,5	7,3	8,5
Alagoas	-6,3	2,0	37,0	9,2
Sergipe	15,2	3,7	20,1	5,2
Bahia	34,3	15,2	28,9	28,0
NORDESTE	31,8	100,0	33,6	100,0

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

De outra parte, o saldo das operações de crédito realizadas pelo BNB no Nordeste atingiu R\$ 6,1 bilhões³ no final de janeiro de 2010, com incremento de 33,6% no período de 12 meses.

Uma análise estadual mostra que o maior crescimento nos empréstimos regionais do BNB foi registrado no Ceará (68,4%), seguindo-se Maranhão (57,4%), Alagoas (37%), Bahia (28,9%) e Piauí (24,6%). Em termos de participação, o estado da Bahia absorveu 28% do total, o Ceará, 19,6%, o Maranhão, 10,2%, Pernambuco, 8,5% e o Piauí, 7,6%.

Dentre os inúmeros programas geridos pelo Banco do Nordeste, cabe destacar dois, pelos resultados alcançados. O primeiro, o Crediamigo, programa de microcrédito produtivo orientado, voltado para fortalecer pequenos empreendimentos, especialmente de pessoas físicas. No primeiro bimestre de 2010, o programa contratou 184 mil operações, liberando R\$ 222,4 milhões. Em

relação a igual período do ano passado, houve crescimento de, respectivamente, 20% e 28,4%. O programa conta ainda com outras características relevantes: o pequeno valor médio da operação contratada (R\$ 1.214,18), uma clientela predominantemente feminina (65%) e a reduzida taxa de inadimplência (1%), uma das mais baixas do mercado de crédito brasileiro -- a média nacional para crédito referencial para taxa de juro, em fevereiro último, situou-se em 5,3%.

No referido período, a maior parcela dos recursos contratados no âmbito do Crediamigo ficou com o Ceará (31,1%), seguido pelo Maranhão (12,5%), Piauí (12,5%), Bahia (11,5%) e Pernambuco (8,4%).

O segundo programa a destacar é o PRONAF, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar. Nos dois primeiros meses de 2010, o BNB contratou 42,3 mil operações, envolvendo recursos

Tabela 8 – BNB – Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do CREDIAMIGO e do PRONAF – Acumulado no Período Janeiro-Fevereiro de 2010

Em %

Estados	CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²
Maranhão	21,9	12,5	42,7	15,7
Piauí	28,8	12,5	8,0	7,9
Ceará	43,0	31,1	-2,5	19,3
Rio Grande do Norte	31,3	6,3	23,6	6,1
Paraíba	26,8	7,2	86,9	6,5
Pernambuco	19,6	8,4	39,8	14,9
Alagoas	4,8	5,4	20,0	6,1
Sergipe	15,5	5,1	17,5	5,3
Bahia	26,7	11,5	10,2	18,2
NORDESTE	28,4	100,0	20,1	100,0

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ Variação nominal do valor das contratações no período de jan/fev-10, em relação a jan/fev-09.

² Participação dos estados no período de jan/fev-10.

Obs.: No período de janeiro-fevereiro/10, o valor das contratações do Crediamigo, no Nordeste, alcançou R\$ 222,4 milhões e do PRONAF R\$ 114 milhões.

3 Incluindo as agências extrarregionais, o saldo das operações de crédito do BNB alcançou R\$ 8,4 bilhões, no final de janeiro/2010.

de R\$ 114 milhões, crescimento de 20,1% ante o mesmo período do ano passado. Do referido montante, o Ceará absorveu a maior parcela (19,3%), vindo em seguida Bahia (18,2%), Maranhão (15,7%), Pernambuco (14,9%) e Piauí (7,9%).

Adicionando-se às operações de crédito do BNB o valor dos empréstimos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), sua presença torna-se ainda mais representativa. Com essa soma, o saldo das operações de crédito realizadas na Região alcançou, em janeiro de 2010, R\$ 33,1 bilhões, expansão de 21,3%, no período de 12 meses. Desse valor, 79,4% referem-se a operações de longo prazo,

mais de duas vezes o total registrado para o sistema bancário nordestino como um todo (33,4%).

Por outro lado, adicionando-se aos valores do SISBACEN as operações do FNE no Nordeste, a relação empréstimos/PIB regional sobe de 20,1% para 26,5%, segundo estimativas da equipe do BNB/Etene para janeiro deste ano.

Por fim, o total de crédito concedido BNB, incluindo FNE, foi responsável, em janeiro do corrente ano, por 29,7% de todo crédito concedido no Nordeste, por 58,8% dos financiamentos de longo prazo concedidos à indústria, comércio e serviços e por 73,9% de todo crédito rural do Nordeste.

Tabela 9 – NORDESTE – Discriminação das Principais Operações de Crédito

Saldos em Janeiro de 2009 e 2010
R\$ Milhões Correntes

Discriminação	BNB ⁽¹⁾ (a)	FNE (b)	BNB + FNE (c) = (a) + (b)	SISBACEN ⁽²⁾ (d)	Sistema Financeiro (e) = (b) + (d)	Relações em %			
						a/d	c/e	d/PIB	e/PIB
Janeiro de 2009									
Total das Operações de Crédito	4.578	22.714	27.292	64.627	87.341	7,1	31,2	16,5	22,3
Empréstimos e Títulos Descontados	1.359	2.138	3.497	33.518	35.656	4,1	9,8	8,6	9,1
Financiamentos	1.334	6.971	8.305	7.991	14.962	16,7	55,5	2,0	3,8
Financiamentos Rurais ⁽²⁾	1.354	12.244	13.598	6.407	18.651	21,1	72,9	1,6	4,8
Outros Créditos	531	1.361	1.892	16.711	18.072	3,2	10,5	4,3	4,6
Janeiro de 2010									
Total das Operações de Crédito	6.118	26.978	33.096	84.428	111.406	7,2	29,7	20,1	26,5
Empréstimos e Títulos Descontados	2.612	2.507	5.119	43.904	46.411	5,9	11,0	10,4	11,0
Financiamentos	1.601	9.646	11.247	9.472	19.118	16,9	58,8	2,3	4,6
Financiamentos Rurais ⁽²⁾	1.748	13.296	15.044	7.072	20.368	24,7	73,9	1,7	4,8
Outros Créditos	157	1.529	1.686	23.980	25.509	0,7	6,6	5,7	6,1
Varição Nominal em %, Jan-2010/Jan-2009									
Total das Operações de Crédito	33,6	18,8	21,3	30,6	27,6
Empréstimos e Títulos Descontados	92,2	17,3	46,4	31,0	30,2
Financiamentos	20,0	38,4	35,4	18,5	27,8
Financiamentos Rurais ⁽²⁾	29,1	8,6	10,6	10,4	9,2
Outros Créditos	-70,4	12,3	-10,9	43,5	41,2

Fontes: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(1) Operações realizadas nos Estados do Maranhão até a Bahia. O total do BNB, incluindo as operações extrarregionais, era de R\$ 5.946,1 milhões, em jan/2009, e de R\$ 8.452,6 milhões, em jan/2010.

(2) Inclui também os financiamentos agroindustriais.

(3) Os dados do SISBACEN não incluem as operações de crédito do BNDES realizadas no Nordeste.

Notas: O FNE, por possuir um sistema contábil independente do BNB, não figura nos levantamentos do SISBACEN. Os valores para o PIB do Nordeste foram estimados pela equipe do ETENE/CIEST.

REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 149ª Reunião do COPOM**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2010a.

_____. Banco Central altera regras do compulsório. **Nota para a Imprensa**, 24 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 24 mar. 2010b.

_____. **Operações de crédito do sistema financeiro**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2010c.

_____. Política monetária e operações de crédito do SFN. **Nota para a Imprensa**, 23 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2010d.

_____. **Relatório de Inflação**, v. 12, n. 1, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2010e.

_____. **SISBACEN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2010f.

_____. **Taxas de juros de operações de crédito**, 16-22 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2010g.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Nordeste – Conjuntura Mensal – Boletim Eletrônico**, n. 3, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2010a.

_____. Informações gerenciais do programa crediamigo. **Cadernos Mensais**, fev. 2009 e 2010b.



**Banco do
Nordeste**



ÁREA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística
Célula de Produção Gráfica
OS 2010-05/4.463 - Tiragem: 1.600

ISSN 1807883-4



9 771 807 883 004

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

